UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA

**Pobreza e tomada de decisão: evidências de uma pesquisa em
assentamentos no estado do Tocantins**

Poverty and decision making: evidence from a survey of settlements in Tocantins

São Paulo

2018

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Adalberto Fischmann
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eduardo Amaral Haddad
Chefe do Departamento de Economia

Prof. Dr. Ariaster Baumgratz Chimeli
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia

FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA

**Pobreza e tomada de decisão: evidências de uma pesquisa em
assentamentos no estado do Tocantins**

Poverty and decision making: evidence from a survey of settlements in Tocantins

Tese apresentada ao Departamento de
Economia da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da
Universidade de São Paulo, como parte dos
requisitos para obtenção do grau de Doutor em
Economia.

Área de concentração: Economia do
Desenvolvimento

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Maria Bianchi

(A versão original encontra-se na unidade que aloja o Programa de Pós-graduação)

Versão corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada por Rafael Mielli Rodrigues – CRB-8/7286

Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Fonseca, Fernando Sérgio de Toledo

Pobreza e tomada de decisão: evidências de uma pesquisa em assentamentos no estado do Tocantins / Fernando Sérgio de Toledo
Fonseca. – São Paulo, 2018.
189 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2018.

Orientadora: Ana Maria Bianchi.

1. Escolha (Teoria Econômica) 2. Microfinanças 3. Pobreza rural
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade. II. Título.

CDD – 330.1

À minha mãe, Dona Ivani.

AGRADECIMENTOS

Este doutorado representa um ponto de inflexão em minha vida pessoal e profissional. O peso das evidências observadas no campo, na maioria das vezes, me forçava a reavaliar, ou mesmo abandonar algumas teorias que tinha em mente. Essa foi uma das experiências mais fascinantes que enfrentei. Ao longo desse processo tive o privilégio e a boa sorte de contar com pessoas muito boas, que me ajudaram na realização deste projeto.

Diante disso, primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Ana Maria Bianchi, por me possibilitar a oportunidade de estudar em um excelente programa de pós-graduação. Ela acreditou no meu trabalho desde o início e se manteve paciente e otimista mesmo durante as fases mais difíceis. Seus ensinamentos se encontram marcados em minha formação como economista. Sinto-me honrado por ter sido seu orientando.

À Universidade Federal do Tocantins (UFT) pelo apoio financeiro e por autorizar meu afastamento para qualificação, conforme Certidão CONSEPE 1204/2014 e processo nº 23101.002908/2014-29. Agradeço o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS), do escritório de Araguaína, especialmente, à Aldenisa de Carvalho e José de Arimatéia, excelentes profissionais de extensão rural, que me guiaram na pesquisa de campo.

Agradeço aos membros da minha banca de qualificação, Prof. Dr. Ricardo Abramovay e Prof.^a Dr.^a Laura Valladão de Mattos, cujas contribuições e provocações foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Eles me acompanharam em todas as avaliações de progresso do Programa, de forma que tive a oportunidade de aproveitar seus ensinamentos para aprimorar minha pesquisa ao longo desses anos.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da FEA/USP, especialmente, à Prof.^a Dr.^a Maria Dolores Montoya Diaz, à Prof.^a Dr.^a Paula Carvalho Pereda, ao Prof. Dr. Renato Perim Colistete e ao Prof. Dr. Gilberto Tadeu Lima, pela didática e qualidade das aulas ministradas. Agradeço também ao Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes, que a mim confiou a monitoria da sua disciplina.

Tive a oportunidade de conhecer pessoas admiráveis, que tornaram este doutorado uma fase de aprendizado e crescimento pessoal. Meus agradecimentos ao Carlos Gonçalves, Hugo Chu, Paulo Morceiro, Milene Tessarin, Robson Pereira e Daniel Colombo, meus colegas e amigos do Programa de Economia do Desenvolvimento; e ao Leonardo Santin Gardenal, amigo do Programa de História Econômica da FFLCH/USP.

À equipe administrativa da FEA/USP pelo excelente profissionalismo e competência, especialmente, à Raquel Santos da Silveira, Martha Ribeiro Neves de Vasconcellos, Ana Cristina dos Santos, Sebastião Francisco Pinho de Souza e Alessandra Francisca Bernardo da Silva, que sempre estiveram à disposição para me ajudar no que fosse preciso.

Aos amigos budistas de São Paulo e Tocantins que, por meio das orientações do Presidente Ikeda, me incentivaram a não desistir do doutorado. Meus sinceros agradecimentos ao Ivonaldo Torres, Ricardo Miyamoto, Itiro Yukimaru, Lígia Maruyama, Eduardo Kashiwaya, Regina Di Lino, Giovanni Martins, Ricardo Konishi, Marinalva Milhomem, Letícia Milhomem, André Santana, Fernando do Vale e Teresa Kikuchi, por todo apoio antes e durante o processo.

À Prof.^a Dr.^a Ângela Corte do Centro Interdepartamental de Línguas da FFLCH/USP, pela incrível didática e pelo incentivo contínuo ao estudo de idiomas.

Aos integrantes do Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais (NUDEPS) e ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire) da UFT, por proporcionarem um ambiente de pesquisa acolhedor e enriquecedor. Também sou grato aos professores e meus colegas da UFT, Miguel Pacífico Filho, Daniele Mastelari Levorato, Tatiane Tavares, Thelma Pontes Borges, Freud Romão e Márcio Melo, que não pouparam esforços para propiciar condições favoráveis à realização da tese.

Expresso meus agradecimentos ao professor Ricardo Höher da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) pela amizade e presteza na elaboração de mapas e leitura dos meus primeiros relatórios de campo. Aos amigos Ricardo Müller do Ministério da Fazenda pela leitura de partes do trabalho e Fábio Lopes do Programa de História e Cultura da UFT pelo empréstimo de livros de história e conflitos agrários no Tocantins.

À minha família, especialmente minha querida mãe, Ivani Aparecida de Toledo Fonseca. Ela se manteve firme nas orações na comunidade budista, acreditando na minha capacidade de superar novos desafios. Sua trajetória de vida é inspiradora. À minha tia Domingas Honória, pelas palavras de incentivo.

Finalmente, esta tese não poderia ser escrita sem a gentileza das pessoas que me receberam. Meus sinceros agradecimentos aos trabalhadores rurais dos assentamentos do norte do Tocantins, cujos verdadeiros nomes foram omitidos nas páginas que se seguem, pela acolhida e confiança em compartilhar suas aspirações e frustrações. Suas histórias de vida reforçaram em mim a convicção do valor e importância deste projeto.

RESUMO

FONSECA, Fernando Sérgio de Toledo. (2018). *Pobreza e tomada de decisão: evidências de uma pesquisa em assentamentos no Tocantins*. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.

O objetivo desta tese é avaliar empiricamente como as famílias pobres tomam decisões em relação à poupança. Mais especificamente, busca-se estudar a vida econômica das famílias pobres de assentamentos rurais, no norte do estado do Tocantins. Para atingir esse propósito, quatro objetivos específicos da pesquisa foram concebidos como eixos de investigação. O primeiro considera a abordagem do desenvolvimento como liberdade e expansão das capacitações dos indivíduos como aspecto fundamental para análise e estudo da pobreza. O segundo objetivo aborda o estudo da vida econômica dos pobres em várias dimensões. O terceiro objetivo considera os principais estudos na área da economia comportamental acerca das influências das barreiras cognitivas, em especial o viés do presente, sobre a tomada de decisão financeira. Por fim, o quarto objetivo analisa o desenvolvimento histórico e o contexto socioeconômico da região onde se realizou a pesquisa de campo. No que tange à estratégia de coleta de dados, foi realizada uma pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas com responsáveis e corresponsáveis pela unidade familiar. As principais evidências da tese são: (a) não predomina nesses assentamentos a figura do agricultor tradicional; (b) as famílias adotam estratégias para obter diferentes fontes de renda; (c) a privação de liberdade dos assentados entrevistados vincula-se, entre outras coisas, ao não acesso aos serviços públicos essenciais; (d) a conversão de terras públicas em ativos financeiros negociáveis no mercado é uma prática comum entre as famílias; (e) emergências de saúde e necessidades financeiras somam-se aos eventos decorrentes dos conflitos agrários da região; (f) a maioria dos atos financeiros das famílias se processa em mercados imperfeitos com elevados custos de transação; (g) como forma de sobrevivência, as famílias adotam estratégias baseadas nas relações de confiança e reciprocidade para consolidação dos ativos sociais; (h) grande parte das famílias é excluída do sistema financeiro formal e depende de credores informais e de poupança não monetária para atender as necessidades de curto prazo. Conclui-se que a baixa capacidade de aspirar e o viés do presente, potencializados pela condição de pobreza, comprometem severamente a capacidade de poupança e tomada de decisão em relação ao futuro dessas famílias. As escolhas que fazem perpetuar sua condição de pobreza. Desse modo, algumas lições e sugestões são extraídas do estudo para o aprofundamento de pesquisas futuras e aprimoramento do desenho de políticas.

Palavras-chave: Escolha (Teoria Econômica). Microfinanças. Pobreza rural.

ABSTRACT

FONSECA, Fernando Sérgio de Toledo. (2018). *Poverty and decision making: evidence from a survey of settlements in Tocantins*. Doctoral thesis. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.

The purpose of this thesis is to empirically evaluate how poor households make decisions regarding savings. More specifically, it seeks to study the economic life of the poor families of rural settlements, in the north of the state of Tocantins. To achieve this purpose, four specific research objectives were designed as research axes. The first considers the development approach as freedom and expansion of the capacities of individuals as a fundamental aspect for analysis and study of poverty. The second objective addresses the study of the economic life of the poor in various dimensions. The third objective considers the main studies in the area of behavioral economics on the influences of cognitive barriers, especially the present bias, on financial decision making. Finally, the fourth objective analyzes the historical development and the socioeconomic context of the region where the field research was carried out. With regard to the data collection strategy, a field survey was carried out through semi-structured interviews with those responsible and co-responsible for the family unit. The main evidences of the thesis are: (a) the traditional farmer does not predominate in these settlements; (b) families adopt strategies to obtain different sources of income; (c) the deprivation of liberty of the settlers is linked, among other things, to the lack of access to essential public services; (d) the conversion of public lands into marketable financial assets in the market is a common practice among households; (e) health emergencies and financial needs add to the events resulting from the agrarian conflicts in the region; (f) the majority of households' financial transactions take place in imperfect markets with high transaction costs; (g) as a way of survival, families adopt strategies based on relationships of trust and reciprocity to consolidate social assets; (h) most households are excluded from the formal financial system and rely on informal creditors and non-monetary savings to meet short-term needs. It is concluded that the low capacity to aspire and the bias of the present, potentialized by the poverty condition, severely compromises the capacity of savings and decision making regarding the future of these families. The choices they make perpetuate their poverty condition. Thus, some lessons and suggestions are drawn from the study to deepen future research and improve policy design.

Keywords: Choice (Economic Theory). Microfinance. Rural poverty.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Regiões das migrações internas para Goiás e o Planalto Central	86
Figura 2 – Principais cidades das margens direita e esquerda do rio Tocantins	87
Figura 3 – Localização dos municípios pesquisados.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pressupostos comportamentais do modelo de utilidade descontada	70
Quadro 2 - Necessidades financeiras e mecanismos de enfrentamento	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Informações Demográficas.....	95
Tabela 2 - Estrutura etária da população (2010).....	95
Tabela 3 - Ocupação da população de 18 anos ou mais em (%) - (2010)	96
Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes	98
Tabela 5 - Famílias com rendimento mensal familiar até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e até 1 salário mínimo – 2010(1).....	99
Tabela 6 – Vulnerabilidade social (2010).....	100
Tabela 7 - Distribuição das famílias por municípios e projetos de assentamentos	102
Tabela 8 – Faixa etária (%)	108
Tabela 9 - Anos de estudo em (%)	109
Tabela 10 – Estados de origem (%).....	111
Tabela 11- Número de integrantes por domicílios	115
Tabela 12 – Renda familiar ¹ (%)	116
Tabela 13 – Renda mensal <i>per capita</i>	117
Tabela 14 – Situação de trabalho.....	120
Tabela 15 - Famílias que recebem algum tipo de benefício social.....	121
Tabela 16 - Fontes de renda.....	122
Tabela 17 - Condição de moradia.....	123
Tabela 18 - Panorama dos ativos físicos das famílias	125
Tabela 19 - Dimensão de terras por famílias	127
Tabela 20 – Distribuição dos domicílios por tipo de utilidade pública	129
Tabela 21- Participação em organizações sociais.....	130
Tabela 22 – Empréstimos bancários	133
Tabela 23 - Aplicação dos empréstimos bancários	134
Tabela 24 - Modalidades dos empréstimos bancários	134
Tabela 25 - Empréstimos não bancários.....	136
Tabela 26 – Auxílio recebido pelas famílias de amigos e vizinhos.....	141
Tabela 27 - Auxílio recebido pelas famílias de parentes.....	142
Tabela 28 - Aplicação das sobras de dinheiro	144
Tabela 29 - Motivos para abertura de caderneta de poupança	146
Tabela 30 - Perfil dos assentados segundo preferências intertemporais	152
Tabela 31 - Perfil dos assentados segundo preferências intertemporais e taxas de desconto	153

Tabela 32 - Renda mensal per capita e taxas de desconto.....	155
Tabela 33 - IDH-M e taxas de desconto	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BIT	<i>Behavioural Insights Team</i>
BLC	<i>Behavioral Life-Cycle</i>
BRAC	<i>Bangladesh Rural Advancement Committee</i>
CASEGO	Companhia de Armazéns do Estado de Goiás
CESTE	Consórcio Estreito de Energia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EJA	Programa Educação de Jovens Adultos
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO	Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
IDHM	Índice de Desenvolvimento Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária
J-PAL	<i>Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab</i>
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MUDC	Modelo de Utilidade Descontada Constante
NPA	Núcleo de Produção Agrícola
NUDEPS	Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar
PNB	Produto Nacional Bruto
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNMPO	Programa Nacional de Micr crédito Produtivo Orientado
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
ROSCA	<i>Rotating Saving and Credit Associations</i>
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUS	Sistema Único de Saúde
UFT	Universidade Federal do Tocantins
WDR	<i>World Development Report</i>
WHO	<i>World Health Report</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1. Perspectivas e limites dos serviços financeiros voltados para os pobres	19
1.2. Pobreza e desenvolvimento na perspectiva da economia comportamental	24
1.3. Objetivos e estrutura da tese	27
2. A POBREZA NA PERSPECTIVA DA TEORIA ECONÔMICA	31
2.1. A abordagem das capacitações	33
2.1.1. A perspectiva da liberdade no processo do desenvolvimento	34
2.1.2. Pobreza como privação de capacitações	36
2.1.3. Pobreza e falta de aspirações	39
2.2. Pobreza, afetos negativos e tomada de decisão econômica	41
2.3. A cultura da pobreza	43
2.4. Escassez e sobrecarga cognitiva	45
2.5. Depleção do ego e força de vontade limitada	47
2.6. Pobreza, vulnerabilidades e riscos	50
2.7. Portfólio dos pobres: estratégias de diversificação de ativos	57
2.8. Serviços financeiros no contexto da pobreza: crédito e poupança	59
2.9. O modelo de utilidade com desconto constante	65
2.9.1. Breve panorama das origens históricas do modelo de utilidade descontada	65
2.9.2. Críticas aos postulados comportamentais do modelo de utilidade descontada	67
2.10. O modelo de utilidade com desconto hiperbólico	70
2.11. Evidências empíricas do modelo de desconto hiperbólico	74
3. METODOLOGIA	79
3.1. A pesquisa de campo	80
3.2. A coleta de dados	81
3.3. O roteiro de entrevista	83
3.4. Caracterização do Norte do Tocantins	85
3.4.1. Desenvolvimento histórico do extremo norte goiano	85
3.4.2. A incorporação da Amazônia Legal	89
3.5. Caracterização dos municípios cobertos pela pesquisa de campo	92
3.5.1. Aspectos históricos	93

3.5.2. Aspectos demográficos	94
3.5.3. Aspectos econômicos	96
3.5.4. Indicadores socioeconômicos	97
3.6. Breve histórico da formação dos assentamentos	101
4. RESULTADOS	107
4.1. Perfil demográfico	107
4.1.1. Posição na família, sexo e idade	107
4.1.2. Educação	109
4.2. Características socioeconômicas	115
4.3. Renda, fontes de financiamento e formas de poupança	132
4.3.1. Percepção sobre as condições financeiras.....	132
4.3.2. Empréstimos bancários	133
4.3.3. Empréstimos não bancários	136
4.3.4. Mecanismos de reciprocidade.....	140
4.3.5. Orçamento doméstico	143
4.3.6. Mecanismos de poupança	145
4.3.7. Necessidades financeiras e mecanismos de enfrentamento	147
4.4. Padrões de escolha intertemporal.....	151
4.4.1. Percepção do futuro	157
5. CONCLUSÃO.....	161
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE	181

1. INTRODUÇÃO

A pobreza não está relacionada apenas a um déficit de recursos materiais ou escassez de renda, mas também ao contexto no qual as decisões são tomadas, o que pode impor uma sobrecarga cognitiva aos indivíduos, tornando a tomada de decisão econômica mais complexa. Os pobres precisam demandar uma grande quantidade de energia mental todos os dias para garantir o acesso aos produtos de primeira necessidade, como alimentos e água potável, diferentemente dos não pobres que vivem em locais de boa infraestrutura (Mullainathan & Shafir, 2013).

Em 2015, como parte dos avanços recentes nos estudos de pobreza e desenvolvimento sobre as bases psicológicas e sociais do comportamento, o Banco Mundial publicou um extenso relatório denominado “Mente, Sociedade e Comportamento”. Os resultados das recentes descobertas de muitas disciplinas, incluindo neurociência, psicologia, economia comportamental, sociologia, ciência política e antropologia, inspiram pesquisadores e profissionais a disseminar um conjunto de ferramentas e estratégias para promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Os avanços sobre esse novo conjunto de abordagens ajudam a ampliar a compreensão sobre a tomada de decisão em muitos aspectos do desenvolvimento, incluindo poupança, investimento, consumo, saúde e educação.

Esta tese estuda como as famílias que vivem em condições de pobreza tomam decisões financeiras. Apresenta-se aqui uma visão geral do assunto, preparando o cenário para a pesquisa. A primeira seção introduz as perspectivas e limites dos serviços financeiros voltados para os pobres. A segunda seção é dedicada aos avanços recentes da economia comportamental sobre pobreza e desenvolvimento. Com base nos elementos discutidos nestas seções, a terceira e última parte deste capítulo delinea o problema e define hipóteses, objetivos gerais e específicos, a estrutura desta tese e sua metodologia.

1.1. Perspectivas e limites dos serviços financeiros voltados para os pobres

O tema deste trabalho, num primeiro momento, sugere verdadeira contradição nos termos: afinal de contas, se são pobres, como é possível que tenham vida financeira? Planejar o futuro parece um atributo de indivíduos que possuem alguma sobra de recurso financeiro ao final do mês ou ano. A distância entre o sistema bancário e os pobres poderia ser explicada pela falta de demanda de serviços financeiros por parte daqueles que mal conseguem preencher as

necessidades básicas de sua sobrevivência. No entanto, vários trabalhos mostram uma impressionante diversidade no uso – e, portanto, na demanda – de serviços financeiros por parte das famílias pobres, distantes, na sua maioria, do sistema bancário formal (Abramovay, 2004; Brusky & Fortuna, 2002; Morduch & Schneider, 2017; Collins et al., 2009; Rutherford, 1999).

Ao contrário do que as teorias econômicas e financeiras tradicionais apregoam e o senso comum imagina, as populações pobres desenvolvem, ainda que muitas vezes circunscritas ao manejo de pequenos negócios, assíduas e criativas fórmulas de trocas econômicas. Apesar de suas dificuldades operacionais, em muitos casos as trocas monetárias entre os pobres representam ricas estratégias de sobrevivência econômica. Nesse contexto, as redes financeiras informais são relegadas a segundo plano, assim como os circuitos comunitários que as circundam fazendo com que esses fenômenos se mantenham quase que invisíveis aos olhos do grande público (Búrigo, 2010).

Ana Maria Bianchi (1983), em pesquisa de campo realizada no Vale do Ribeira (SP) com cerca de 200 entrevistados, estudou a mobilidade da população rural em condição de pobreza como estratégia de sobrevivência. Para a autora, conceituar a mobilidade social como estratégia de sobrevivência significa considerá-la como um recurso que o instinto de conservação da espécie sugere ao indivíduo: “Equivale também a encará-la como um sinal inequívoco da sagacidade desse indivíduo e de sua capacidade de adaptação a condições difíceis” (Bianchi, 1983, p. 79).

A partir de trabalhos de campo em quatro estados brasileiros em que se constituem cooperativas de crédito do Sistema de Economia Solidária, Ricardo Abramovay (2004) e uma equipe de pesquisadores mostraram uma grande diversidade no uso e, portanto, na demanda de serviços financeiros por parte das famílias pobres rurais e urbanas, distantes do sistema bancário formal. Para o autor, mesmo os mais pobres só conseguem reproduzir-se porque obtêm crédito, fazem alguma forma de poupança e procuram o tempo todo se garantir contra imprevistos: “Mais que um setor, as finanças informais são a própria rede de relações sociais de que dependem os indivíduos e as famílias” (Abramovay, 2004, p. 21).

Nessa perspectiva, a vida financeira dos pobres deve ser encarada do ângulo das suas ligações sociais. Igualdade, hierarquia, cooperação, exploração, subordinação entre outros aspectos, são vínculos sociais que revelam o amplo domínio dos mecanismos de reciprocidade entre os mais pobres. Assim sendo, os laços financeiros são muito mais ricos do que a impessoalidade dos serviços bancários (Abramovay, 2004).

É preciso acrescentar que os serviços financeiros informais voltados para os pobres funcionam sob a influência de manifestações culturais, econômicas e do ambiente sociopolítico

local. Embora muitas dessas experiências financeiras se fundamentem, geralmente, em mecanismos de confiança e solidariedade, elas podem ter características negativas associadas a disputa de poder, formas de dominação e coerção.

A maioria dos atos financeiros dos pobres se processa em mercados imperfeitos que funcionam sem qualquer enquadramento legal e acompanhamento técnico. O problema é que os mais pobres estão sujeitos a pagar encargos financeiros muito maiores por dependerem dessas redes financeiras informais, em contraste com os encargos decorrentes das operações bancárias tradicionais. Como será exposto posteriormente, as redes financeiras informais apresentam elevados custos de transação e estão sujeitas a regras, por vezes, pouco claras para seus participantes.

Nesse contexto, as famílias pobres e seus pequenos negócios estão especialmente expostos a riscos, o que as leva a precaver-se. A expectativa de necessidade imediata de dinheiro para utilização em situações de emergência faz com que os pobres adotem diferentes formas de poupança preventiva – ainda que pouco rentáveis e seguras. Segundo Reginaldo Magalhães (2004) a poupança é fundamental à sobrevivência das famílias de baixa renda como proteção contra a instabilidade, contra variações sazonais na renda, como a poupança necessária para enfrentar período de entressafra agrícola, os períodos de estiagem, os choques referentes a desemprego, doença, falecimento e assim por diante.

O trabalho de Stuart Rutherford (1999) mostra que os pobres querem e podem poupar e, quando não poupam não é por falta de capacidade, mas sim de oportunidade. Segundo o autor, os pobres poupam sob a forma de pequenos volumes de recursos monetários. As famílias de baixa renda demandam recursos a todo tempo para atender as suas necessidades mais elementares e fazem um esforço contínuo para guardar dinheiro.

Apesar da relevância das redes financeiras informais, Rutherford (1999) considera que os serviços financeiros formais são em grande parte mecanismos que podem permitir o incentivo para realização de poupança, contribuindo para o aumento do bem-estar material. Para ele, é preciso ampliar os conhecimentos sobre a vida financeira dos pobres e caracterizar como a poupança se dá no contexto da escassez. Na sua avaliação as pessoas poupam sob diversas formas e as mais pobres, em especial, têm formas peculiares de poupança de acordo com as suas condições socioeconômicas, que merecem ser consideradas pelas instituições financeiras.

A investida mais reconhecida de explicar as decisões de poupança das famílias é a teoria do ciclo de vida, formulada por Franco Modigliani em 1986. A teoria do ciclo de vida sugere que os indivíduos buscam maximizar a sua utilidade através da estabilização do seu consumo

dentro dos limites da sua renda média disponível ao longo da vida, a denominada renda permanente. Variações transitórias na renda, a chamada renda relativa, não alteram os padrões regulares de consumo, porque são destinadas à poupança. Portanto, indivíduos que possuem pouca renda relativa tendem a poupar menos, independentemente do montante da sua renda permanente, e indivíduos que apresentam renda relativa maior, mesmo em famílias pobres com renda baixa, tendem a poupar mais (Magalhães, 2004; Deaton, 2005).

Na década de 1970, novas metodologias de trabalho ampliaram a visão acerca dos serviços financeiros voltados para os pobres. Um conjunto de inovações financeiras institucionais, projetado para superar falhas de mercado nos serviços financeiros voltados para a população de baixa renda, ganhou destaque com a constituição do *Grammen Bank*, criado pelo Professor Muhammad Yunus, em 1976, em Bangladesh. Segundo Neri (2008), entre as principais contribuições do *Grammen Bank* estão a oferta de empréstimos solidários como mecanismos de seleção de tomadores e concessão de crédito apropriado às condições financeiras da população de baixa renda.

Depois disso, o movimento do microcrédito se expandiu como fenômeno mundial. Muitas outras instituições microfinanceiras seguiram o mesmo caminho do *Grammen Bank*, como o Banco Sol na Bolívia, *Bangladesh Rural Advancement Committee* (BRAC), Compartamos Banco no México, Banco Rakyat na Indonésia. Vale destacar que os avanços do setor de microfinanças têm sido acompanhados anualmente a partir de conferências internacionais de instituições do setor - *Microcredit Summit Campaign*¹ (Janvry & Saudolet, 2016).

No Brasil, entre várias iniciativas no campo das microfinanças destacam-se duas principais: a) o lançamento, em 2005, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), com o objetivo de ofertar crédito para microempreendedores populares formais e informais; b) Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste, que atua na difusão do microcrédito em municípios da região nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo (Neri, 2008; Monzoni, 2008).

Neste contexto, as instituições microfinanceiras vão cada vez mais além do crédito para fornecer uma gama mais ampla de serviços financeiros aos pobres: poupança, seguro e transferência de fundos. Esses serviços são complementares. A poupança é, por exemplo, importante para ajudar os pobres a evitar a descapitalização de ativos em momentos de crises (Sengupta & Aubuchon, 2008).

¹ O leitor interessado poderá consultar o site do *Microcredit Summit Campaign*. Disponível em: < <http://www.microcreditsummit.org/> >. Acesso: 23 jun. 2018.

Considerando que os pobres têm grande necessidade insatisfeita de outros serviços financeiros que vão além do crédito, Manfred Zeller e coautores (1996), ao estudarem o comportamento das famílias pobres em relação à poupança, notaram a necessidade de expandir este conceito. Para os autores, a definição dos termos poupança e investimentos somente baseados em recursos monetários e capital físico é bastante limitada, sobretudo no meio rural. Negligencia-se a poupança e o investimento em capital humano, tais como educação, melhoria da nutrição e estado de saúde dos membros da família, que têm efeitos diretos no aumento da produtividade e na renda futura.

Para Rodrigo Junqueira (2004), investigar formas de poupança é tão importante quanto investigar políticas de concessão de crédito. Para os pobres, o investimento parece ser mais importante que o crédito. Segundo o autor, não se pode negar que num primeiro momento os recursos são destinados às necessidades urgentes e não aos investimentos, porém, a existência de um forte setor financeiro informal rural é só um indicador marcante da capacidade de mobilizar e captar recursos.

Segundo Magalhães (2004), a demanda por serviços de poupança pode não ser claramente evidente na administração das finanças das famílias pobres e principalmente de seus pequenos negócios. Para ele, a dificuldade de identificação dessa demanda deve-se principalmente à existência de formas ocultas de poupança.

Outro ponto a ser destacado é a volatilidade na renda das famílias pobres. Segundo Jonathan Morduch e Raquel Schneider (2017), um economista poderia observar a volatilidade na renda dos pobres e dizer que isso não é um problema por si. Poderia ainda recomendar que os pobres devam apenas poupar e contrair empréstimos para lidar com os picos e quedas de renda. No entanto, os autores destacam que fazer essas transações econômicas, ainda que se tenha acesso aos serviços financeiros, não é tarefa fácil para os pobres, isto porque a volatilidade da renda no ambiente de escassez traz custo: “At the most basic level, volatility, when combined with illiquidity, can require households to expend a large amount of a scarce resource: attention” (Morduch & Schneider, 2017, p. 43).

Com isso em mente, verifica-se que uma análise precisa das demandas das famílias pobres tem que apoiar-se na compreensão de como os indivíduos tomam suas decisões financeiras. Comprar à vista ou a prazo, poupar ou investir, solicitar empréstimos ou não, e onde tomar empréstimos, são decisões que envolvem cálculos e a todo tempo devem ser tomadas para satisfazer necessidades presentes e futuras.

Alguém poderia dizer que os elementos acima expostos independem da situação econômica do indivíduo. Todas as pessoas tomam decisões financeiras levando em

consideração os diversos fatores a fim de fazer a melhor escolha. No entanto, a situação dos pobres possui características específicas, uma vez que vieses cognitivos podem ser potencializados pela condição de pobreza. No contexto da escassez, tomar boas decisões financeiras é um processo decisório complexo, porque requer que os indivíduos compreendam o custo futuro do dinheiro, tenham capacidade a aspirar, resistam à tentação de consumir no presente e contornem qualquer fraqueza de vontade que lhes impeça de planejar o futuro.

Nessa perspectiva, a literatura econômica tem avançado na explicação das principais causas da pobreza, conforme será exposto a seguir.

1.2. Pobreza e desenvolvimento na perspectiva da economia comportamental

Grande parte da literatura econômica pressupõe que os indivíduos são plenamente racionais, guiados basicamente pelos seus próprios interesses e capazes de contornar qualquer fraqueza de vontade ou problema de autocontrole que lhes impeça de concretizar seus objetivos. A economia convencional colocou a cognição e a motivação humana numa “...black-boxing psychology, as simplifying the messy and mysterious internal workings of actors” (Freese, 2009, p. 8).

Essa abordagem de preferências da economia convencional² é poderosa e útil, mas, em vários contextos, também tem uma desvantagem: ignora as influências psicológicas e sociais sobre o comportamento. Os indivíduos nem sempre tomam decisões perfeitamente racionais e agem de forma consistente com seus planos estabelecidos: “... people are malleable and emotional actors whose decision making is influenced by contextual cues, local social networks, social norms and shared mental models” (WDR, 2015, p. 3).

A teoria convencional baseada em pressupostos comportamentais simplificadores, injustificadamente irrealistas, não reconhece em seus modelos de escolha as anomalias observadas no mundo real: “The core premise of economic theory is that people choose by optimizing. Of all the goods and services, a family could buy, the family chooses the best one that it can afford” (Thaler, 2016, p. 5).

Novas abordagens teóricas e metodológicas têm buscado incorporar em suas análises comportamentos mais repletos de nuances, sugerindo que as anomalias recorrentes e

² Este trabalho utiliza o termo economia convencional ou tradicional para se referir à economia neoclássica, cujos pressupostos comportamentais estão voltados basicamente para a busca do autointeresse e escolha racional do meios.

sistematicamente observadas no mundo real inspiram reforma de modelos de escolha e ampliam o poder explanatório e preditivo da análise econômica.

A economia comportamental é um campo de pesquisa relativamente recente, originário da incorporação, pela economia, de desenvolvimentos teóricos e descobertas empíricas no campo da psicologia. A esses se somaram as contribuições da neurociência e de outras ciências sociais e humanas. A economia comportamental enxerga a realidade formada por indivíduos que decidem com base em hábitos, experiências pessoais e normas práticas simplificadas; tomam decisões rapidamente; têm dificuldade de conciliar interesses de curto e longo prazo; e são fortemente influenciados por fatores emocionais (Bianchi & Ávila, 2015).

As implicações da economia comportamental são amplas e suas ideias vêm sendo aplicadas em várias áreas do setor privado e em políticas públicas, incluindo finanças, educação, saúde, energia, consumo, desenvolvimento e marketing de consumo. Em 2008, Richard Thaler e Cass Sustein, autores do livro *Nudge*, começaram a participar da formulação de políticas públicas nos Estados Unidos. Em 2010, o governo britânico constituiu o “*Behavioural Insights Team*” (BIT), um grupo dedicado a aplicar a ciência comportamental à política e aos serviços públicos (Samson, 2015).

De acordo com Bianchi e Ávila (2015), um sinal claro desses avanços é a atribuição de prêmios Nobel de economia aos pesquisadores que militam em Economia comportamental e experimental. O prêmio foi concedido a Herbert Simon (1978) e Amartya Sen (1998), notáveis pioneiros da área. Posteriormente o prêmio foi atribuído a Daniel Kahneman (2002), Vernon Smith (2002) e Robert Shiller (2013). Mais recentemente, em 2017, o prêmio foi entregue a Richard Thaler, professor da Universidade de Chicago, justificado por seu sucesso ao incorporar pressupostos psicologicamente realistas ao estudo da economia. Ao explorar as consequências da racionalidade limitada, das preferências sociais e da falta de autocontrole, ele mostrou como esses traços humanos afetam sistematicamente as decisões individuais, bem como os resultados do mercado.

No contexto do desenvolvimento, uma vasta literatura recente tem definido as vantagens de usar os *insights* da economia comportamental na luta contra a pobreza. Essa nova abordagem busca estudar o comportamento dos pobres e implementar políticas públicas, reconhecendo a ineficácia de muitos programas sociais ter relação com os frágeis fundamentos psicológicos da teoria econômica tradicional (Bertrand, Mullanaithan & Shafir, 2004; Banerjee & Duflo, 2012; Karlan & Appel, 2011; Mullanaithan & Shafir, 2013).

Há também o reconhecimento das necessidades de avaliação rigorosa de impacto das políticas públicas para ajudar a resolver questões pontuais relacionadas à pobreza, indo a campo

e descobrindo se projetos específicos realmente funcionam. Destaca-se a contribuição dos pesquisadores pioneiros do *Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL)* ³ no uso e difusão de experimentos randomizados controlados como ferramentas metodológicas úteis para coleta de evidências e desenho de políticas.

Como já dito, o desenvolvimento e a pobreza são fenômenos complexos, que desde sempre têm inspirado a ciência econômica e seu curso de evolução. Diferentes abordagens teóricas e metodológicas convergiram para a visão contemporânea acerca da multidimensionalidade da pobreza e do desenvolvimento como liberdade e expansão de capacitações (Muramatsu, 2015).

A visão clássica segundo a qual a pobreza consiste na privação material ou na falta de renda é apenas uma das dimensões da pobreza. Sen (2010) argumenta há alguns anos que a pobreza consiste, na realidade, na privação de algumas capacitações básicas que se exige minimamente das pessoas. O que as pessoas realmente são capazes de fazer e ser? Quais oportunidades reais estão disponíveis para elas?

Como será exposto mais adiante, uma renda mínima proveniente de algum programa social não basta se o indivíduo mora num assentamento rural isolado, com vias precárias de comunicação, sem escolas, postos de saúde, acesso à água potável e saneamento básico. Nesta situação, a pobreza deve ser vista como privação de capacitações, expressa na ausência de liberdades para os indivíduos fazerem as escolhas necessárias ao ser e fazer tudo aquilo que valorizam: o que conta é liberdade efetiva das pessoas realizarem seus próprios projetos.

Com isso em mente, as políticas públicas ou programas de desenvolvimento devem ser desenhados com o objetivo de permitir que as pessoas vivam a vida que valorizam, contribuindo para que façam escolhas melhores na busca e alcance do seu potencial. Nesse sentido, a economia comportamental, por sua postura metodológica eclética, oferece uma explicação importante dos desafios da pobreza ao considerar as dimensões motivacional e cognitiva (Nussbaum, 2011; Alkire & Deneulin, 2009).

Sendhil Mullainathan e Eldar Shafir (2013) sugerem que a perspectiva comportamental da pobreza ajuda a compreender o complexo processo decisório que a própria condição de escassez carrega. Quem vivencia a situação de escassez tem a mente aprisionada por aquilo que está faltando. Os efeitos psicológicos da falta de dinheiro levam as pessoas a priorizarem resultados de curto prazo. A escassez distorce a qualidade do processamento da informação, prejudicando a habilidade de planejar e obter resultados futuros.

³ Ver: < <https://www.povertyactionlab.org/> >. Acesso: 05.jun.2018.

Nessa perspectiva, ao considerar o comportamento financeiro dos pobres, embora as instituições microfinanceiras tenham gerado oportunidades para as famílias de baixa renda, mais recentemente, a literatura de Economia Comportamental sugere que o microcrédito e acesso aos serviços bancários não são suficientes para a inclusão financeira dos mais pobres. Nesse sentido, a micropoupança é discutida pelos economistas comportamentais como um complemento importante do microcrédito (Banerjee & Duflo, 2012; Morduch & Schneider, 2017).

Para Dean Karlan et al. (2013), a poupança é um instrumento fundamental para o bem-estar individual e social. Em nível individual, a poupança ajuda as famílias a planejar o consumo e financiar investimentos produtivos de microempreendimentos.

Em suma, a agenda de pesquisa apresentada por Karlan et al. (2013) inspira e orienta este trabalho a avançar sobre um novo conjunto de abordagens do desenvolvimento, com base em uma análise mais completa das influências psicológicas sobre a tomada de decisão financeira das famílias pobres.

1.3. Objetivos e estrutura da tese

O objetivo geral desta tese é avaliar empiricamente como as famílias que vivem em condição de pobreza tomam decisões em relação à poupança. Mais especificamente, busca-se estudar a tomada de decisão financeira e a vida econômica das famílias pobres de assentamentos rurais, na região norte do estado do Tocantins. O tema, à primeira vista, pelo que foi exposto nas seções anteriores, sugere uma nova contradição nos termos: afinal, se os pobres têm vida financeira e querem poupar, como sugere parte da literatura de microfinanças, por que não poupam?

Para atingir esse objetivo amplo, quatro objetivos específicos da pesquisa foram concebidos como eixos de investigação. O primeiro considera a abordagem do desenvolvimento como liberdade e expansão das capacitações dos indivíduos como aspecto fundamental para análise e estudo da pobreza. O segundo objetivo aborda o estudo da vida econômica dos pobres de forma multidimensional, abrangendo não somente a escassez de renda, mas também vulnerabilidades, riscos, estratégias de diversificação de ativos e serviços financeiros voltados para os pobres. O terceiro objetivo considera os principais estudos na área da economia comportamental acerca das influências das barreiras cognitivas, em especial o viés do presente, sobre a tomada de decisão financeira. Por fim, o quarto objetivo deste trabalho,

ainda que complementar, foi contribuir para o melhor conhecimento da região que foi objeto de pesquisa de campo, que é ainda muito pouco estudada.

Duas hipóteses norteiam este trabalho. A primeira sugere que o baixo uso do serviço de poupança formal das famílias pobres pode estar relacionado aos elevados custos de transação para realizar depósitos num banco comercial. A segunda hipótese está associada ao viés do presente potencializado pela condição de pobreza, ou seja, dado seu baixo nível de aspirações, os pobres tendem a priorizar resultados de curto prazo. Isso compromete a realização de poupança e, consequentemente, os investimentos em seu futuro.

A escolha de assentamentos rurais no norte do estado do Tocantins, como *locus* da pesquisa de campo, se justifica pela alta vulnerabilidade social dessa região. O território coberto pela pesquisa faz parte da Amazônia Legal e é caracterizado como região de fronteira agrícola, com constantes conflitos agrários e grandes desigualdades sociais e econômicas.

A principal justificativa para a realização desta pesquisa é a lacuna de análises com essa temática encontrada na literatura no Brasil. Há pouquíssimos trabalhos empíricos no país que abordam a influência de vieses cognitivos na tomada de decisão das famílias de baixa renda em relação à poupança. O conhecimento da realidade social e econômica dessas famílias pode ser fundamental para o desenho de serviços financeiros mais adequados às suas condições e, assim, assegurar maior sustentabilidade das atividades financiadas e das instituições microfinanceiras.

Entender como as pessoas, em especial as mais pobres, tomam decisões financeiras, é de extrema importância para a elaboração de políticas públicas. Poupar não é uma tarefa fácil, principalmente para aqueles que vivem em condições de escassez. Nesse contexto, acredita-se que a poupança pode ser importante enquanto instrumento de proteção social, permitindo mais atividades geradoras de renda, controle de consumo, planejamento financeiro e proteção contra os choques. Isso pode garantir liberdade econômica, gerando um ciclo virtuoso no processo de desenvolvimento individual, como defende Karlan et al. (2013).

Além dessa introdução, este trabalho é composto por quatro partes. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura econômica acerca da pobreza. Em primeiro lugar, são expostas duas abordagens principais: a abordagem das capacitações de Amartya Sen, e a economia comportamental. O capítulo também aborda os componentes psicológicos da pobreza para entender como estes se associam a diferentes barreiras cognitivas na tomada de decisão. Avança depois pela temática de microfinanças, procurando entender as principais necessidades financeiras e estratégias adotadas pelas famílias pobres para lidar com riscos e choques. Revê também a literatura que trata das redes financeiras informais utilizadas pelos pobres. Por fim,

debruça-se brevemente sobre modelos de escolha intertemporal já consolidados na literatura econômica.

O terceiro capítulo trata dos procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A primeira parte apresenta as características gerais da pesquisa de campo, incluindo o tipo de amostra, objeto de estudo, procedimentos para coleta de dados e informações sobre a elaboração do roteiro de entrevistas. Na segunda parte são apresentadas as características socioeconômicas da região que foi objeto de pesquisa, descrevendo a sua constituição histórica.

Os resultados da pesquisa de campo são expostos no quarto capítulo. Primeiramente, busca-se entender os aspectos essenciais da vida familiar dos entrevistados a partir da descrição e análise das variáveis demográficas. Depois, é feita uma análise das características socioeconômicas das famílias, considerando aspectos relevantes para caracterização da pobreza em suas várias dimensões. Também são abordados nesse capítulo mecanismos de poupança e crédito, formação de portfólio, necessidades resultantes de pressões financeiras e estratégias para lidar com riscos e choques. A seção final descreve os padrões de escolha intertemporal e percepção que os entrevistados têm do futuro.

Por fim, o capítulo da conclusão resume as descobertas da pesquisa de campo e reflete suas implicações para políticas públicas. Ao analisar todos os resultados coletivamente, tenta-se chegar a conclusões mais gerais sobre a contribuição da economia comportamental do desenvolvimento para políticas de combate à pobreza e apresentar sugestões futuras para aprofundamento das questões que ficaram em aberto.

2. A POBREZA NA PERSPECTIVA DA TEORIA ECONÔMICA

De acordo com o Relatório sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), a maior parte da população mundial desfruta de condições de vida, riqueza, expectativa de vida e liberdade significativamente melhores do que as que vigoraram no passado. No entanto, essa melhoria nas condições de vida não ocorreu de forma homogênea para todos: cerca de 863 milhões de pessoas ainda vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, o que caracteriza situação de extrema pobreza, segundo os critérios do Banco Mundial. Outro aspecto importante é a concentração espacial da pobreza. Assim, a África Subsaariana e a Ásia Meridional representam cada uma delas, cerca de 40% da população do mundo em desenvolvimento afetada pela pobreza extrema.

Segundo Abhijit Banerjee e Esther Duflo (2012), todos os anos, nove milhões de crianças morrem antes de completar cinco anos de idade. Existem pelo menos 25 países, grande parte deles na África Subsaariana, em que a expectativa média de vida é de 55 anos. De acordo com Relatório Anual de Educação do Instituto Pratham (2014), só na Índia, mais de 30 milhões de crianças em idade escolar não conseguem ler um texto simples.

No Brasil, segundo a “Síntese de Indicadores Sociais” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), estima-se que 52,2 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza em 2016 (US\$ 5,50 por dia de renda *per capita* ou R\$ 387,70 mensais), o que equivale a 25,4% da população. No caso da pobreza extrema (US\$ 1,90 por dia de renda *per capita* ou R\$ 133,72 mensais), eram 13,35 milhões de pessoas, 6,5% da população. De acordo com a mesma pesquisa, a região Nordeste respondia por mais da metade da pobreza extrema no Brasil: 7,3 milhões de pessoas, ou 12,9% da população dessa região. Na região Norte, 11,2% da população era extremamente pobre, cerca de 1,95 milhão de pessoas.

A pobreza e a miséria trazem drásticas consequências para a vida humana. Diante disso, cientistas sociais, profissionais do desenvolvimento e formuladores de políticas públicas, por meio de organismos e instituições internacionais, buscam entender suas causas e propor medidas para erradicá-la. A ciência econômica, que tem como foco privilegiado a produção de riqueza, também tem se preocupado em discutir o fenômeno da pobreza, com o intuito de identificar suas causas e combatê-la de forma eficaz.

O objetivo deste capítulo é fazer uma revisão da literatura econômica sobre a pobreza, a partir de duas abordagens principais, ambas desenvolvidas na segunda metade do século XX: a abordagem das capacitações, que teve como principal inspirador o economista indiano Amartya Sen, e a economia comportamental, que retoma algumas das questões colocadas pela

abordagem das capacitações, aplicando seus conceitos a fenômenos característicos das situações de pobreza.

Assim, a primeira parte do capítulo será dedicada às contribuições originadas da abordagem das capacitações, que incluem a caracterização da pobreza como ausência de liberdade, bem como a discussão da deficiência de capacitações ligada à dificuldade de exercer escolhas. Pesquisadores que vêm investigando essas dimensões da pobreza caracterizam o baixo nível de aspirações como responsável por uma armadilha que perpetua essa condição, uma vez que, comparativamente às outras classes sociais, os pobres têm mais dificuldade de enxergar seus próprios talentos, visualizar oportunidades potenciais e estabelecer metas para o futuro.

Será também examinado o conjunto de riscos associados à condição de pobreza, bem como analisadas as estratégias adotadas pelos grupos submetidos a tal condição para enfrentar esses riscos, que abrangem o recurso a fontes de crédito e modalidades de poupança informais. De uma maneira geral, o que se procura contestar é a redução do conceito de pobreza à limitação de recursos monetários, caracterizando-a, ao contrário, como um fenômeno de múltiplas dimensões.

Assim, uma abordagem estritamente econômica da pobreza não permite dar conta do fenômeno em toda sua extensão. As duas correntes da teoria econômica aqui exploradas têm justamente o mérito de complementar a perspectiva econômica propriamente dita com contribuições de ciências sociais como a antropologia e a sociologia, e com intuições e descobertas de ciências humanas como a psicologia. Em seu desenvolvimento mais recente, a economia comportamental vem ainda somando forças com a neurociência, o que lhe permite examinar o efeito de condições físicas sobre o processo de tomada de decisão humano e animal.

Nesse espírito multidisciplinar, o capítulo abordará os componentes psicológicos da pobreza, para entender como estes se associam a diferentes barreiras cognitivas. A ideia da cultura da pobreza, disseminada por autores clássicos como John Lewis, é retomada no trabalho dos economistas comportamentais, que se propuseram a pesquisar o impacto de condições de escassez sobre as escolhas humanas. Esse grupo de economistas defende que o hiato entre necessidades e recursos requeridos para atendê-las cria uma carga cognitiva sobre o processo decisório dos indivíduos pobres; por sua vez, essa carga adicional potencializa os efeitos negativos de suas severas restrições orçamentárias. Segue-se que a pobreza não se resume à falta de dinheiro, ela implica também dificuldade de adotar um modelo mental que permita superar essa condição. A capacidade de exercer autocontrole sobre o comportamento, associada a situações de estresse físico e mental, é negativamente afetada pela condição de pobreza.

Finalmente, um aspecto importante da pobreza, que tem sido explorado extensivamente pelos economistas comportamentais, será objeto de discussão neste capítulo: a escolha intertemporal. A incapacidade de planejar o futuro, ou o viés do presente, parece ser um traço constante da tomada de decisão dos pobres. A crítica aos modelos convencionalmente adotados para caracterizar a escolha intertemporal, como o de utilidade descontada, proposto por Paul Samuelson em 1937, será aqui precedida de um breve apanhado da literatura sobre o tema. Essa literatura, que se origina em economistas do fim do século XIX, evoluiu na busca de modelos com maior realismo descritivo, como aqueles que implicam taxas decrescentes de retorno, ou descontos hiperbólicos.

2.1. A abordagem das capacitações

Segundo Banerjee e Duflo (2012), é preciso que se pense no desafio da luta contra a pobreza como um conjunto de problemas concretos que, uma vez propriamente identificados e compreendidos, poderão ser resolvidos, um de cada vez. Infelizmente, não é assim que em geral os debates sobre pobreza são encaminhados. E ainda que esses problemas estejam interligados, os autores argumentam, por exemplo, que em vez de se discutir qual é a melhor maneira de se resolver problemas relacionados à incidência da febre amarela, dengue ou malária, muitos especialistas tendem a se fixar nas grandes questões, tais como: Qual é a causa última da pobreza? As pessoas devem acreditar nos mercados abertos? A democracia é boa para os pobres? A ajuda externa terá um papel a desempenhar? E assim por diante.

Uma literatura influente sobre o assunto que procura responder tais questões sugere que o combate à pobreza nos países subdesenvolvidos pode ser realizada com ajuda externa dos países ricos (Sachs, 2005); pequenos projetos de ONG's sem ter necessidade dos governos e dos programas públicos de ajuda externa (Easterly, 2006); boa governança aprimorada através de ajuda externa e uso de um conjunto de instrumento de política econômica ortodoxa (Collier, 2007); fomento das instituições inclusivas, que reforçam os direitos de propriedade, criam condições equitativas para os cidadãos e incentivam investimentos em novas tecnologias (Acemoglu & Robinson, 2012); promoção de política industrial e comercial, fazendo uso, se necessário, de instrumentos de política pouco ortodoxos, como proteção comercial, subsídios e propriedade pública das empresas (Rodrik, 2007); incentivo à competitividade e criação de empregos formais nas pequenas e médias empresas apoiado por mecanismos de empréstimos (Karnani, 2011).

Esse amplo debate não está resolvido e muito menos pode ser solucionado em termos abstratos. Para Banerjee e Duflo (2012), é preciso resolver questões pontuais para melhorar a qualidade de vida das pessoas em comunidades pobres. Eles enfatizam a necessidade de entender o comportamento dos pobres oferecendo melhores opções de política pública através de rigorosas avaliações de impacto que podem explorar diferentes formas de fazer as coisas, de modo a descobrir o que realmente funciona para uma determinada comunidade. Esta perspectiva sobre comportamento e avaliação de impacto tem sido prosseguida ainda mais - especialmente no campo das microfinanças, tendo em vista o papel dos mecanismos de compromisso para ajudar os mais pobres (Karlan & Appel, 2011).

Diante de tantos diagnósticos tem-se a impressão que a pobreza é tão perversa que sua solução parece escapar à compreensão humana. O baixo nível de renda, apesar de ser uma das suas principais causas, parece não ser um alvo suficiente para sua solução, dada sua complexidade e multidimensionalidade.

Nesse sentido, muitas pessoas também concordariam com Amartya Sen (2010), o economista-filósofo laureado como Prêmio Nobel, segundo o qual a pobreza conduz a um intolerável desperdício de talento. A pobreza não é apenas falta de dinheiro, é ausência de capacitação para realizar o potencial de cada um como ser humano. Dentre as várias de suas contribuições, destacam-se estudos mostrando como e por quê a pobreza e a fome não são necessariamente eliminadas pelos *booms* econômicos e consequentes elevações da renda média.

No contexto do desenvolvimento como liberdade a ideia fundamental de Sen (2010) é que, na vida de qualquer indivíduo, certas coisas são valiosas por si mesmas. Entre essas coisas encontram-se condições que permitem às pessoas estarem livres de doenças que podem ser prevenidas; escaparem da morte prematura; participarem de comunidades; influenciarem as políticas públicas e assim por diante. Em suma, todas as pessoas devem ter acesso às oportunidades necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades.

2.1.1. A perspectiva da liberdade no processo do desenvolvimento

O enfoque das liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam o desenvolvimento com crescimento do produto nacional bruto (PNB), aumento das rendas individuais, processo de industrialização e avanço tecnológico ou modernização social. Para Sen (2010), o crescimento do PNB e o aumento das rendas individuais podem ser muito importantes como meio de ampliar as liberdades desfrutadas pela sociedade. No entanto, as liberdades dependem também de outros

determinantes, ou seja, o que os indivíduos podem realmente realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas e sociais, pelas liberdades políticas, pelos direitos civis e pela possibilidade de acesso à saúde, educação básica, e mecanismos de estímulo às suas potencialidades.

De forma análoga, é possível avaliar que a industrialização, o progresso tecnológico e a modernização social podem contribuir de forma significativa para expandir a liberdade humana. Ver o desenvolvimento como expansão de liberdades dirige o foco para os fins que o torna importante, em vez de limitá-lo a alguns dos meios. Nisso, a natureza da concepção do desenvolvimento como liberdade pode evidenciar-se com alguns exemplos elementares. Constantemente é questionado se determinadas liberdades políticas e oportunidades sociais, tais como liberdade de expressão, participação política ou oportunidades de receber educação, são ou não, indutoras de desenvolvimento. Essa forma de expor tais questões desloca o foco da concepção do desenvolvimento vista apenas como progresso econômico para as liberdades constituintes do desenvolvimento, no debate econômico.

Nessa perspectiva, a expansão da liberdade é considerada ao mesmo tempo o fim primordial e o principal meio de desenvolvimento. Pode-se chamá-los, respectivamente, de (1) “papel constitutivo” e (2) “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo está associado à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana:

As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas, a saber, ler, fazer cálculos aritméticos, ter participação política, liberdade de expressão etc. (Sen, 2010, p. 55).

A ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba dos indivíduos a liberdade de saciar a fome, de obter nutrição satisfatória ou remédios para doenças, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo digno, de ter acesso à água tratada e ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se intimamente à carência de serviços públicos e assistência social, como, por exemplo, a falta de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica ou de instituições eficazes para manutenção da paz e da ordem.

O papel instrumental da liberdade refere-se ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos⁴ contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e,

⁴ Sen (2012:235) utiliza o conceito de intitamento como o conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso de vários canais legais de aquisição facultados ao indivíduo. Numa economia de

assim, para a promoção do desenvolvimento. Dessa forma, as liberdades instrumentais podem ser classificadas em cinco tipos: (1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora (Sen, 2010).

As liberdades políticas incluem os direitos associados às democracias no sentido mais amplo, abarcando fiscalização do poder público, oportunidades de diálogo político, direito ao voto, liberdade de imprensa. As facilidades econômicas são as oportunidades que as pessoas têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Na medida em que o processo de desenvolvimento econômico eleva a renda e a riqueza da nação, estas se refletem no aumento de direitos econômicos da população. Nesse contexto, Sen (2010) destaca que as oportunidades sociais de educação e saúde complementam as oportunidades individuais de participação econômica e política, estimulando iniciativas no sentido de superar privações.

De acordo com o mesmo autor, as garantias de transparência estão relacionadas às necessidades de honestidade que as pessoas podem esperar: a liberdade de tratar uns com os outros sob garantias de transparência e clareza. E essas garantias têm um papel instrumental como inibidores de corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas.

Sen (2010) argumenta que a segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que as pessoas afetadas sejam reduzidas à miséria e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte. O campo da segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, como benefícios aos desempregados e suplementos de renda regulamentares para os indigentes, bem como medidas *ad hoc*, como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva ou empregos públicos de emergência para gerar renda para os mais pobres.

Em suma, na abordagem do “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais estão interligadas com os fins de plenitude da liberdade humana geral.

2.1.2. Pobreza como privação de capacidades

Conforme discutido anteriormente, somente a renda e riqueza não são bons indicadores das condições de vida de uma pessoa ou do tipo de vida que ela pode alcançar. Já notava a filosofia grega: “A vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é

mercado, o intitlamento é determinado pelo pacote original de bens que ele possui (dotação) e pelos pacotes alternativos que ele pode adquirir por meio do comércio e da produção. Os termos direitos ou titularidades são utilizados como sinônimos de intitlamentos na perspectiva da liberdade como desenvolvimento.

evidentemente o que procuramos – é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa” (Aristóteles, 1991, Vol. 10).

A riqueza não é um valor em si mesmo. Por exemplo, uma pessoa com uma grave deficiência não pode ser considerada em maior vantagem porque tem uma maior riqueza do que um vizinho forte e são. Uma pessoa rica com alguma deficiência pode estar sujeita a muitas limitações às quais uma pessoa pobre sem desvantagem física pode não estar. Nesse sentido, ao julgar as vantagens que diferentes pessoas têm em relação a outras, se tem que olhar para as capacitações totais que conseguem desfrutar. Sen argumenta que o “bem-estar” tem realmente a ver com o “estar bem”, que é ser capaz de viver por muito tempo, estar bem nutrido, ser saudável, ser alfabetizado e assim por diante: “The value of the living standard lies in the living and not in the possessing of commodities, which has derivative and varying relevance” (Sen, 1987, p. 34).

De acordo com Sen (2011), a ideia de capacitação (*capability*)⁵ está ligada à liberdade substantiva, que confere um papel central à aptidão efetiva de uma pessoa para fazer diferentes coisas que ela valoriza. A concepção de capacitações é fundamentalmente um reflexo da liberdade para realizar o que Sen apelidou de funcionamentos (*functionings*). Ela se concentra diretamente na liberdade como tal e não sobre os meios para realizar a liberdade, e identifica as alternativas reais que as pessoas têm. Ela pode ser lida como um reflexo da liberdade substantiva, na medida em que os funcionamentos são constitutivos do bem-estar e a capacitação representa a liberdade de uma pessoa para atingir o bem-estar.

Assim, o bem-estar de uma pessoa pode ser medido em termos da qualidade do seu estado, consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que abrangem estados e ações. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, livre de doenças que podem ser evitadas, da morte prematura, até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, participar da comunidade e assim por diante: “Os funcionamentos são constitutivos do “estado” de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes” (Sen, 2012, p. 79).

Ao distinguir funcionamento de capacitação, Sen (2012) recorre à seguinte ilustração: um exemplo de funcionamento é andar de bicicleta, que significa estar engajado em uma atividade (a bicicleta é um instrumento). O ponto interessante é a razão que leva o ciclista a

⁵ “*Capability*” é o termo empregado por Sen que deriva da fusão de “*capacity*” (capacidade) e “*ability*” (habilidade). Devido à dificuldade de tradução da palavra “*capability*” para o português, optou-se pela utilização do termo “capacitações”, que melhor expressa a ideia de oportunidades reais e liberdades substantivas.

andar de bicicleta, utilizando para ir ao local de trabalho ou lazer. Se estiver usando para ir ao local de trabalho, o faz porque não quer usar o seu carro, tem consciência ecológica, quer evitar o trânsito ou porque não tem automóvel. Mas é também possível que o indivíduo use a bicicleta porque não há um sistema de transporte público ou porque ele não é eficiente. Um rico executivo com consciência ecológica que vai de bicicleta até o seu escritório e um trabalhador pobre que vai de bicicleta até a fábrica estão compartilhando o mesmo funcionamento, mas por motivos e em contextos profundamente diferentes.

O exemplo anterior permite que Sen introduza a ideia de “liberdade de funcionamento”. Nesse sentido, o executivo tem maior liberdade do que o trabalhador, uma vez que tem um leque amplo de opções (de diferentes funcionamentos). Portanto, pode-se dizer que o indivíduo que dispõe de mais opções de funcionamentos está em nível mais alto de bem-estar.

Com base na abordagem das capacitações, Sen (2012) apresenta o seguinte exemplo: considere dois indivíduos 1 e 2, sendo que 1 tem um nível de renda algo mais baixo do que o de 2. Contudo, 2 tem um problema renal e precisa de um equipamento de diálise que custa caro, e ele tem uma vida muito mais “empobrecida” do que o indivíduo 1. Qual dos dois indivíduos é mais pobre – indivíduo 1, por causa da sua renda mais baixa ou o indivíduo 2, por ter seu “conjunto capacitações” mais limitado?

Para o autor a pergunta pode soar como puramente semântica. Poderia ser tentador assumir a perspectiva de que não importa de modo algum quem se chama de “mais pobre”, contanto que se definam os termos de forma clara. Neste caso, a porção de “nominalismo” filosófico pode de fato fazer algum sentido, mas também continua sendo verdade que a “pobreza” é um problema fundamental de avaliação na maioria das sociedades, e a forma como se identifica a pobreza é um assunto com certa gravidade prática nos contextos em que perguntas desse tipo são feitas. Trata-se de uma questão substantiva.

Sen (2012) esclarece que o ponto mais importante a analisar é que adequação dos meios econômicos não pode ser avaliada independentemente das possibilidades reais de “conversão” de rendas e recursos em capacidades para realizar funcionamentos. Uma pessoa com problema renal que precise de diálise pode ter mais renda do que a outra pessoa, mas ainda assim, estar mal provida de meios econômicos (renda), dado o seu problema em converter renda e recursos em funcionamentos.

Os recursos são importantes para a liberdade, e renda é crucial para evitar a pobreza, no entanto, não se pode tratar recursos e liberdade como sendo a mesma coisa. Da mesma forma, a insuficiência de certas capacitações mínimas devido à falta de meios econômicos não pode estar desagregada da conexão interpessoal variável entre renda e capacitação. Em suma, nos

termos de Sen (2010), pobreza é fundamentalmente a falta de liberdade individual para se viver a vida que se deseja – uma severa privação de capacitações básicas que limita o desenvolvimento de potencialidades.

2.1.3. Pobreza e falta de aspirações

Conforme já discutido, a liberdade real de um indivíduo está relacionada ao desenvolvimento de um conjunto de capacitações para ser realmente livre, ou seja, um conjunto de oportunidades. Essas capacitações permitirão que o indivíduo exerça certos funcionamentos, ou melhor, possa efetivamente escolher entre diferentes opções de funcionamentos.

Martha Nussbaum (1990) distingue, por um lado, capacitações internas, que são condições (físicas, mentais ou do caráter) que tornam uma pessoa capaz de escolher entre vários funcionamentos que considera valiosos e, por outro lado, capacitações externas, que se referem às condições materiais e sociais que tornam de fato disponíveis determinadas opções. A perspectiva de Nussbaum pode ser interessante na medida em que se investigam as relações entre capacitações internas e funcionamentos sob as lentes da pesquisa comportamental, sobretudo, a análise das aspirações como capacitação interna para realizar importantes funcionamentos.

O antropólogo Arjun Appadurai atraiu a atenção dos economistas ao fazer algumas conexões entre a persistência da pobreza e baixa capacidade a aspirar. Ele argumentou que os pobres podem não ter capacitação a aspirar. Assim, ao fortalecer esse aspecto, concebido como uma capacitação cultural “... the future-oriented logic of development could find a natural ally, and the poor could find the resources required to contest and alter the conditions of their own poverty” (Appadurai, 2004, p. 59). As pessoas que vivem na condição de pobreza têm menos oportunidades do que as de outras classes sociais de aprender sobre seus talentos, visualizar oportunidades potenciais e estabelecer metas.

Embora o trabalho do mesmo autor esteja voltado para a análise das aspirações na perspectiva antropológica, ele conseguiu estabelecer conexões com a abordagem das capacitações. Appadurai (2004) elogia o trabalho de Amartya Sen sobre capacitações, indicando que o economista recorreu à várias áreas das ciências humanas para tornar mais abrangente sua visão dos agentes econômicos como indivíduos engajados na construção de seu próprio futuro.

Nessa mesma perspectiva, Duflo (2012) sugere que o déficit de esperança pode ser uma das fontes da persistência da pobreza. Para a autora, a esperança poderia ser classificada como

uma capacitação fundamental no modelo de Sen, semelhante a saúde, bom estado nutricional e educação.

A literatura acerca das relações entre capacitações e aspirações é bastante incipiente e merece um tratamento analítico mais aprofundado. No entanto, alguns trabalhos empíricos em economia comportamental têm apresentado evidências da relação entre falta de aspirações e perpetuação da pobreza, que criam uma verdadeira “armadilha” das aspirações.

Galab et al. (2013), por exemplo, mostraram em uma pesquisa de campo na Índia que os pais com elevadas aspirações educacionais para seus filhos investem mais em educação, aumentando a probabilidade que seus filhos têm de auferir rendimentos mais elevados no futuro. Em contraste, os pais que subestimam os benefícios da educação contribuem para que seus filhos obtenham baixos rendimentos no futuro, colaborando para intensificação do círculo vicioso da pobreza.

Outra pesquisa de campo, realizada em comunidades pobres no México por Ruth Alsop e coautores (2006), constatou que mulheres e minorias sociais frequentemente sub-investiam em seu capital humano porque foram criadas para acreditar que não podem fazer certas coisas que outras pessoas de classes sociais mais elevadas podem fazer. Elas internalizam seu *status* de pobreza de maneira que as levam a fazer escolhas que perpetuam sua condição socioeconômica. De acordo com os mesmos autores, ao contrário, pessoas privilegiadas que pertencem às classes sociais mais altas tendem a ser mais otimistas sobre suas capacitações.

Duflo (2012) cita um estudo sobre pobreza realizado no Oeste de Bengala, que incluiu algumas questões-chave no formulário de pesquisa para avaliar o estado geral de bem-estar da pessoa e identificar presença de sintomas depressivos. No início da pesquisa, muitos dos potenciais beneficiários de um programa social apresentaram sintomas claros de depressão. Isso mudou oito meses depois para os indivíduos que foram beneficiados pelo programa, em contraste com o grupo de controle. Os pesquisadores notaram que o estado de saúde e satisfação com a vida dos beneficiados do programa melhoraram. Verificou-se os efeitos positivos do programa no aumento da produtividade, poupança, investimento na educação dos filhos e nas aspirações dos participantes.

Implicitamente as pesquisas de campo aqui citadas questionam os pressupostos comportamentais da teoria econômica tradicional no que se refere à tomada de decisão racional. Verifica-se que a baixa capacidade a aspirar influencia o processo decisório individual no contexto da pobreza. A baixa capacidade a aspirar, que é uma das restrições internas, pode distorcer a qualidade do processamento de informação, de modo que os pobres voltam a sua

atenção e preferências para recompensas menores imediatas comparativamente a recompensas maiores futuras.

2.2. Pobreza, afetos negativos e tomada de decisão econômica

Uma literatura recente na fronteira entre a economia e a psicologia está investigando as relações entre pobreza, afetos negativos⁶ e tomada de decisão econômica. Atualmente alguns levantamentos domiciliares já incluem medidas que podem ajudar na avaliação do bem-estar psicológico dos respondentes. Buscam, sobretudo, avaliar se os indivíduos apresentam sintomas de estresse ou depressão.

Um estudo sobre transtornos mentais da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017) estima que mais 300 milhões de pessoas em todo o mundo são afetadas pela depressão. Como já foi dito, há razões para acreditar que os pobres são potencialmente suscetíveis a apresentar problemas de depressão, transtornos de ansiedade e estresse. O rendimento e o *status* socioeconômico têm correlações conhecidas com o estresse e a ansiedade (Chen et al., 2010; Fernald & Gunnar, 2009; Evans & English, 2002; Lupien et al., 2001), com níveis do hormônio do estresse (Cohen et al., 2006; Li et al., 2007; Saridjana et al., 2010; Haushofer e Shapiro, 2013) e com a depressão (Dean et al., 2017; WHO, 2001).

Crick Lund e coautores (2010) realizaram uma revisão sistemática da literatura epidemiológica nos países em desenvolvimento com o propósito de examinar a relação entre transtornos mentais comuns e pobreza. Com base em análise bivariada e multivariada de 115 estudos publicados, verificou-se que a maioria dessas pesquisas (79%) acusou associação positiva entre indicadores de pobreza e transtornos mentais comuns, ou seja, quanto mais elevados os indicadores de pobreza de um país maior a incidência de transtornos mentais (depressão, ansiedade e estresse). Anne Case e Angus Deaton (2009) relatam sobre a alta fração de pessoas que sofrem de sintomas de depressão e ansiedade em comunidades pobres nas zonas rurais da Índia e África do Sul.

Para Duflo (2012), a falta de infraestrutura básica, que torna as tarefas do cotidiano mais difíceis, também é fonte de estresse para os mais pobres. A autora relata que no Marrocos um programa de saneamento básico para pessoas de uma comunidade pobre, envolvendo canalização e fornecimento de água potável, resultou na redução do estresse e melhoria na satisfação com a vida dos beneficiários do programa. Matias Cattaneo et al. (2009) encontraram

⁶ O termo afeto negativo também é utilizado na literatura pertinente ao assunto para expressar transtornos mentais relacionados à depressão, ansiedade, tristeza, falta de aspirações e estresse. Ver: Haushofer e Fehr (2015: 140-155).

os mesmos resultados para um programa que proporcionou aos domicílios pisos de cimento no México, embora nesse caso, houvesse também melhorias na saúde das crianças, o que pode ter contribuído para o resultado.

A falta de aspirações ou excesso de preocupação com o futuro também tem um importante papel na avaliação do bem-estar psicológico. Evidências de campo sugerem que choques negativos induzem a aumentos de níveis cortisol nas pessoas - na maioria dos experimentos se realiza o exame do cortisol salivar para diagnosticar estresse.

Em comunidades rurais de uma região semiárida no Quênia, Johannes Haushofer et al. (2012) associaram o nível de chuvas com o excesso de preocupação das pessoas a partir de níveis de cortisol. As famílias do estudo são particularmente dependentes da agricultura, e os baixos volumes de chuvas sinalizam colheita ruim no futuro. Controlando os efeitos fixos mensais e de localização, os autores descobriram que os níveis de cortisol são menores quando a precipitação pluviométrica é maior. Portanto, os pesquisadores sugerem que choques negativos ocasionados pela quebra de safra devido à escassez de chuvas tendem a ser desencadeadores de estresse e depressão.

Nessa mesma perspectiva, Banerjee e Duflo (2012) afirmam que os pobres enfrentam de forma mais aguda os riscos da falta de renda, de morte ou doença, o que faz com que fiquem preocupados e deprimidos. Os sintomas da depressão são muito prevalentes entre os pobres. Estar tenso torna a concentração mais difícil.

Pesquisas apontam também que os afetos negativos tais como depressão, falta de aspirações e estresse, podem afetar a percepção do futuro dos indivíduos, sobretudo os mais pobres. Psicólogos mostraram que a depressão estimula o desenvolvimento de um "estilo explicativo pessimista" (*pessimistic explanatory style*). Segundo Peterson et al. (2005) ao contrário dos indivíduos otimistas, os indivíduos deprimidos são mais propensos a ver maus eventos como culpa deles. Por sua vez, um estilo explicativo pessimista desencadeia a depressão, produzindo previsões negativas para o futuro, que promovem passividade e menor resiliência.

Jennifer Lerner et al. (2012) realizaram experimentos em dois laboratórios diferentes com cerca de 600 participantes, que foram induzidos a diferentes estados de humor a partir de dois tipos de filmes: triste e neutro. No grupo exposto a filmes que provocavam tristeza foi registrado um aumento no nível de impaciência de seus participantes, levando-os a preferir recompensas financeiras de menor valor no presente, em vez de recompensas maiores no futuro.

De uma forma geral, as pesquisas mostram que os afetos negativos provocam o aumento nos níveis de cortisol e aumentam a impaciência ou o desconto intertemporal, ao passo que

afetos positivos tem efeito contrário (Lerner et al., 2012; Ifcher & Zarghamee, 2011; Cornelisse et al., 2014; Tice e Bratslavsky, 2000).

Apesar dessas pesquisas relatadas, há poucas evidências conclusivas sobre os efeitos causais de diferentes intervenções para amenizar a pobreza sobre o bem-estar psicológico e tomada de decisão econômica. Segundo Haushofer e Ernst Fehr (2015), o elo mais fraco da relação causal que os pesquisadores buscam estabelecer é o efeito do estresse e do afeto negativo, pois ainda não há respostas satisfatórias quanto aos seus efeitos sobre o comportamento econômico.

Posto isto, alguém poderia sugerir que padrões comportamentais poderiam contribuir para a perpetuação da pobreza. Ou melhor, que a pobreza seria o resultado de escolhas que revelam preferências adaptadas às circunstâncias prevalentes, às quais os indivíduos de baixa renda estão sujeitos. Portanto, pode-se presumir que os comportamentos dos indivíduos possam emanar de uma “cultura da pobreza”. Esse tema polêmico será objeto de discussão da próxima seção.

2.3. A cultura da pobreza

A literatura resenhada até aqui reforça a tese de que a pobreza pode derivar de uma grande variedade de causas, incluindo baixa dotação de ativos, um ambiente institucional, privação de capacitações e falta de aspirações e, de forma complementar, comportamentos com suas irracionalidades – tentações, inconsistência temporal, déficits informacionais, alta aversão ao risco, formação de crenças e restrições culturais (Rabin, 1998; Kahneman, 2012; DellaVigna, 2009).

No entanto, os contextos e as circunstâncias em que os pobres decidem o que fazer são substancialmente diferentes daqueles enfrentados pelos demais grupos da sociedade, e as consequências dessas decisões podem ser muito mais graves para a sobrevivência, o que significa que mesmo motivos idênticos de comportamento geralmente conduzem a decisões e resultados muito diferentes. Entre as várias explicações para entender a natureza das causas da pobreza existe uma literatura que sugere que padrões comportamentais são relevantes para explicar a persistência desse fenômeno.

Para conceber políticas e programas de desenvolvimento potencialmente efetivos de combate à pobreza é preciso entender que fatores influenciam as escolhas feitas pelos pobres, fato destacado por Banerjee e Duflo (2012) e por Karlan e Appel (2011) em seus livros recentes. Em princípio, é possível adotar a premissa de que os pobres seguem os mesmos padrões gerais de comportamento que o resto da humanidade.

Alguns desses padrões comportamentais foram identificados num estudo de campo em favelas do meio urbano do México e de Porto Rico na metade do século XX, pelo famoso antropólogo Oscar Lewis (1966). Essas comunidades pobres foram caracterizadas pela existência comum do desemprego e subemprego, baixo nível de alfabetização e educação, falta de ativos e ausência de poupança, justificada nas suas palavras do autor pela “... strong present time orientation with relatively little disposition to defer gratification and plan for the future” (Lewis, 1966, p. 23). Esse conjunto de características observadas nessas comunidades foi associado por Lewis àquilo que denominou de “cultura da pobreza”.

Nessa mesma perspectiva, o economista John Kenneth Galbraith (1979) apresenta algumas explicações acerca das causas do fenômeno da pobreza que vão além das privações materiais. Ao estudar padrões comportamentais em comunidades rurais carentes, o economista diz não se surpreender ao observar que o pobre pode se acomodar à sua pobreza. Ele explica que o equilíbrio da pobreza é reforçado pela falta de aspiração – a ausência de esforço para fugir dessa condição:

Na comunidade rural pobre a aspiração entra em conflito com um dos elementos do comportamento humano mais profundo e mais previsível, que é a recusa de lutar contra o impossível, a tendência a preferir a resignação à frustração (Galbraith, 1979, pp. 61-62).

As pessoas que viveram durante séculos na pobreza, no relativo isolamento da aldeia rural, acabam aceitando essa situação. Seria de admirar se fosse de outra maneira. O povo não luta geração após geração, século após século, contra circunstâncias que são constituídas de forma a trazer-lhe a derrota. Para Galbraith (1979), o povo aceita a derrota, e essa aceitação não significa fraqueza de caráter. Trata-se de uma reação perfeitamente lógica. Ao considerar a força dominante do equilíbrio da pobreza dentro do qual vive o povo, a acomodação é a solução ótima. A pobreza é cruel, mas uma luta incessante, constantemente frustrada, para fugir da pobreza, é ainda mais cruel: “A acomodação à cultura da pobreza é também inalterável, e isso, por sua vez, reforça o equilíbrio da pobreza porque suprime a aspiração a nível melhor” (Galbraith, 1979, p. 71).

Embora a acomodação explique em alguma medida a persistência da pobreza, para Galbraith (1979) dizer que o povo se acomodou à sua pobreza parece deprimente – tornando-o desprezível por falta de valor e de ambição, ou qualquer outra forma depreciativa. O economista pondera seus argumentos sugerindo que a acomodação não parece ser uma tendência humana aceitável. Há sempre uma minoria de pessoas que procura escapar à sua influência. Na sua percepção a educação é um dos mecanismos capazes de destruir a “cultura da acomodação”:

Nessa mesma perspectiva, Charles Karelis (2007) realizou um estudo para entender porque indivíduos nascidos na extrema pobreza permanecem “armadilhados” nessa condição. O autor identificou cinco padrões comportamentais ou ações que transcendem o tempo e espaço que podem explicar o fenômeno da pobreza, a saber: não trabalhar, não concluir os estudos, não poupar para o futuro, abusar de bebida alcoólica e assumir riscos com a lei. O autor justifica seus argumentos explicando que os reformadores sociais americanos do século XIX que tentaram “combater a pobreza com virtude” associavam a pobreza à “indolência, imprudência e intolerância”. Os reformadores perceberam que os pobres eram mais suscetíveis do que os não pobres a não trabalhar e estudar (indolência), mais propensos a não se precaverem contra tempos difíceis (imprudência) e mais predispostos a se tornarem incapacitados pelo abuso do álcool (intemperança).

Embora a categorização desses padrões de comportamentos seja fonte de polêmicas e controvérsias, a contribuição da pesquisa de Karelis (2007) está na sistematização de algumas teorias da pobreza que entendem que o comportamento “irracional” dos pobres está associado a fatores internos, denominados pelo autor de disfunções psicológicas. Essas teorias sugerem que a origem das mesmas disfunções está relacionada à apatia, aos horizontes temporais limitados e à fraqueza de força de vontade dos pobres.

Sendhil Mullainathan e Eldar Shafir (2010) propõem uma perspectiva “alternativa”. Para eles os padrões comportamentais dos pobres podem não obedecer estritamente ao cálculo racional, mas podem, por outro lado, não ser especialmente desviantes. Os pesquisadores sugerem que os pobres podem exibir os mesmos vieses comportamentais das pessoas de outras classes sociais, exceto que na pobreza os mesmos comportamentos muitas vezes se manifestam de maneiras mais pronunciadas e podem levar a piores resultados no processo decisório. Em outros termos, os vieses comportamentais podem ser potencializados pelas condições de escassez, conforme será exposto a seguir.

2.4. Escassez e sobrecarga cognitiva

O problema da escassez é fundamental para entender as nuances comportamentais das teorias citadas anteriormente, sobretudo aquelas associadas a fatores internos. Nesse sentido, Mullainathan e Shafir (2013) exploram o sentimento de escassez e as consequências psicológicas e comportamentais em um conjunto variado de pesquisas empíricas, sobretudo na tomada de decisão no contexto da pobreza:

So if you want to understand the poor, imagine yourself with your mind elsewhere. You did not sleep much the night before. You find it hard to think clearly. Self-control feels like a challenge. You are distracted and easily perturbed. And this happens every day. On day of the material challenges poverty brings, it also brings a mental one (Mullainathan & Shafir, 2013, p. 161).

Situações de escassez – a lacuna entre as necessidades e os recursos requeridos para atendê-las - criam sobrecargas cognitivas adicionais (*cognitive burdens*) que interferem na tomada de decisões, somando-se às restrições monetárias da pessoa. Em especial, as preocupações financeiras urgentes associadas à pobreza modificam a forma como as pessoas alocam sua atenção: as pessoas geram um foco intenso nos problemas do presente, negligenciando os outros no futuro (WDR, 2015).

Essa sobrecarga cognitiva sobre os indivíduos dificulta o pensamento deliberativo. Os pobres devem gastar uma grande quantidade de energia mental todos os dias para apenas assegurar o acesso às necessidades básicas, tais como obter alimentos e água potável, tendo menos energia para tomar decisões “corretas” do que aqueles que vivem em locais de boa infraestrutura e boas instituições. Os menos afortunados podem assim ser forçados a depender ainda mais fortemente do pensamento automático comparativamente aos não pobres (WDR, 2015).

Pensar automaticamente permite que as pessoas simplifiquem os problemas e observem o mundo através de molduras estreitas (*narrow frames*). Os indivíduos preenchem a falta de informações baseados em hipóteses sobre o mundo e avaliam situações baseadas em associações que emanam automaticamente da mente e de seu sistema de crenças (Kahneman, 2012; WDR, 2015; DellaVigna, 2009). Nesse contexto, conforme apresentado na seção 2.1, as pesquisas na área da psicologia e da antropologia sugerem que a pobreza cria modelos mentais nos quais os pobres veem a si mesmos e suas oportunidades. Em especial, eles podem não ser capazes de imaginar uma vida melhor.

Mullainathan e Shafir (2013) sugerem que a escassez em si captura a mente dos indivíduos. Eles utilizam o termo *bandwidth*, largura da banda, para se referir à capacidade computacional, habilidade de prestar atenção, tomar boas decisões, ampliar a visão do futuro, resistir às tentações e manter o autocontrole dos indivíduos. Assim, os autores concluem que a situação de escassez diminui a “frequência da banda” do indivíduo, impedindo-o de focar em outras decisões relevantes da vida.

Vale dizer que o termo “*bandwidth*” não destoa de dois importantes componentes relacionados à função mental estudados amplamente na psicologia. O primeiro componente é a capacidade cognitiva - o mecanismo psicológico que subjaz à capacidade dos indivíduos de

resolver problemas, reter informação e engajar-se num raciocínio lógico. O segundo componente é o controle executivo, que se refere à habilidade dos indivíduos de gerenciar suas atividades cognitivas, incluindo planos, atenção, iniciar e inibir ações e controlar impulsos (Mullainathan & Shafir, 2013).

Anandi Mani e seus colegas (2013) realizaram um experimento randomizado controlado com agricultores de cana-de-açúcar em 54 aldeias rurais em dois distritos de Tamil Nadu, Índia, com o propósito de investigar a hipótese de que pobreza prejudica diretamente a função ou habilidade cognitiva. Eles examinaram o desempenho cognitivo dos agricultores antes, durante e depois da colheita e constataram que havia uma diminuição do desempenho cognitivo antes da safra. Para os pesquisadores, esse resultado não pode ser atribuído simplesmente ao estresse, mas deve ser explicado pela própria situação de pobreza. Antes da colheita os agricultores estão sujeitos a uma maior escassez de recursos, o que consome seus recursos mentais.

Essas evidências corroboram as conclusões de Mullainathan e Shafir (2013), que faz uma metáfora com um túnel que restringe a visão do indivíduo. A escassez tornaria os indivíduos cegos em relação a fatores periféricos, fora do túnel. A sobrecarga cognitiva e a limitação do campo visual (*tunneling*) no contexto da escassez podem induzir os indivíduos a um ciclo vicioso de tomada de decisão econômica que contribui para a perpetuação da pobreza, uma vez em que as preocupações que aprisionam as suas mentes podem gerar um intenso foco voltado para o presente.

A situação de escassez torna a tomada de decisões dos pobres uma tarefa complexa e, portanto, restringe as condições que os indivíduos enfrentam para fazer julgamentos críticos e escolhas mais favoráveis. Como resultado, muitos deles perdem parte da sua capacidade de planejar, manter seus objetivos futuros.

2.5. Depleção do ego e força de vontade limitada

Além da escassez que sobrecarrega a capacidade cognitiva dos pobres, tornando a tomada de decisão mais difícil, outros estudos reforçam essa hipótese, associando a pobreza ao controle comportamental. O termo “controle comportamental” é utilizado por Spears (2011) para denotar o que os psicólogos e cientistas sociais chamam de força de vontade, autocontrole ou função de controle executivo – busca de objetivos intencionais em contraposição a comportamentos impulsivos.

Segundo Dean (2017), o autocontrole ou controle inibitório (*inhibitory control*) é uma das funções cognitivas cruciais para tomada de decisão econômica. É utilizado

para dominar impulsos e minimizar a interferência de estímulos irrelevantes, ou seja, trata-se do processo mental que bloqueia distrações e controla comportamentos impulsivos.

Nessa perspectiva, alguns estudos na área da pesquisa comportamental avançaram na análise de mecanismos que associam os problemas de autocontrole com força de vontade limitada (*limited willpower*) no processo decisório individual. A depleção do ego (*ego-depletion*), termo utilizado originalmente por Roy Baumeister et al. (1998), por exemplo, sugere que o autocontrole é produzido com um estoque de força de vontade limitada, que, por sua vez, é utilizado temporariamente quando as pessoas regulam suas emoções ou resistem à tentação. Assim: “if resisting temptation uses some kind of strength or energy, then this will be depleted afterward, and subsequent persistence should decrease” (Baumeister et al., 1998, p. 1254).

Mark Muraven e Roy Baumeister (2000), a partir de uma revisão de algumas evidências empíricas, sugerem que o autocontrole funciona como um músculo ou força limitada. Mais especificamente, eles argumentam que as pessoas têm capacidade limitada para controlar e alterar seu comportamento e essa capacidade parece ser vulnerável ao esgotamento após o uso extenuante, sobretudo quando os indivíduos se encontram em circunstâncias que criam fortes e novas demandas de autocontrole.

Embora as teses da depleção do ego e da força de vontade limitada não tivessem sido originalmente concebidas para caracterizar a psicologia da pobreza, a necessidade de autocontrole pode surgir de forma mais intensa, especialmente para os mais pobres. Para Spears (2010), gastar dinheiro e força de vontade podem ser substitutos. Muitas ofertas de compras tentadoras que são facilmente acessíveis para pessoas mais ricas exigem que uma pessoa mais pobre use força de vontade e poupe seu dinheiro: “If willpower is limited, and if a poorer person can afford less indulgence, then poverty will deplete self-control when the poor face expensive temptation” (Spears, 2010, p. 25).

Barnejee e Duflo (2012) sugerem que o problema de autocontrole ou “tentação” tende a ser uma expressão de necessidades viscerais. Eles argumentam que pode ser muito mais fácil para os ricos vivenciar situações em que já tenham saciado os seus desejos. Quando decidem se hão de poupar ou não, poderão partir do princípio de que qualquer dinheiro extra destinado ao futuro será empregado em objetivos em longo prazo.

Esse efeito é reforçado pelo fato de muito dos bens que os pobres desejarão no futuro, como um carro, uma casa própria ou admissão do seu filho numa faculdade, serem relativamente dispendiosos. Como resultado, quando essas pessoas têm alguma disponibilidade de dinheiro, os bens tentadores poderão se impor no processo de escolha, adiando assim a

realização de poupança que fariam para adquirir um determinado bem. O resultado é um círculo vicioso:

(...) poupar é menos atraente para os pobres, pois para eles o objetivo tende a estar muito longe e sabem que haverá muitas tentações ao longo do caminho. Mas claro, se não pouparem permanecerão pobres (Banerjee & Duflo, 2012, p. 259).

O autocontrole poderá ser mais difícil para os pobres por outro motivo: visualização do futuro. Essas decisões exigem pensar acerca do futuro (um futuro provavelmente desagradável de contemplar, para as pessoas que vivem próximas à linha da miséria), estabelecer um número de contingências, negociar com os familiares. Para serem capazes de poupar todas as semanas ou meses, os pobres têm de ultrapassar problemas de autocontrole várias vezes (Banerjee & Duflo, 2012).

Grande parte da literatura empírica em economia comportamental tem estudado como os problemas de autocontrole influenciam o comportamento econômico. No entanto, as evidências acerca do impacto causal da renda, da riqueza ou de outros fatores que afetam capacidade cognitiva, autocontrole e preferências intertemporais ainda são escassas. De modo mais geral, tem-se apenas uma compreensão limitada dos determinantes subjacentes dos problemas de autocontrole e suas causas (Dean, 2017).

No contexto da poupança, empréstimo e investimento, por exemplo, um conjunto de evidências sugere que os problemas de autocontrole interferem nas escolhas intertemporais de indivíduos de baixa renda. Uma série de estudos detalham casos em que os pobres não conseguem tirar proveito de pequenas oportunidades de investimento de alto retorno. Além disso, os pobres são mais propensos a tomar empréstimos rotineiramente a altas taxas de juros (Aleem, 1990; Banerjee & Mullainathan, 2010).

Alguns estudos apresentam evidências de que o autocontrole afeta as escolhas de poupança e consumo dos indivíduos. Nava Ashraf et al. (2006) constataram o sucesso de um mecanismo de compromisso adotado por agricultores nas Filipinas. Os beneficiários do programa foram estimulados a poupar parte de sua receita, e isso teve um impacto positivo sobre seus níveis de investimento.

Para entender os fatores que limitam os mais pobres a pouparem, Pascaline Dupas e Jonathan Robinson (2013) realizaram experimento de campo em áreas rurais do Quênia. O estudo teve como base um sistema de poupança comunitária - Associações de Poupança e Crédito Rotativo (*ROSCA - Rotating Saving and Credit Associations*) - com tecnologias de poupança informal (não bancária). Como resultado geral, verificou-se que a oferta de poupança

informal aumentou substancialmente o investimento em saúde preventiva, ajudando a reduzir a vulnerabilidade aos choques de saúde nas comunidades pobres pesquisadas. Fornecer um lugar seguro para guardar o dinheiro era suficiente para aumentar a poupança de saúde, através de um efeito de contabilidade mental.

No entanto, entre os participantes desse mesmo estudo com viés do presente, o volume de depósitos não aumentou. Dupas e Pascaline (2013) sugerem que as tecnologias de poupança informal podem não ser suficientes para aumentar a poupança dos indivíduos que apresentem este tipo de preferência, havendo a necessidade de combinar seu acesso à poupança com algum mecanismo de compromisso. Portanto, a depleção do ego e a força de vontade limitada que podem provocar os lapsos de autocontrole tendem a ser mais onerosos para aqueles que vivem na pobreza.

Posto isto, poder-se ia pensar que qualquer dinheiro extra leve os pobres a descuidar do futuro, optando por satisfazer suas necessidades no presente, o que comprometeria sua capacidade de poupança e renda futura. Entretanto, por ora, seria prematuro tecer tais conclusões sem se investigar como os pobres gerenciam seus recursos e quais instrumentos financeiros utilizam para garantir sua sobrevivência. A próxima seção sintetiza resultados de estudos de campo sobre a vida econômica das famílias pobres, do ponto de vista de sua vulnerabilidade e dos riscos a que se sujeitam.

2.6. Pobreza, vulnerabilidades e riscos

Essa seção discute vulnerabilidade, riscos e privações inerentes à densa vida financeira das famílias pobres. Aqui vale repetir a pergunta que tem norteado esta investigação: como é possível pensar que famílias pobres possam ter alguma vida financeira? A resposta para questão não é tão simples e requer uma breve revisão de alguns trabalhos empíricos que descrevem estratégias adotadas pelas famílias para sua sobrevivência financeira.

O debate acerca da pobreza, apresentado até aqui, permitiu compreender algumas abordagens teóricas que convergiram para a visão contemporânea acerca da multidimensionalidade da pobreza e do desenvolvimento como liberdade e expansão das capacitações dos indivíduos. A opção do presente trabalho em seguir essa linha teórica justifica-se pelo fato de poder apresentar uma parte da literatura que tem discutido a vida financeira dos pobres numa perspectiva mais abrangente, que não se limita à renda.

Segundo Sônia Rocha (2006), a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma

ideal. No entanto, para operacionalizar essa percepção ampla e vaga, é imprescindível especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Para a autora, a renda continua sendo a variável consagrada para mensurar pobreza em sociedades monetizadas, pois é ela que dá acesso a bens e serviços capazes de proporcionar bem-estar. Não é, porém, a única variável relevante no caso de sociedades com baixo nível de desenvolvimento social e produtivo, nem mesmo a mais recomendada para análise.

Embora a medida renda-pobreza tenha sido criticada por seu “reducionismo” e “viés de mensurabilidade”, para Peter Townsend (1993), essa perspectiva tem fortes argumentos porque permite comparações quantitativas e análises de variações no acesso das pessoas às suas necessidades mais prementes, em termos econômicos. Já para Martin Greeley (1994), a principal justificativa para manter a renda como unidade de medida está onde a pobreza absoluta dita o primado das necessidades materiais, ou seja: “... an absolute and objective poverty line is a form of information that empowers the poverty reduction agenda and encourages appropriate resource allocations” (Greeley, 1994, p. 14).

Assim, o autor não considera a pobreza absoluta como a questão central para o desenvolvimento, sugerindo a adoção de outras medidas capazes de dar conta da totalidade das privações humanas.

Por esse mesmo prisma, Robert Chambers (1983) chama a atenção para as várias formas de privações identificadas pelos pobres que não estão associadas somente à perspectiva da medida renda-pobreza. Para explicar a persistência da pobreza o autor esboça um esquema que denominou armadilha das privações. Nesse esquema algumas privações que caracterizam a pobreza estão interligadas, tais como a vulnerabilidade pela falta de ativos; fraqueza física pela falta de alimentos e má nutrição, que provoca baixa imunidade às doenças infecciosas; inferioridade social, humilhação e isolamento; e impotência pela falta de recursos, que caracteriza o baixo *status* social.

Jodha (1988) defende que a variação da renda das famílias pobres, sobretudo as que vivem no meio rural, é muitas vezes insuficientemente capturada pelas pesquisas em ciências sociais. Para melhor entender as deficiências metodológicas no que se refere à medida renda-pobreza, o autor estudou a incidência da pobreza rural em duas aldeias do Rajastão, na Índia, através de diferentes abordagens de pobreza, durante os anos de 1963-66 e 1982-84. Famílias que se tornaram mais pobres pela medida convencional de renda se consideraram melhores em outros indicadores qualitativos definidos em seus próprios termos. O autor sugere a necessidade de complementar medidas convencionais de renda por indicadores qualitativos de bem-estar para chegar a uma compreensão mais realista da pobreza.

De acordo com David Hulme e Paul Mosley (1996), evidências trazidas pelas pesquisas de campo têm sido utilizadas para construir um conceito holístico de pobreza que reconhece sua multidimensionalidade, possibilitando capturar qualitativamente outros elementos relevantes para explicar o fenômeno. Os autores defendem a necessidade de integrar as duas perspectivas da pobreza, aquela que reduz o fenômeno à sua dimensão material, e aquela que agrega variáveis culturais e psicológicas, integrando-as numa só.

A insistência nesse debate de abordagens alternativas na explicação da pobreza não é meramente uma questão de significância metodológica, trata-se também de uma questão estratégica no âmbito dos serviços financeiros voltados para as famílias pobres. Segundo Jean Drezè e Amartya Sen (1989), as abordagens que focam nas estratégias de promoção da renda (abordagem reducionista) enfatizam, quase que exclusivamente, a provisão de crédito para pequenos negócios. Por outro lado, uma visão mais ampla de pobreza, que se concentra na análise da flutuação dos ganhos e nos planos para “amortecer” os choques negativos de renda, introduz estratégias bem diferentes.

A adoção de estratégias de proteção contra o risco (abordagem holística), por exemplo, torna-se relevante no combate à pobreza na medida em que o foco volta-se para mecanismos voluntários de poupança, empréstimos para consumo e atividades geradoras de renda. Esse fato abre uma série de possibilidades para analisar a vida financeira das famílias pobres a partir de uma perspectiva mais integrada, que envolva níveis de vulnerabilidade, fontes de riscos, acúmulo e diversificação de ativos.

Nesse sentido, o conflito entre as abordagens reducionista e holística de pobreza não surge da relação entre promoção e proteção de renda, mas sim da priorização relativa de necessidades materiais e não-materiais. A perspectiva reducionista entende que necessidades materiais básicas têm prioridade sobre as necessidades não-materiais, o inverso prevalecendo na perspectiva holística. Em suma: “... for us there is no scientific basis for choosing between these two positions: it is matter for judgment on the basis of personal value” (Hulme & Mosley, 1996, p. 108).

Dado o debate conceitual acerca das abordagens para avaliação de pobreza, a inter-relação dos conceitos sobre ativos, vulnerabilidade e riscos permite entender o fenômeno de forma mais ampla. Deve-se notar que parte da literatura na área de microfinanças tem destacado esses aspectos, que são fundamentais para melhor entender a vida financeira das famílias de baixa renda em estudos de campo.

Com base na síntese de estudos de campo de pesquisadores do Banco Mundial, Jennefer Sebstad e Monique Cohen (2000) sustentam que o conceito de risco nesses estudos é

comumente definido como chances de perda ou a própria perda de ativos como estoque de riqueza numa unidade familiar. Embora os ativos tipicamente sejam considerados como coisas ou bens, o seu conceito pode ser estendido para além da simples abordagem contábil, incluindo bens intangíveis como relações familiares, direitos sociais e capital humano, por exemplo.

O termo vulnerabilidade, por sua vez, reflete o risco de exposição das famílias a pressões e choques negativos e a sua capacidade de lidar com as consequências desses eventos. Nesse sentido, Michael Lipton e Simon Maxwell (1992) argumentam que a medida renda-pobreza é um conceito estático no tempo, enquanto a vulnerabilidade é um conceito dinâmico, porque capta o processo de mudança à medida que as pessoas entram e saem da pobreza.

O “*mix*” dessas estratégias num dado período de tempo refletirá o nível de vulnerabilidade das famílias. Segundo os mesmos autores, em geral, os resultados dos estudos de campo mostram que as estratégias *ex-ante* utilizadas pelas famílias se concentram em grande parte na: (1) a diversificação e estabilização da renda e (2) construção de ativos. Já as estratégias *ex-post* dependem da natureza do evento ou choque incluindo: (1) o nível de perda em relação aos recursos da unidade familiar, (2) a frequência do evento; (3) se o evento é covariante ou idiossincrático; e (4) se o evento é temporário ou permanente.

Moser (1998) vai além e sustenta que a definição requer a identificação de duas dimensões de vulnerabilidade: a) sensibilidade – magnitude de um sistema de respostas a um evento externo; e b) resiliência – a facilidade e rapidez de recuperação de um choque negativo. Em seu estudo sobre pobreza urbana, o autor define vulnerabilidade como insegurança e sensibilidade no bem-estar dos indivíduos, das famílias e das comunidades em face de um ambiente em mudança, e associado a isso, sua capacidade de resposta e resiliência aos riscos que enfrentam durante os choques.

Segundo Sebstad e Cohen (2000), a depender da fonte e natureza, o nível de risco varia. Isso porque alguns eventos adversos podem ser antecipados, enquanto outros são imprevistos. Alguns são pouco frequentes, enquanto outros se repetem constantemente. Os riscos associados a alguns eventos também poder ser covariantes, afetando todas as unidades familiares de uma localidade, enquanto outros podem ser idiossincráticos, afetando apenas algumas famílias.

Para os pobres, a luta para manter o nível de subsistência é essencialmente uma batalha contra os riscos associados às crises e aos choques negativos de renda. Por esse ângulo, a literatura pertinente ao assunto defende que as fontes de risco podem ser provenientes de fatores estruturais, eventos do ciclo de vida, crises e emergências. Compreender essas diferentes fontes de risco é fundamental para captar as estratégias financeiras adotadas pelas famílias pobres para lidar com situações adversas.

Na definição de Graham Wright, Deborah Kasente e Leonard Mutesarira (1999), os riscos provenientes de fatores estruturais são resultantes de mudanças de longo prazo ou permanentes na economia como um todo. Segundo os autores, alterações climáticas (inundações, tufões, geadas, secas), pragas e doenças na plantação, guerras, crise econômica (queda da renda, desemprego e inflação) e insegurança alimentar são os riscos provenientes de fatores estruturais mais comuns citados nos estudos de campo.

Uma das mais interessantes pesquisas de campo realizadas na área, conduzida por Darly Collins e coautores (2009) em Bangladesh, Índia e África do Sul, descreveu em detalhes as transações econômicas realizadas por 250 famílias pobres, através de diários financeiros. Os autores entrevistaram essas famílias a cada duas semanas durante um ano. Constataram que estar na situação de pobreza nessas regiões é viver não somente com dificuldades para administrar o cotidiano com poucos recursos, mas também viver com grandes riscos provenientes de fatores estruturais eminentes que perturbam a vida e os meios de sobrevivência.

Banerjee e Duflo (2012) estabelecem uma analogia entre pobres e gestores de fundos, decorrente do fato dos dois grupos estarem sujeitos a elevados níveis de riscos. De fato, nenhum gestor de fundos está sujeito a 100% de perdas, como quase todos os donos de pequenos negócios e agricultores em regiões pobres. Frequentemente os pobres precisam levantar capital financeiro para os seus pequenos negócios, recorrendo aos poucos recursos acumulados de suas famílias ou pedindo empréstimos em outros lugares. Trata-se de uma situação que a maioria dos gestores de fundos do mercado financeiro raramente enfrentariam.

Em levantamento sobre um conjunto de dezoito países, esses mesmos autores verificaram que a maioria da população pobre encontra-se em áreas rurais e sobrevive de algum negócio agrícola. O risco nesse caso está relacionado às questões ambientais, uma vez que a maioria das terras cultivadas pelos pobres não é irrigada. Isso torna os rendimentos agrícolas altamente dependentes do tempo: uma seca prolongada ou mesmo um curto atraso das chuvas pode provocar uma quebra de safra e metade do rendimento anual pode desaparecer.

Secas como as ocorridas em Bangladesh na década de 1970 ou as crises de insegurança alimentar na África nos anos 2000 atraem naturalmente a atenção dos veículos de comunicação, mas, mesmo em anos normais, a produtividade agrícola e o poder de compra da população pobre variam tremendamente de ano para ano. E, quanto mais pobre o país, maior essa variabilidade (Banerjee & Duflo, 2012).

Além da renda baixa, irregular e incerta, o desemprego é outro risco proveniente de fatores estruturais, uma vez que a principal fonte de trabalho para os pobres é frequentemente o emprego ocasional, pago por jornada. Segundo Banerjee e Duflo (2012), na Índia mais da

metade daqueles que estão empregados entre os mais pobres nas áreas rurais são trabalhadores temporários. Nas áreas urbanas, os autores estimam que essa modalidade de trabalho chega a 40% do total de empregos. Quando os trabalhadores têm sorte, encontram trabalho que duram várias semanas, no entanto, o risco está em não ter trabalho depois de terminar o período de prestação de serviço.

Narayan et al. (2000) constataram que um dos fatores estruturais de risco para as comunidades rurais pobres é a flutuação sazonal na disponibilidade de alimentos e água, que agrava o problema de insegurança alimentar. Em algumas áreas de Gana, por eles visitadas, o *sondure* (período da fome) pode durar até seis meses devido à escassez de chuvas e solos gravemente degradados. Nisso, os problemas de saúde provenientes da má nutrição se agravam no auge da estação seca nesse país, elevando os índices de mortalidade infantil.

Conforme mencionado, além dos riscos provenientes de fatores estruturais, outros riscos a que os pobres estão sujeitos podem ser classificados em mais duas categorias, aqueles provenientes de eventos do ciclo de vida e os provenientes de crises e emergências.

Os riscos provenientes de eventos do ciclo de vida referem-se a eventos que ocorrem durante a vida e que desregulam o orçamento doméstico, criando a necessidade de levantar recursos imediatamente. Os principais eventos que, com variados graus de intensidade, afetam as famílias são: morte, casamentos e festas. Embora esses eventos nem sempre possam ser previstos, alguns riscos provenientes do ciclo de vida podem ser antecipados, o que torna mais fácil gerenciá-los (Wright et al., 1999).

O estudo de Bonnie Brusky e João Fortuna (2002) aponta que depois da doença, a morte de um membro da família é o acontecimento que representa maior impacto financeiro. Segundo Cohen e Sebstad (2000) nos estudos de campo do Banco Mundial, a morte de um membro da família também surge como um dos mais estressantes eventos do ciclo de vida para os pobres. Em áreas afetadas por grandes epidemias de saúde, tais como HIV/AIDS, malária ou tuberculose, riscos associados com doenças crônicas são especialmente frequentes e afetam cada vez mais grupos jovens.

Analisando os diários financeiros das famílias, na África do Sul, Collins e coautores (2009) estimaram que as famílias precisam gastar aproximadamente sete meses de sua renda para realizar um único funeral. Eles identificaram alguns mecanismos informais de seguro funeral existentes nas localidades pesquisadas. Das práticas informais mais inusitadas tem-se o sistema de ajuda recíproca entre as famílias de uma comunidade: elas se comprometem a doar um determinado montante de dinheiro ou contribuir com doações em espécie quando ocorre algum funeral na comunidade.

Os riscos provenientes de crises e emergências são choques súbitos e inesperados que interrompem a capacidade de gerar renda das famílias ou as forçam a destinar parte da renda para cobrir um imprevisto, reduzindo assim os recursos para as atividades regulares de produção e consumo. Eventos como doença, perda de emprego, incêndio e roubo fazem parte dessa categoria de riscos (Wright et al., 1996).

Segundo Jennefer Sebstad e Monique Cohen (2000), a doença “emerge” nas pesquisas de campo como a forma mais proeminente de urgência. Em geral, o agravamento das doenças em comunidades pobres está relacionado às condições precárias de moradia e a falta de provisão de água potável e esgoto, que também se configuram como fatores estruturais de risco.

Para Moser (1998), as famílias pobres são particularmente vulneráveis à perda de renda resultante de doenças relacionadas à falta de saneamento básico. Isso porque elas não têm seus direitos plenamente garantidos em termos de atendimento pelos serviços públicos de saúde e seguridade social, que o autor atribui, em geral, à má gestão dos recursos públicos nos países em desenvolvimento.

Segundo Collins e coautores (2009), à época da pesquisa de campo realizada por eles, cerca de 9% das crianças na Índia e em Bangladesh faleciam antes de completar cinco anos de idade. Na África do Sul, esse valor girava em torno de 6%. Para os autores, as elevadas taxas de mortalidade infantil refletem as péssimas condições sanitárias e de infraestrutura.

As doenças são os eventos que produzem maior impacto sobre o orçamento doméstico dos pobres. Os estudos de Paul Gertler e Jonathan Gruber (2002) verificaram que o consumo doméstico cai em aproximadamente 20% quando um dos membros da família fica gravemente doente. Esse fato é mais complicado ao considerar que essas famílias destinam mais de 80% da renda familiar para o consumo de produtos de primeira necessidade.

Vale notar que a doença é muitas vezes imprevisível e, dependendo da sua duração, pode provocar um efeito devastador no orçamento das famílias. Quando as emergências ocorrem, as famílias precisam contar com todos os recursos de que dispõem. Muitas vezes esses mecanismos de enfrentamento de riscos são caros. Pior, eles trazem severos danos para a saúde financeira futura das famílias, pois corroem ativos e destroem os meios de sobrevivência impondo-lhes elevados níveis de endividamento. Infelizmente para as famílias pobres em geral “... health problems rapidly become financial problems” (Collins et al., 2009, p. 86).

Assaltos, roubos, fraudes, conflitos sociais, violência doméstica, incêndios são riscos provenientes de emergências imprevistas frequentemente mencionados pelos pobres em estudos de campo. Esses infortúnios têm forte impacto no orçamento das famílias quando

resultam na perda ou destruição de ativos, particularmente os ativos produtivos, conforme será exposto na seção a seguir, que trata de portfólios.

2.7. Portfólio dos pobres: estratégias de diversificação de ativos

Depois de uma classificação dos vários tipos de riscos enfrentados pelas famílias pobres, cabe investigar quais as estratégias por elas adotadas para lidar com esses eventos ou choques. De uma forma geral, a literatura acerca do assunto tem apontado que as famílias se utilizam da acumulação de ativos, costumeiramente agrupados em ativos físicos, humanos, sociais e financeiros como estratégia para o enfrentamento de riscos.

A acumulação de ativos físicos é uma das principais estratégias de sobrevivência das famílias pobres. Eles desempenham um importante papel de proteção contra riscos, porque representam um estoque de valores que pode ser utilizado em momentos de necessidade financeira.

De acordo com Carolyn Barnes (1996), é comum em estudos de campo, envolvendo o portfólio de famílias pobres, classificar os ativos físicos em duas categorias: produtivos e não-produtivos. Com base nesse esquema, terra, criação de animais, máquinas e equipamentos são classificados como ativos produtivos. Bens de consumo duráveis de uma forma geral, como móveis, televisores, bicicletas, automóveis entre outros são classificados como ativos não produtivos. A autora destaca que alguns dos itens listados como não produtivos podem ser usados para gerar um fluxo de renda para família. Por exemplo, uma casa pode ser usada para gerar renda através do aluguel de um cômodo e um refrigerador pode ser usado para armazenar alimentos para venda e para consumo doméstico.

É preciso acrescentar que essa categorização de ativos físicos está baseada na suposição sobre como um recurso será utilizado, portanto, pode-se cometer erros nessa classificação, pois o uso do ativo pode variar com o tempo. Numa pesquisa de campo esses detalhes são fundamentais para identificação desse tipo de ativo.

Na pesquisa de Brusky e Fortuna (2002), as famílias de baixa renda do setor urbano costumam acumular ativos físicos não produtivos. Ainda que esses ativos não tenham sido adquiridos com essa intenção, os bens de consumo duráveis são usualmente vendidos para atender emergências financeiras. Nesse caso, esses ativos também podem ser classificados como uma forma de poupança não monetária.

Na pesquisa de Narayan e coautores (2000), a posse da terra foi identificada pelas famílias como um ativo físico-chave para mensurar pobreza. No Equador, as famílias de baixa

renda associaram a pobreza a quatro fatores inter-relacionados: a) acesso limitado à terra para a criação de animais e produção de alimentos; b) fraca qualidade da terra; c) falta de instalações de equipamentos para agricultura de irrigação; d) limitada capacidade de criar e vender animais de médio e grande porte. Portanto, a falta de ativos físicos aumenta a vulnerabilidade das famílias pobres aos choques.

Os ativos humanos compreendem basicamente saúde, educação e trabalho. O estudo de Narayan et al. (2000) constatou que a perda de um adulto produtivo devido a uma doença crônica reduz drasticamente a capacidade de superar os choques negativos que as famílias podem enfrentar. A pesquisa de Brusky e Fortuna (2000) verificou que, para as famílias de baixa renda, o investimento em educação representa um elevado custo de oportunidade em relação a renda auferida do trabalho. Despesas com educação combinadas com a perda de renda de quem estuda, faz com que essas famílias tenham dificuldades em manter seus filhos estudando.

Sebstad e Cohen (2000) entendem que além da educação, o investimento em prevenção de doenças também faz parte da “preservação” dos ativos humanos, uma vez que a doença pode ser o evento mais preocupante para as famílias pobres, devido aos elevados gastos médicos. Todos esses elementos que compõem os ativos humanos estão interligados: os investimentos em infraestrutura de saneamento básico e educação são complementos importantes para reduzir o risco de doenças e os investimentos em medidas preventivas de saúde são importantes para aumentar a produtividade do trabalho dos indivíduos.

No que tange aos ativos sociais, embora os antropólogos reconheçam há muito tempo a importância desse ativo na construção e manutenção da confiança necessária para a coesão da sociedade, os economistas estão começando a reconhecer a sua relevância como um determinante de produtividade econômica. Robert Putnam, por exemplo, define ativo social como redes de informais que envolvem mecanismos de reciprocidade e normas incorporadas na organização social das comunidades – com instituições sociais hierárquicas. Nas palavras do autor: “Stocks of social capital, such as trust, norms, and networks, tend to be self-reinforcing and cumulative. Virtuous circles result in social equilibria with high levels of cooperation, trust, reciprocity, civic engagement, and collective well-being” (Putnam, 1993, p. 117).

Assim como outros ativos, o capital social não é estático. Segundo Moser (1998) as evidências de campo realçam as formas pelas quais as circunstâncias consolidam ou corroem os ativos sociais. As relações de reciprocidade, baseadas na confiança, são importantes no processo de consolidação desses ativos. Nas comunidades visitadas pelo pesquisador, os

mecanismos de reciprocidade entre as famílias pobres foram identificados sob a forma de ajuda monetária e trocas não monetárias.

Por fim, as estratégias para a construção de ativos financeiros estão circunscritas à gestão de pequenos montantes, incluindo mecanismos formais e informais de crédito e poupança. Na realidade, muitas famílias de baixa renda não têm acesso ao mercado financeiro formal e, por isso, uma parte da literatura de microfinanças tem voltado sua análise para os mecanismos financeiros informais por elas utilizados. Tais estratégias de sobrevivência financeira são dotadas de uma racionalidade peculiar ao ambiente de escassez de recursos que essas famílias vivem, conforme será apresentado a seguir.

2.8. Serviços financeiros no contexto da pobreza: crédito e poupança

Nos serviços financeiros de crédito a literatura de microfinanças tem identificado o predomínio do crédito informal utilizado pelas famílias de baixa renda. Por exemplo, na análise dos portfólios das famílias de baixa renda realizada por Collins et al. (2009), emergem características comuns à sua vida financeira: a maioria das transações econômicas são executadas com credores informais. Esses parceiros ou credores informais são geralmente parentes, amigos, vizinhos, comerciantes, empregadores, agiotas ou associações de crédito rotativo.

Os mesmos pesquisadores constataram que os pequenos montantes diários auferidos pelas famílias eram destinados imediatamente ao pagamento de dívidas realizadas com esses credores informais. Pequenos empréstimos sem juros foram registrados em muitos dos diários financeiros. Esses empréstimos de pequenos montantes realizados continuamente pelas famílias pobres garantiam sua sobrevivência financeira diária.

Stuart Rutherford (1999) pôde, por exemplo, identificar alguns tipos de agiotas - credores informais - nas favelas urbanas da Índia. Entre elas há um tipo de credor que visita as famílias frequentemente para oferecer pequenos montantes de dinheiro, denominado pelo autor como agiota urbano (*urban moneylender*). Seu método de trabalho é bastante simples. Ele empresta dinheiro às famílias sem colateral e recebe em pequenas parcelas regulares nas semanas seguintes da data da realização da dívida. Para o autor, o papel do agiota urbano em seu estudo é caracterizado como um serviço de intermediação financeira pessoal para os pobres. Esse mecanismo frequente de tomada de empréstimos possibilita que as famílias tenham certa disciplina nos gastos com os poucos recursos disponíveis, permitindo que façam pequenas economias para fazer frente ao pagamento de dívidas.

Recorrer a credores informais, não equivale apenas de empréstimos entre parentes, amigos e vizinhos. É de se supor que as famílias pobres façam o possível para não recorrer a esses parceiros informais quando necessitam de empréstimos, isto porque, a retribuição envolvida no recebimento de um recurso não se limita ao simples pagamento do valor monetário. Existem vínculos tradicionais de dependência personalizada que não estão restritos às relações familiares.

De acordo com Abramovay (2004), os indivíduos não ignoram a exploração a que estão sujeitos neste tipo de relação e a desigualdade em que ela se fundamenta. O importante, nesse caso, é a existência de vínculos e compromissos recíprocos de lealdade. Ainda que os empréstimos informais envolvam sistemas personalizados de dependência e exploração, eles são uma demonstração de confiança mútua e no contexto das famílias pobres essa confiança é uma questão de sobrevivência e a exploração toma a forma de reciprocidade.

José de Souza Martins (2003), estudando assentamentos da reforma agrária no Brasil, observou a importância tanto da rede de parentesco na mobilização, na luta e no modo de inserção nos assentamentos, como redes de parentescos, de lealdades e reciprocidades de favores. Para o autor, tais relações familiares estão longe de se basear unilateralmente na generosidade da ajuda: elas frequentemente envolvem contrapartidas e retribuições não econômicas e até mesmo a cobrança de tributos em trabalho, como sempre foi próprio da sociedade tradicional, mesmo entre parentes.

Um dos erros mais comuns nos estudos da vida das famílias de baixa renda no meio rural é a ideia de que sua produção é para sua subsistência e que se vende apenas o excedente. Segundo Abramovay (2004), a produção agrícola é o eixo de um sistema de endividamento que liga de forma personalizada e hierárquica o agricultor a atores sociais dos quais dependem sua sobrevivência. Nesse contexto, as famílias vão utilizar diversos meios para fazer frente às dívidas e outras necessidades financeiras indispensáveis: trabalho assalariado, aposentadorias, pensões, recursos vindos de parentes que deixaram a unidade familiar, transferências de renda.

No que tange aos serviços financeiros de poupança utilizados pelas famílias pobres, esse assunto num primeiro momento sugere uma verdadeira contradição: afinal, se são pobres como é possível que poupem? Na literatura em microfinanças as respostas para esta questão não parecem ser tão simples. De uma forma geral, as pesquisas de campo na área têm constatado que os pobres recorrem a mecanismos de poupança informal como estratégia de sobrevivência.

Como visto no capítulo anterior, Rutherford (1999) sugere que os pobres podem e querem poupar e, quando não o fazem não é por falta de capacidades, mas sim por falta de oportunidades. Sua pesquisa de campo em favelas na Índia constatou três fatos importantes:

- a) os pobres podem poupar, ainda que em pequenos valores irregulares;
- b) necessitam de montantes significativos de dinheiro, de vez em quando, para atender a propósitos variados;
- c) para grande parte dos pobres, esses montantes de dinheiro precisam ser obtidos a partir de suas economias - porque não têm acesso aos serviços financeiros formais;

O autor conclui que serviços de poupança voltados para os pobres podem ser em grande parte um mecanismo de proteção social, ao permitir melhor gestão dos pequenos montantes obtidos por eles diariamente, possibilitando o bem-estar material de suas famílias.

Por esse mesmo prisma Collins et al. (2009) notaram que a maioria das famílias pobres, mesmo vivendo com menos dois dólares por dia, raramente consomem todo dinheiro que ganham. Elas buscam “gerenciar” seus recursos da forma que podem, ou seja, com os instrumentos financeiros que estão ao seu alcance. Os pesquisadores mostraram que essas famílias têm vidas financeiras surpreendentemente sofisticadas, poupam e emprestam recursos com vistas para o futuro, criando complexas “carteiras financeiras”:

The poor are as diverse a group of citizens as any other, but the one thing they have in common, the thing that defines them as poor, is that they don't have much money. If you are poor, managing your money well is absolutely central to your life – perhaps more so than for any other group (Collins, et al., 2009, p. 4).

Banerjee e Duflo (2012), ao observarem as casas inacabadas em vilarejos na zona rural de Idaipur, na Índia, constataram que os pobres não conseguem poupar o suficiente para construir a casa de uma só vez. Isso pode parecer óbvio uma vez que os pequenos montantes auferidos diariamente pelas famílias são incertos e irregulares. No entanto, ao investigarem com mais detalhes como os pobres constroem suas casas de forma gradual durante anos “tijolo a tijolo”, descobriram que eles usam formas engenhosas de poupar. Os autores identificaram que os pobres formam clubes de poupança estimulados por projetos de desenvolvimento.

Deve-se notar que as pesquisas realizadas por Rutherford (1999), Collins et al. (2009) e Banerjee e Duflo (2012) sugerem que a suposição de que as famílias de baixa renda são incapazes de poupar revela um prejulgamento social arraigado. Esses autores desmontam essas crenças, descrevendo inúmeras formas que as famílias pobres encontram para economizar e guardar seus recursos.

Mas afinal, se os pobres poupam porque os bancos não descobriram uma forma para recolher essas poupanças? Os bancos não têm interesse em captar parte desses recursos?

Barnejee e Duflo (2012) sugerem que os bancos não têm interesse em gerir pequenas contas, devido aos custos administrativos. As instituições bancárias que captam depósitos à

vista são fortemente regulamentadas pelos governos que, por sua vez, estão preocupados com o desempenho e sustentabilidade financeira de tais instituições. Segundo os autores gerir contas demanda uma quantidade significativa de pessoal dos bancos para lidar com questões burocráticas, o que pode se gerar elevados custos em relação a qualquer quantia que o banco possa esperar ganhar com essas cadernetas de poupança com pequenos montantes.

Karlan et al. (2013) sugerem que os custos de transação zero são a principal hipótese para gerar mercados perfeitos. Acessar e usar produtos de poupança formal envolve custos monetários, tais como taxas de abertura de conta, requisito mínimo de saldo, taxas para saques, custos de transporte e custos de oportunidade (tempo e dinheiro) para realização de transações financeiras. Esses custos de transação significam barreiras a poupar para muitas famílias pobres em países em desenvolvimento.

Segundo Rutherford (1999) a necessidade de encontrar um lugar seguro para manter a poupança é tão importante que algumas pessoas pagam “coletores de depósitos” para guardar seus recursos. Em favelas do sudeste da cidade de Vijayawada, na Índia, o pesquisador descobriu algumas pessoas que ganham a vida como coletores de depósitos. As famílias poupadoras recebem uma espécie de caderneta simples com um cronograma de depósitos diários estabelecidos pelos coletores. Esses depósitos são pequenas sobras diárias que as famílias resgatam após o cumprimento do cronograma.

É preciso destacar que os coletores de depósitos cobram uma taxa de serviço das famílias que a poupança não é remunerada. Mas por que as famílias poupadoras poderiam aceitar uma taxa de juros negativa sobre os depósitos realizados?

A primeira resposta vem dos economistas. Eles diriam que essas taxas são tão anômalas que obviamente há um mercado imperfeito nesse caso. Isso quer dizer que há um descompasso entre oferta e demanda de serviços de poupança. Para Rutherford (1999) esse diagnóstico está correto ao considerar o contexto socioeconômico das favelas de Vijayawada, uma vez que os pobres não têm acesso aos serviços financeiros formais nessa localidade. Bancos são muitos distantes, física e socialmente e não apreciam pequenos depósitos.

A segunda resposta vem dos usuários do sistema e lança luz sobre a natureza da sua “demanda” por serviços de poupança. Os usuários desse tipo de serviço sabem que sozinhos não são capazes de economizar grandes montantes de dinheiro para suas necessidades diversas – numa situação adversa eles não seriam capazes de manter a disciplina sobre esses recursos. Portanto, mesmo tendo uma taxa de juros negativa sobre os depósitos realizados, ainda assim, as pessoas preferem os serviços dos coletores de depósitos como uma forma de autodisciplina (Rutherford, 1999).

O fato dos pobres, por falta de acesso a contas bancárias apropriadas, terem de adotar estratégias alternativas complicadas e dispendiosas para poupar pode significar que poupem menos do que se tivessem uma conta bancária?

Para responder essa questão, Pascaline Dupas e Jonathan Robinson (2013) testaram a expansão do acesso de contas bancárias para uma amostra aleatoriamente selecionada de pequenos empreendedores no Quênia. A pesquisa foi composta de vendedoras e motoristas de “ciclotáxi”, totalizando uma amostra de 250 indivíduos. Os autores subsidiaram integralmente a taxa de abertura de uma conta de poupança num banco local para os participantes da pesquisa. O banco tinha uma agência no mercado central daquela localidade, onde as famílias costumavam fazer seus negócios. Vale ressaltar que as cadernetas de poupança não rendiam juros.

Esse experimento forneceu fortes evidências de que os pequenos empreendedores no Quênia rural enfrentam grandes restrições de poupança. Segundo Dupas e Robinson (2013), essas restrições são tão fortes que cerca de 40% das vendedoras decidiram aceitar contas de poupança não subsidiadas, ou seja, com taxa de juros negativa. Esse resultado sugere que as oportunidades alternativas de poupança à disposição dessas vendedoras ofereciam um retorno esperado ainda mais negativo. Para os autores, os pobres estariam em melhores condições financeiras se tivessem cadernetas de poupança sem cobranças de taxas para abertura de conta.

Muito ainda precisa ser estudado acerca do comportamento de poupança dos pobres. Contudo, a falta de dados é o principal obstáculo para pesquisas acerca do assunto. Tal dificuldade se justifica porque a poupança tem de ser computada como um resíduo da renda menos despesas, ou como uma mudança de ativos e passivos durante o período de levantamento de dados da pesquisa. Todos esses componentes, particularmente a renda e passivos, são altamente sujeitos a erros de mensuração. Ademais, a renda familiar proveniente da atividade rural não é simples de mensurar, tornando a obtenção de dados de poupança mais difícil e sua análise mais complexa (Gersonvitz, 1988; Deaton, 1992).

Poupanças não-monetárias são comuns no contexto da escassez. Com base em pesquisa de campo em localidades rurais no nordeste brasileiro, Abramovay (2004) e sua equipe de pesquisadores argumentam que o acesso ao banco é muito custoso nessas regiões. Isso explica o hábito das pessoas guardarem dinheiro com um comerciante local, sem que se receba por isso qualquer remuneração. As mais importantes formas de poupança entre agricultores são os próprios resultados de sua produção: os animais e, em menor proporção, os produtos agrícolas.

A inexistência de organizações financeiras apropriadas à população de baixa renda pode ser uma pista para compreender a razão da ausência quase completa de poupança monetária de

qualquer natureza em regiões pobres no Brasil. No Cariri Cearense, Junqueira (2004) observou que as exceções são os comerciantes e agricultores familiares providos de bens, que depositam pequenas quantias nos bancos locais. A importância da poupança em bens duráveis, como eletrodomésticos, foi observada pelo autor ao relatar casos de agricultores que venderam geladeira para comprar terreno para construção de suas casas. A poupança não monetária aparece com força, merecendo destaque a compra de animais e a poupança em grãos. Empregar recursos em animais de pequeno porte, como caprinos e ovinos, e de grande porte, como bovinos e equinos, é uma prática bastante difundida no sertão nordestino brasileiro por saberem onde está seu investimento.

Schröder (2004) indagou aos agricultores do sertão do Pajeú, Pernambuco, qual era a diferença entre investir em animais e fazer uma poupança no banco. Todos os entrevistados destacaram a criação de animais, atividade que, segundo eles, é bem mais rentável do que os juros provenientes da poupança bancária.

Ainda que a poupança não monetária, sobretudo na forma de animais no meio rural, possa oferecer rendimentos superiores comparativamente à caderneta de poupança, vários autores destacam que os problemas dessas estratégias alternativas de poupança são a baixa liquidez e os riscos.

Reginaldo Magalhães (2004) sugere que as necessidades emergenciais de dinheiro fazem com que esses ativos físicos disponíveis, que precisam de prazos mais longos para apresentar rendimentos compatíveis, sejam vendidos com perdas consideráveis. Abramovay (2004) explica que é comum que os animais sejam vendidos exatamente em virtude de seca e da impossibilidade de alimentá-los – razão adicional para que os preços obtidos sejam baixos e para que não haja estímulo para aquisição de novas cabeças. Portanto a falta de acesso a fontes estáveis de financiamento de curto prazo é, nesse contexto, uma barreira à reprodução econômica ampliada das unidades familiares de produção.

Embora a realização de poupança não-monetária seja, para as famílias pobres, uma forma de garantir sua sobrevivência diária, isso não significa dizer que ela seja capaz de gerar um ciclo virtuoso de bem-estar material no processo de desenvolvimento individual, nos termos de Amartya Sen. Isso porque, ao considerar a situação de pobreza dessas famílias, os mecanismos informais de poupança atendem às suas necessidades específicas de curto prazo.

Com isso não se deseja subestimar a importância da acumulação de ativos para a sobrevivência dessas famílias, mas sim ampliar a análise para que se possa compreender a persistência da pobreza em seus diversos aspectos. Ainda que os pobres utilizem uma gama de mecanismos informais de poupança, a incapacidade de planejar o futuro parece ser uma

característica constante de sua tomada de decisão. Nesse sentido, faz-se necessário expor um aspecto importante da pobreza, que tem sido discutido amplamente pelos economistas comportamentais, que será objeto de discussão da próxima seção: a escolha intertemporal.

2.9. O modelo de utilidade com desconto constante

A escolha intertemporal constitui uma área de pesquisa de grande relevância para a economia. Segundo Colin Camerer e George Loewenstein (2004), o problema fundamental da economia é compreender como os indivíduos trocam custos e benefícios que se situam em diferentes pontos ao longo do tempo. Isso se justifica porque grande parte das decisões econômicas compreende mais de um período de tempo, o que requer análises intertemporais para entender padrões de comportamentos relevantes, tais como investimento, poupança e consumo.

Segundo Sanjit Dhami (2016), a ideia básica na maioria das teorias modernas de preferência temporais é que o adiamento do recebimento de uma recompensa imediata pode aumentar o seu valor, devido à remuneração dos juros sobre o montante ao longo do tempo. No entanto, recompensas adiadas são menos “valiosas” para indivíduos impacientes. Dito de outra forma, os indivíduos cobram implicitamente um prêmio para adiar uma utilidade que podem ter imediatamente. Esse *trade-off* determina a escolha temporal ótima dos agentes econômicos.

O chamado modelo de utilidade descontada constante (MUDC) é o modelo convencional para representar a escolha intertemporal. Apesar das importantes contribuições geradas por tal perspectiva, esse modelo convencional de utilidade descontada tem sido objeto de refutações empíricas geralmente denominadas como anomalias na literatura pertinente ao assunto.

Dessa forma, essa seção faz uma breve apresentação das origens históricas do modelo de utilidade descontada e das críticas aos postulados comportamentais do mesmo modelo, sendo um pano de fundo para entender os progressos na agenda de estudo da escolha intertemporal no contexto da economia comportamental do desenvolvimento.

2.9.1. Breve panorama das origens históricas do modelo de utilidade descontada

As escolhas intertemporais - decisões envolvendo compensações entre custos e benefícios que ocorrem em momentos diferentes do tempo - são importantes e universais. Tais decisões não só afetam a saúde, a riqueza e a felicidade, mas também, como Adam Smith reconheceu de forma pioneira, determinam a prosperidade econômica da nação. Pouco depois

de Adam Smith chamar a atenção para a importância da escolha intertemporal para a riqueza das nações, o economista escocês John Rae já estava examinando os determinantes sociológicos e psicológicos dessas escolhas (Frederick, et al., 2004).

Segundo Shane Frederick et al. (2004), os primeiros esboços de uma teoria de escolha intertemporal foram realizados entre os séculos XIX e XX. Outros economistas do período aprofundaram o entendimento das razões psicológicas subjacentes ao padrão de consumo ao longo do tempo, com destaque para Nassau Senior, William Jevons, Eugen von Böhm-Bawerk, Herbert Jevons e Irving Fisher. Esses economistas buscaram descrever a escolha intertemporal como produto de um conjunto de motivações psicológicas conflitantes.

Loewenstein (1992), que classifica a história do programa pesquisa da escolha intertemporal em quatro fases, afirma que na primeira fase os economistas do século XIX, tais como Senior e Jevons, explicaram o desconto intertemporal nos termos do que os psicólogos hoje chamam de efeitos motivacionais (*motivational effects*), que se referem às influências emocionais e hedônicas sobre o comportamento. Tanto Senior quanto Jevons acreditavam que a vontade para adiar uma gratificação dependia das emoções imediatas experimentadas pelos indivíduos. Nessa mesma perspectiva, a segunda fase foi marcada pelas contribuições de Böhm-Bawerk e Fisher. O *tradeoff* entre satisfações no presente e futuro foi estudado em termos cognitivos. Os problemas do desconto intertemporal, sobretudo preferências voltadas para o presente, foram atribuídos à inabilidade do tomador de decisão imaginar o futuro.

Na terceira fase foram observadas tentativas para eliminar elementos da psicologia da abordagem da escolha intertemporal. Nas primeiras décadas do século XX, a rejeição dos conteúdos da psicologia na ciência econômica foi generalizada entre os economistas. Isso pode ser atribuído, em parte, à sua repulsa aos novos desenvolvimentos da psicologia, em especial a teoria de Sigmund Freud sobre motivações inconscientes, que lhes pareciam incompatíveis com a ideia de maximização da utilidade. Nesta segunda fase os economistas passaram a defender a separação entre a economia e a psicologia (Loewenstein, 1992).

É nessa fase que a magnificência da psicologia que caracterizou inicialmente as discussões sobre escolha intertemporal cedeu lugar às análises matemática e gráfica na economia. Em artigo publicado na *Review of Social Studies*, Paul Samuelson (1937), propôs o modelo de utilidade descontada e, apesar de ter apontado as limitações do modelo, foi aceito quase que imediatamente pelos economistas. O modelo foi aceito não apenas como um padrão normativo válido para políticas públicas, por exemplo, em análises de custo-benefício, mas como uma representação descritivamente precisa do comportamento real dos agentes. Segundo

Frederick et al. (2004), as motivações psicológicas conflitantes subjacentes à escolha intertemporal foram reduzidas a um único parâmetro - a taxa de desconto.

Por fim, Loewenstein (1992) destaca que nas últimas décadas do século XX, período correspondente à quarta fase desse programa de pesquisa, houve um renovado interesse pela psicologia por parte dos economistas voltados ao estudo da escolha intertemporal.

2.9.2. Críticas aos postulados comportamentais do modelo de utilidade descontada

O modelo de utilidade descontada de Samuelson (1937) se apoia no pressuposto de que os indivíduos têm padrões de comportamento similares àqueles que seriam possíveis se eles maximizassem o somatório das utilidades descontadas. Tal fato justifica-se porque os agentes racionais derivam satisfação imediata em cada momento de suas experiências de consumo distribuídas ao longo do tempo.

Mais especificamente, o economista pretendia oferecer um modelo generalizado de escolha intertemporal que se aplicava a múltiplos períodos de tempo em que a representação das compensações intertemporais possibilitasse uma medida cardinal de utilidade. Nesse modelo simplificado de Samuelson, todas as preocupações psicológicas discutidas ao longo do século XIX foram reduzidas a um único parâmetro, a taxa de desconto (Frederick, et al., 2004).

Samuelson foi cauteloso em apresentar seu modelo, apontando problemas potenciais em todas as etapas de sua exposição e arbitrariedades das hipóteses subjacentes. O autor não reivindica validade descritiva para seu modelo, enfatizando que:

It is completely arbitrary to assume that the individual behaves so as to maximise an integral of the form envisaged in time discounting model. This involves the assumption that at every instant in time the individual's satisfaction depends only upon consumption at that time, and that furthermore, the individual tries to maximize the sum of instantaneous satisfactions reduce to some comparable base by time discount (Samuelson, 1937, p. 159).

Segundo Thaler (2016), a ideia básica do modelo de Samuelson é que o consumo vale mais para o indivíduo agora do que mais tarde. Por exemplo, se as pessoas tivessem a opção hoje de escolher entre um jantar especial para esta semana ou depois de um ano, a maioria delas preferiria a primeira opção. Usando a formulação de Samuelson, diz-se que o indivíduo "desconta" o consumo futuro a uma determinada taxa. Se um jantar depois de um ano for considerado 90% tão bom quanto um jantar hoje, diz-se que o indivíduo está descontando o jantar futuro a uma taxa anual de aproximadamente 10%.

Para entender como o desconto funciona, Thaler (2016) apresenta o seguinte exemplo: suponha que a oportunidade de assistir a uma partida de um torneio mundial de tênis represente

o bem em questão, que gera níveis de utilidade ou felicidade ao “indivíduo A”. Se a partida for marcada para hoje à noite, sua utilidade seria igual a 100. Considere que o indivíduo desconte uma taxa constante de 10% ao ano para assistir esse tipo de torneio. Sua utilidade seria igual a 100 este ano, 90 no próximo ano, depois 81, 72 e assim por diante. Alguém que desconta o tempo dessa maneira diz-se estar descontando com uma função exponencial.

Portanto, o modelo de escolha intertemporal de Samuelson (1937) apresentou apenas a taxa de desconto no tempo como constante. Mesmo com as limitações e a falta de realismo das hipóteses reconhecidas pelo autor, os economistas fizeram do modelo de utilidade descontada constante o principal modelo de escolha intertemporal na teoria econômica: “This theory-induced blindness now strikes nearly everyone who receives a PhD in economics ... graduates no longer realize that they live in a world populated by Humans” (Thaler, 2016, p. 94).

Posto isto, a ideia aqui é apresentar brevemente um panorama geral das críticas aos pressupostos do modelo de Samuelson (1937) que já são conhecidas na literatura pertinente ao assunto, sem maior aprofundamento sobre a avaliação analítica do sistema de axiomas subjacente ao modelo do economista.

Assim, um dos pressupostos centrais do modelo de Samuelson, adotados na maioria dos modelos de escolha intertemporal, é que o indivíduo avalia novas alternativas integrando-as com seus planos preexistentes. Dito de outra forma, o agente faz suas escolhas pensando principalmente no impacto das mesmas sobre o nível de consumo em todos os períodos futuros. Ora, embora essa hipótese de integração pareça teoricamente consistente, ela não é realista, pois, a pessoa pode ser incapaz de recompor seu novo plano ótimo de escolha a cada momento do tempo, ou pode mesmo não ter um planejamento completo de seus fluxos de consumo futuro (Frederick et al., 2004).

Outro pressuposto do modelo de utilidade descontada é a independência da utilidade. Assume-se explicitamente que a utilidade geral do indivíduo equivale ao somatório descontado de suas utilidades a cada período do tempo. Esse pressuposto raramente é discutido, mas suas implicações estão longe de ser inócuas.

O pressuposto de independência do consumo postula que as preferências do indivíduo sobre seus perfis de consumo intertemporais não são afetadas pela natureza do consumo em períodos de tempo distintos, ou seja, que a utilidade de um resultado não é afetada pelos resultados experimentados em períodos passados ou futuros. Segundo Muramatsu (2006) este é um dos pressupostos do modelo de utilidade descontada mais contestado na literatura. Por exemplo, a preferência de uma pessoa entre ir a um restaurante japonês ou francês na noite de

hoje independe do fato de ter jantado em um restaurante japonês na noite passada, ou do fato de esperar ir a um na noite de amanhã.

Um quarto postulado do modelo de Samuelson, o desconto constante, estabelece que o agente mantém inalterado o padrão de ordenação de suas preferências ao longo do tempo. Isso significa que atrasar ou acelerar dois resultados em determinadas datas por uma quantidade comum de bens não deve afetar as preferências entre os resultados.

Assim, se no período t o indivíduo prefere X em t a Y em $t + d$ para algum t , então no período t ele deve preferir X em t a Y em $t + d$ para todos os t . Portanto, a hipótese de desconto constante permite que a preferência temporal do agente seja resumida como uma única taxa de desconto (Frederick et al., 2004).

Outro postulado que tem sido objeto de crítica é o da utilidade instantânea estacionária (*stationary instantaneous utility*). Os modelos tradicionais frequentemente assumem que a função de utilidade instantânea cardinal $u(c_t)$ é constante ao longo do tempo. Mais uma vez, esse pressuposto não é realista, pois as preferências das pessoas, de fato, mudam ao longo do tempo, de maneira previsível e imprevisível. Embora este postulado irrealista seja muitas vezes mantido por conveniência analítica, torna-se menos defensável à medida que os economistas entendem como os gostos mudam ao longo do tempo (Frederick et al., 2004).

O modelo convencional de utilidade descontada pressupõe ainda que a função de desconto utilizada para decisões de escolha intertemporal não varia em todas as formas de consumo. Dito de outra forma, a mesma função de desconto aplica-se ao consumo de um indivíduo de quaisquer dois bens distintos (por exemplo, laranjas e maçãs). Além disso, o modelo não especifica como e porquê a função de desconto pode depender de traços ou comportamentos específicos de cada indivíduo. Portanto, as pessoas descontam a utilidade de fontes diferentes a taxas diferentes, em contraste com a postulação de um tempo unitário (Dhami, 2016).

Finalmente, o modelo de utilidade descontada convencional pressupõe utilidade marginal decrescente e taxa de desconto estritamente positiva. De acordo com Dhami (2016), em termos práticos, a maioria das análises assume que a função utilidade no âmbito da escolha intertemporal $u(c_t)$ é côncava. Frederick et al. (2004) observam que esses dois pressupostos geram forças opostas na escolha intertemporal: a utilidade marginal decrescente motiva o indivíduo a distribuir seu consumo ao longo do tempo, isto é, adiar consumo enquanto a taxa de desconto positiva ou preferência temporal positiva o motiva a antecipar o consumo futuro para o momento presente.

O quadro a seguir, adaptado de Muramatsu (2006), sumariza os principais postulados comportamentais do modelo de utilidade descontada e os problemas que podem ser apontados neles.

Quadro 1 - Pressupostos comportamentais do modelo de utilidade descontada

Pressupostos	Significados	Problemas
Integração	O agente escolhe pensando no impacto que sua escolha causará no seu nível de consumo em todos os períodos.	O agente não faz planos bem formados sobre o fluxo de consumo futuro e não pode recalcular o plano de consumo ótimo sempre que ele faz uma escolha intertemporal.
Independência da utilidade	O agente não tem preferência por padrões de utilidade (crescente ou decrescente) no decorrer do tempo.	O bem-estar do agente no período t depende do seu bem-estar passado, presente e expectativas de bem-estar futuro.
Independência do consumo	A preferência do agente não é influenciada pelo seu consumo em outros períodos.	A comparação do agente entre o consumo de dois bens depende do seu consumo passado e consumo futuro estimado.
Desconto constante e consistência intertemporal	O agente mantém o padrão de ordenação de preferências ao longo do tempo.	O agente tem preferências conflitantes ao longo do tempo.
Utilidade Instantânea Estacionária	O bem-estar do agente associado a qualquer consumo ou atividade é idêntico em diferentes períodos de tempo.	As preferências do agente mudam ao longo do tempo.
Independência do desconto no consumo	O desconto temporal não é afetado pela natureza e tipo de consumo do agente.	As preferências do agente são descontadas a diferentes taxas e isso depende da natureza e tipo de consumo.
Utilidade marginal decrescente	O agente distribui seu padrão de consumo ao longo do tempo.	Preferências ao concentrar (ao invés de espalhar) padrões de consumo intertemporal.
Preferência temporal positiva	Preferências enviesadas para escolhas presentes.	Preferências enviesadas para escolhas futuras.

Fonte: adaptado de Muramatsu (2006, p. 104); Muramatsu e Fonseca (2007, p. 91).

2.10. O modelo de utilidade com desconto hiperbólico

Na seção anterior foram expostas as críticas aos modelos de utilidade descontada convencionais, cuja formulação matemática original foi feita por Samuelson (1937). Nesta seção será revista alguns modelos teóricos alternativos, construídos por economistas que procuraram superar as deficiências apontadas e, com base em evidências empíricas, conferir maior realismo a seus modelos. Com isso, o foco das pesquisas sobre utilidade foi redirecionado

para as razões psicológicas que explicam o comportamento inconstante do desconto intertemporal.

Alguns dos novos modelos modificaram a função desconto, passando a admitir, por exemplo, taxas de desconto decrescentes ou “descontos hiperbólicos”. Outros incorporaram argumentos adicionais na função de utilidade, como a utilidade da antecipação (*utility of anticipation*). Um terceiro grupo se afastou de forma ainda mais radical do modelo convencional, incluindo, por exemplo, erros de previsão (*mispredictions*) sistemáticos de utilidade futura, como apontado por Frederick et al. (2004, p. 163).

Na literatura econômica, Robert Strotz (1956) foi o primeiro a considerar modelos alternativos ao desconto exponencial. Na sua percepção “no reason why an individual should have such a special discount function” Strotz (1956, p. 172). A hipótese da taxa de desconto constante foi refutada pelo autor que concluiu que qualquer formato diferente da exponencial da curva de desconto intertemporal de um indivíduo resultaria em inconsistência intertemporal de preferências.

Entende-se como inconsistência intertemporal, ou inconsistência dinâmica de preferências, escolhas que contradizem as próprias preferências do tomador de decisão em uma data posterior. Por exemplo, imagine que na segunda-feira o indivíduo decida parar de fumar, mas na terça-feira ele muda de ideia e decide parar de fumar na quarta-feira. Esse agente possui preferências que são dinamicamente inconsistentes (Angeletos et al., 2001).

Ao analisar o comportamento inconsistente dos agentes em relação à poupança, Strotz (1956) supõe que a maioria dos indivíduos, quer pelo baixo grau de instrução ou falta de visão de futuro, nunca aprendeu a se comportar consistentemente e o conflito intertemporal se mantém insolúvel. A miopia temporal desses indivíduos denominados pelo autor como “gastadores” (*spendthrifts*), pode explicar as razões para subpoupança.

Gastadores em contraponto aos poupadores, no sentido geral de inconsistência ou planejamento imprudente, não podem ser deixados de lado na análise econômica. Strotz (1956) sugere que é especialmente entre as classes de baixa renda, onde a educação é geralmente deficiente, que se espera maior incidência de comportamentos imprudentes desse tipo. O autor argumenta que em economias subdesenvolvidas esses problemas, inconsistência temporal e comportamentos imprudentes em relação à poupança, tomariam uma dimensão mais séria. Ele sugere que a incidência de elevadas taxas de desconto em relação ao futuro é maior entre “raças primitivas [*sic*], crianças e outros grupos menos instruídos” da sociedade.

Após os escritos sobre inconsistência temporal de Strotz houve uma onda de interesse dos economistas pelo assunto. O modelo de desconto hiperbólico de Edmund Phelps e Robert

Pollak (1968) foi o que chamou mais a atenção dos economistas por formalizar matematicamente a forma funcional hiperbólica da função de desconto intertemporal. Os autores aplicaram a forma funcional hiperbólica para um estudo de altruísmo intergeracional.

De acordo com Frederick et al. (2004), o termo "desconto hiperbólico" é frequentemente usado para indicar que uma pessoa tem uma taxa de desconto declinante ao longo do tempo. Várias pesquisas envolvendo escolha intertemporal têm apresentado evidências de descontos hiperbólicos. Os autores constatarem que quando os indivíduos são convidados a comparar uma gratificação monetária menor e imediata a uma gratificação monetária maior e posterior, verifica-se que a taxa de desconto implícita em horizontes de tempo mais longos é menor que a taxa de desconto implícita em horizontes de tempo mais curtos.

George Loewenstein e Drazen Prelec (1992) formalizaram uma função geral de desconto hiperbólico que leva em conta quatro das principais anomalias do modelo de utilidade constante. A primeira anomalia seria decorrente do efeito diferença comum (*common difference effect*). Para explicá-la, é útil recorrer ao exemplo de Thaler (1981). Imagine as seguintes opções dadas ao indivíduo:

- (A) Escolher entre: (A.1) uma maçã hoje;
(A.2) duas maçãs amanhã;
- (B) Escolher entre: (B.1) uma maçã em ano;
(B.2.) duas maçãs em um ano e um dia;

O indivíduo prefere uma maçã hoje (A.1) a duas maçãs amanhã (A.2), mas ao mesmo tempo prefere duas maçãs em 366 dias (B.2) a uma maçã em 365 dias (B.1). Esta anomalia no processo de escolha é denominada efeito diferença comum que dá origem a um comportamento dinamicamente inconsistente, como já havia observado por Strotz (1955).

Os indivíduos também parecem aplicar descontos diferentes dependendo do tamanho absoluto das recompensas monetárias envolvidas, mais especificamente eles descontam mais os valores pequenos do que os grandes valores. Essa segunda anomalia é denominada como efeito magnitude (Loewenstein & Prelec, 1992). No mesmo experimento citado anteriormente, Thaler (1981), constatou que os indivíduos eram indiferentes entre receber US\$ 15 imediatamente e US\$ 60 em um ano (taxa de desconto de 139%); US\$ 250 imediatos e US\$ 350 em um ano (taxa de desconto de 34%), bem como entre US\$ 3000 e US\$ 4000 por ano (taxa de desconto de 29%).

Assim como os indivíduos parecem descontar recompensas grandes e pequenas de forma diferente, eles também descontam ganhos e perdas de forma distinta. Trata-se da anomalia de assimetria entre perdas e ganhos (*gain-loss asymmetry*). Segundo Loewenstein e Prelec (1992), um resultado empírico relevante para os estudos de escolha intertemporal é que as perdas são descontadas a uma taxa menor do que os ganhos. Em um experimento elaborado pelos mesmos autores, os indivíduos foram indiferentes entre receber US\$ 10 imediatamente e US\$ 21 em um ano; e entre perder US\$ 10 imediatamente e perder US\$ 15 em um ano.

Loewenstein e Prelec (1992) registram ainda uma quarta anomalia, consistindo de uma preferência assimétrica entre adiar/adiantar o consumo de um bem (*delay-speedup asymmetry*). Em geral, o montante necessário para compensar o adiamento do recebimento de um bem num intervalo de t para $t + s$, é maior que o montante que os indivíduos estão dispostos a sacrificar para adiantar o consumo do bem. Em termos práticos, Loewenstein (1988) observou que as taxas de desconto podem ser significativamente afetadas pela mudança no tempo de entrega de um bem já comprado pelo indivíduo. Em seu experimento, o autor identificou que a compensação que os indivíduos exigiram para adiar o recebimento de um bem já comprado chegou a ser de duas a quatro vezes maiores do que o valor que os mesmos indivíduos estavam dispostos a pagar para adiantar o consumo do mesmo produto.

Com base na função desconto proposta por Phelps e Pollak (1968) e no surgimento de uma série de testes empíricos na economia da escolha intertemporal, Laibson (1997) formalizou numa equação a ideia central do modelo de desconto quase-hiperbólico:

$U(x_t, \dots, x_T) = u(x_t) + \beta \sum_{t=1}^T \delta^t u(x_{t+T})$, onde β e δ representam fatores de desconto, sendo o primeiro uma medida do viés do presente e o segundo uma medida de impaciência. Os resultados adiados por um período de tempo adicional têm os seus valores multiplicados por δ , obtendo-se o seu valor descontado, e todos os resultados não imediatos são multiplicados por β , gerando o desejo de curto prazo – o chamado viés do presente.

Essa função quase-hiperbólica reflete a queda acentuada da taxa de desconto no longo prazo na avaliação medida a partir dos dados experimentais, e foi adotada como ferramenta de pesquisa por causa de sua capacidade de “tratamento analítico” (*analytical tractability*). O termo quase-hiperbólico utilizado por Laibson (1997) é para enfatizar a conexão com a literatura de descontos hiperbólicos em psicologia.

Na literatura econômica recente, adotou-se a expressão viés do presente para descrever esse tipo de preferência com função desconto quase-hiperbólica, conforme aponta Thaler (2016). A partir desse conceito os economistas medem o excesso de peso dado ao presente

pelas pessoas – o imediatismo –, buscando entender as razões porquê da resistência das pessoas a abrir mão do consumo presente em troca de poupar e elevar recursos no futuro.

Vale destacar, como defendem Roberta Muramatsu e Patrícia Fonseca (2007), que, embora não se possa afirmar que a função hiperbólica seja sempre mais realista do que a função exponencial, tudo indica que o poder explicativo e preditivo da primeira é maior, uma vez que é mais fiel à complexidade da realidade empírica.

2.11. Evidências empíricas do modelo de desconto hiperbólico

Como visto anteriormente, quanto a descontar exponencialmente o valor de um bem, admite-se que o tomador de decisão racional descontaria cada período futuro a uma mesma taxa percentual. Contudo, pode acontecer que um indivíduo desconte seus ganhos futuros hiperbolicamente, tornando-os dessa maneira menos valorizados do que seus valores no presente.

Nesse contexto, o modelo de desconto hiperbólico tem sido utilizado pelos economistas comportamentais para explicar as relações do viés do presente e a poupança. Diante da vasta gama de evidências empíricas e aplicações desse modelo, essa seção expõe algumas evidências do desconto hiperbólico em relação ao comportamento de consumo e poupança, a fim de melhor compreender a tomada de decisão econômica dos agentes.

Na abordagem da escolha intertemporal há uma via de mão dupla: antecipar ou adiar? Trazer valores do futuro para usufruir no presente ou remeter valores do presente para usufruir no futuro? Se as escolhas do presente determinam em alguma medida o futuro do indivíduo, o futuro idealizado determina, ao menos em parte, as escolhas que o indivíduo faz no presente.

De acordo com Eduardo Giannetti (2005), agir no presente tendo em vista o futuro requer antecipar consequências (antevisão), delinear um caminho (estratégia) e atuar consistentemente (implementação). O problema segundo o autor é que cada uma dessas etapas da ação intertemporal está sujeita a interferências que subvertem o ideal da ação racional. Nesse contexto as anomalias intertemporais são geradas pela interferência de fatores, como por exemplo, distorções na percepção, erros estratégicos ou inconsistências dinâmicas na implantação.

Segundo Bianchi (2018), a questão do tempo tem desafiado a competência dos economistas e cientistas em geral, em explicar como os agentes descontam o futuro, ou seja, que nível de recompensa demandam para adiar seu ganho, a cada intervalo de tempo. Estudos mais recentes, vêm tentando compreender como as emoções antecipadas em relação aos

resultados das escolhas afetam essas mesmas escolhas. De acordo com a autora, muitas questões relacionadas à escolha temporal não levam em consideração o tempo histórico, cenário maior onde a escolha individual ocorre. Neste contexto, à medida que a abordagem da escolha temporal se torna mais realista, a economia comportamental avança qualitativamente em direção ao tratamento do tempo das escolhas.

Na perspectiva do consumo e poupança é possível dizer que o desconto hiperbólico produz uma reversão de preferências temporais em prejuízo do desejo de dar o devido peso ao bem-estar futuro. Segundo Frederick et al. (2004), em função da inconsistência temporal o indivíduo que desconta o tempo hiperbolicamente enfrentará problemas de autocontrole, levando-o a consumir mais do que ele gostaria, o que equivale a poupar menos ao longo do tempo.

Algumas teorias foram desenvolvidas procurando avançar na discussão acerca das motivações que levam os indivíduos a poupar. Dentre elas destaca-se a teoria o ciclo de vida de Modigliani, que busca entender como os indivíduos fazem decisões de consumo e poupança, a cada momento do tempo, na tentativa mais ou menos consciente de obter uma distribuição de consumo durante a vida, de acordo com os recursos disponíveis.

Nesse contexto, na esfera da economia comportamental, vários estudos que relacionam o modelo de ciclo de vida com o desconto hiperbólico foram realizados para explorar as implicações no comportamento de consumo e poupança dos indivíduos. Tais estudos permitiram avanços significativos no programa de pesquisa da escolha intertemporal, abrindo espaço para o estudo, até então pouco explorado, do comportamento de poupança dos indivíduos.

Por exemplo, Shefrin e Thaler (1988) utilizaram o arcabouço teórico do modelo de ciclo de vida de Modigliani para incorporar o problema do autocontrole, contabilidade mental (*mental accounting*) e enquadramento (*framing*) na teoria do ciclo de vida de poupança (*life-cycle theory of saving*), estrutura que os autores chamaram de Modelo Comportamental do Ciclo de Vida (*Behavioral Life-Cycle – BLC*). Os mesmos autores reconhecem que o problema do autocontrole é custoso para os indivíduos e por isso os agentes utilizam mecanismos de compromisso, tais como planos de pensão e aposentadoria, para lidar com as dificuldades de postergar o consumo.

Ted O'Donoghue e Matthew Rabin (2004) delinearam estratégias que tomadores de decisão com preferências hiperbólicas poderiam usar para evitar a reversão futura de preferências. Analisaram problemas de autocontrole e procrastinação, destacando duas situações no processo de tomada de decisão dos agentes: escolhas que envolvem custos

imediatos - onde os custos de uma ação são instantâneos, mas quaisquer recompensas são adiadas – e recompensas imediatas - onde os benefícios de uma ação são instantâneos, mas os custos são adiados.

Esses desdobramentos diferenciam os tomadores de decisão em termos de sofisticação, apresentando os indivíduos mais sofisticados com maior grau de consciência das falhas de autocontrole e tentações de eventos cotidianos e, portanto, de sua sujeição ao viés do presente. Para evitar ou mitigar o efeito dessas tentações os indivíduos sofisticados se engajam em compromissos. Por outro lado, indivíduos ingênuos não teriam consciência do viés do presente, das falhas de autocontrole e tentações futuras (O'Donoghue & Rabin, 2004).

Para Bernardo Nunes et al. (2015), a consideração do viés do presente e da sofisticação dos investidores torna o autocontrole crucial para a formulação apropriada de política de desenvolvimento e regulação financeira. Segundo os autores, os poupadores sofisticados demandam produtos financeiros que preveem penalidades e restrições de liquidez. Fundos de investimento e planos de pensão, por exemplo, poderiam ajudar essa categoria de poupadores a superar problemas de autocontrole. Ademais, os poupadores sofisticadores podem evitar o uso de cartão de crédito a fim de reduzir a ocorrência de tentações de consumo.

O viés do presente leva os indivíduos a pouparem insuficientemente para a aposentadoria: mesmo quando pretendem poupar mais, eles não conseguem fazê-lo, como quando procrastinam a decisão de ingressar em um plano de pensão. Um dos exemplos mais citados nessa literatura especializada é o programa de poupança prescritivo chamado “Poupe Mais Amanhã” (*Save More Tomorrow – Smart*), elaborado por Richard Thaler e Shlomo Benartzi (2004). A essência do programa é direta: os funcionários de uma empresa comprometem-se antecipadamente a alocar uma parte dos seus futuros aumentos salariais para uma poupança de aposentadoria, com uma contribuição previamente definida.

Outras pesquisas também constataram que a implementação de dispositivos de compromisso para evitar gastos prematuros da poupança, aquisição de imóveis e outros investimentos ilíquidos e liquidez parcial de planos de previdência que impõem penalidades para saques prematuros são instrumentos eficazes para o aumento da poupança (Ashraf et al., 2006; Beshears et al., 2011; Goda et al., 2015).

Alguns estudos relacionaram mais diretamente as variações da taxa de desconto com diferentes perfis de comportamento de poupança, endividamento, fatores econômicos e demográficos, permitindo identificar o viés do presente e a baixa tendência à poupança (Harrison et al., 2002; Meier & Sprenger, 2009; Wang et al., 2016). Por exemplo, um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisas Datafolha (2017) para medir o grau do

imediatismo ou viés do presente identificou que a “paciência” do brasileiro é de 0,26, número que mostra “imediatismo exacerbado”, segundo a pesquisa. O levantamento mostra ainda que 65% não poupam para o futuro, revelando imediatismo forte em todas as classes da população, mas, maior entre os menos escolarizados e mais pobres. Uma explicação pode ser a “psicologia da pobreza”, mostrada em experimentos internacionais, conforme já mencionado em seções anteriores. Segundo a mesma fonte, baseada em pesquisa sobre 45 países, os maiores níveis de paciência foram encontrados nos Estados Unidos (0,77), nos países anglo-saxões (0,76) e no Japão (0,70). O menor resultado foi o da Rússia (0,21).

De modo geral, a tendência para se concentrar no presente e subestimar o futuro naturalmente leva à dificuldades de poupança, especialmente em longo prazo. Para Rabin (1988), é muito mais provável que o viés do presente esteja associado a uma incapacidade que o indivíduo encontra em compreender e vislumbrar situações e utilidades futuras. Mas, como interpretar o viés do presente em condições específicas de tempo e espaço? Quão fortemente ele se manifesta entre famílias brasileiras que vivem em condições de severa pobreza? É o que se tentou responder na pesquisa de campo realizada no âmbito deste trabalho, junto a famílias pobres do interior do estado do Tocantins.

Antes de passar à análise dos resultados, porém, é necessário descrever brevemente a região pesquisada e os procedimentos metodológicos que guiaram o levantamento de campo e a seleção das famílias entrevistadas. Este será o objeto do próximo capítulo.

3. METODOLOGIA

Conforme exposto no capítulo anterior, houve avanços significativos nos estudos empíricos das influências cognitivas e emocionais sobre o comportamento econômico das pessoas, sobretudo no que se refere à tomada de decisão em relação à poupança. Mais recentemente, os estudos que empregam a experimentação para desenvolver teorias sobre tomada de decisão no campo da Economia Comportamental do Desenvolvimento têm destacado modelos mentais que se correlacionam com a pobreza, convergindo para visão contemporânea que identifica componentes cognitivos do fenômeno.

Nessa perspectiva, este trabalho parte de prognósticos sugeridos por Karlan et al. (2013) em sua “agenda de pesquisa e revisão” acerca das barreiras a poupar no contexto da pobreza. Como visto na revisão teórica, os pobres querem e podem poupar. Mas se os pobres têm vida financeira e querem poupar, como sugere parte da literatura de microfinanças, por que não poupam?

Conforme exposto na introdução deste trabalho, uma das explicações para o baixo uso do serviço de poupança formal das famílias vivendo próximas à linha da pobreza pode estar relacionada aos elevados custos de transação para realizar depósitos num banco convencional. Outra explicação pode estar associada ao viés do presente potencializado pela condição de pobreza material. Ou seja, mesmo considerando as diferentes modalidades de poupanças (monetárias e não monetárias), a existência de preferências que priorizam resultados de curto prazo compromete a realização de poupança e, conseqüentemente, seus desdobramentos futuros. Portanto, a pobreza tende a se autorreforçar por meio desse viés cognitivo.

Para se investigar essas hipóteses, buscou-se estudar a vida econômica de famílias pobres de assentamentos rurais, objeto de estudo desta pesquisa, na região norte do estado do Tocantins. As características dessa população e as variáveis que afetam sua escolha temporal foram estudadas sem a pretensão de uma análise aprofundada das relações de causalidade envolvidas no ambiente decisório. Apesar dos desafios metodológicos da pesquisa, buscou-se oferecer uma explicação complementar dos desafios da pobreza em termos dos vieses cognitivos potencializados pela condição de escassez, assim contribuindo para a ainda incipiente literatura de Economia Comportamental do Desenvolvimento no Brasil.

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A primeira seção apresenta as características gerais da pesquisa de campo, o tipo de amostra e o objeto de estudo da pesquisa. Os procedimentos metodológicos para coleta de dados são apresentados na segunda seção. A terceira seção traz informações sobre a elaboração do roteiro

de entrevista. A caracterização do norte tocantinense do ponto de vista do seu histórico é exposta na quarta seção. Na sequência, são apresentadas as características dos municípios cobertos pela pesquisa de campo. Por fim, a sexta seção expõe um breve panorama histórico dos assentamentos pesquisados.

3.1. A pesquisa de campo

A pesquisa de campo descrita neste capítulo propõe uma integração das informações apresentadas no capítulo de revisão teórica com os dados obtidos no estudo de campo.

O levantamento de campo pode ser feito a partir de uma amostra representativa, como sustenta Gil (2002). No caso desta pesquisa, porém, não seria possível adotar esse sistema de amostragem, uma vez que não era possível a descrição exaustiva das características da população pesquisada. O procedimento adotado foi coletar informações a partir de uma amostra intencional. Neste caso, embora não se garanta a perfeita representatividade da amostra, é possível aprofundar a análise de questões essenciais para entender a pobreza rural em suas múltiplas dimensões.

Com base no problema e objetivos apresentados na introdução deste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa. De acordo com Antônio Chizzotti (1995), a pesquisa qualitativa, em sentido mais amplo, pode ser definida como uma metodologia que gera dados através de observações extraídas diretamente do estudo de indivíduos, lugares e processos com os quais o pesquisador busca estabelecer a interação direta para compreender os fenômenos. Em geral, parte das questões mais amplas, só vão tomando uma forma mais definida à medida que se desenvolve o trabalho. Assim sendo, a pesquisa aqui relatada pode ainda ser classificada na categoria de estudos exploratórios-descritivos na terminologia de Marconi e Lakatos (2007).

Este trabalho contou com uma amostra intencional não probabilística, constituída pelo pesquisador com apoio da equipe técnica do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins - Ruraltins⁷. A experiência da equipe técnica dessa instituição foi importante para seleção dos assentamentos na região compatíveis com os objetivos desta pesquisa. Foram objeto de estudo desta pesquisa exploratória famílias pobres de assentamentos da agricultura familiar em

⁷ O Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS é o órgão oficial de assistência técnica e extensão rural do estado responsável pela prestação desses serviços ao público da agricultura familiar e pelo apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário do estado. Para mais informações: < <https://ruraltins.to.gov.br/> >. Acesso em: 23.abr.2018.

municípios da microrregião de Araguaína, no território entorno do Bico do Papagaio, norte do estado do Tocantins.

3.2. A coleta de dados

No que tange à estratégia de coleta de dados, um conjunto abrangente de instrumentos de coleta foi utilizado, tendo como eixo entrevistas semiestruturadas com responsáveis e/ou corresponsáveis pela unidade familiar. Segundo Marconi e Lakatos (2007), a principal vantagem do uso dessa técnica é a capacidade de o entrevistador obter respostas mais completas sobre um determinado assunto, ou seja, é uma forma de explorar mais amplamente uma questão, porque parte das perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal, mas com o roteiro da entrevista previamente definido. Idealmente, o respondente assume a maior parte de uma conversação, exigindo do pesquisador maior flexibilidade na condução da entrevista.

Dado o caráter qualitativo e exploratório desta pesquisa, os dados foram coletados em duas fases. A primeira fase correspondeu ao pré-teste do roteiro de entrevistas semiestruturado, que serviu de base para o roteiro aplicado na segunda fase. O roteiro de entrevistas foi dividido em quatro partes, que seguiram os aspectos teóricos da revisão bibliográfica realizada nesse estudo, conforme será apresentado mais adiante.

O pré-teste foi aplicado entre os dias 1 e 9 de agosto de 2016 junto a trinta famílias de três projetos de assentamentos, a saber: Mirindiba, Alegre e Rural Coletivo Baixão. Os dois primeiros estão situados no município de Araguaína e o último no município de Babaçulândia. Buscou-se uma primeira impressão sobre as características da população e as variáveis que afetam sua escolha intertemporal. Ademais, essa etapa da pesquisa foi extremamente útil para entrar no “mundo rural” das famílias, pois possibilitou esclarecer as peculiaridades da linguagem adotada pelos agricultores da região.

A realização do pré-teste resultou em alterações que proporcionaram o aprimoramento do instrumento de pesquisa no que se refere à estruturação, ordem e vocabulário das questões, facilitando a aplicação do roteiro. Nessa fase da pesquisa foi possível definir as condições adequadas para a realização da coleta de dados na etapa seguinte. Entre outras coisas, revelou os dias da semana e do mês mais propícios à condução das entrevistas, bem como os horários do dia mais favoráveis. Apenas como exemplo, a sexta-feira foi descartada como dia de entrevista, uma vez que nesse dia os agricultores organizam seus produtos para expô-los nas

feiras livres da região; o começo da manhã também é inadequado porque os potenciais entrevistados estão entretidos nas lidas de suas propriedades; e assim por diante.

Após o término das entrevistas, em quase todas as visitas domiciliares foi possível circular com o responsável familiar ou cônjuge pela propriedade. Isso permitiu investigar aspectos da confiabilidade dos dados fornecidos pelos entrevistados.

Com os dados do pré-teste em mãos e com as sugestões dadas pelos professores que constituíram a banca de avaliação de progresso, foram feitos os ajustes que serviram para a redação final do roteiro de entrevista.

A fase da pesquisa definitiva foi realizada entre os dias 9 de janeiro e 7 de fevereiro de 2017, coincidindo com o período chuvoso na região, o que dificultou o acesso a alguns assentamentos devido às condições precárias das estradas. O cronograma de visitas técnicas, locomoção do centro urbano à zona rural, seleção de assentamentos e a intermediação de contato entre o pesquisador e as famílias foi desenvolvido com o apoio dos técnicos do Ruraltins, escritório regional de Araguaína.

Cada entrevista durava em média uma hora e meia, chegando às vezes a ultrapassar duas horas. Foram realizadas 83 entrevistas, sendo que somente 78 puderam ser utilizadas na análise. A não utilização de três entrevistas justifica-se pelo frágil estado emocional atribuído à condição de extrema miséria dos respondentes, impedindo que a entrevista se completasse. A chegada de indivíduos não membros da família na residência no momento da conversa, tais como vizinhos ou amigos, também foi fator para interrupção de duas entrevistas, devido ao constrangimento visível dos respondentes em revelar informações particulares de sua família.

Além da pesquisa feita com os assentados, foram entrevistados onze comerciantes da região, indicados pelos agricultores no curso das entrevistas, durante o mesmo período em que se realizou a pesquisa de campo. Foram visitados três supermercados de pequeno porte, duas farmácias, quatro mercearias e duas casas de produtos agropecuários, localizados nos centros urbanos dos municípios cobertos pela pesquisa. O propósito em entrevistá-los foi entender as modalidades de crédito oferecidas às famílias pobres dos assentamentos.

Em fevereiro de 2018, o pesquisador teve a oportunidade de voltar a três projetos de assentamento da região, na companhia da equipe do Ruraltins, em suas visitas técnicas rotineiras. A volta ao campo, após um ano, permitiu uma conversa mais espontânea e prolongada sobre a percepção das famílias sobre as condições de vida nos assentamentos. A fim de obter informações acerca da história dos projetos de assentamentos visitados na pesquisa de campo, em março do mesmo ano foram entrevistados cinco presidentes de associações de

assentamentos no escritório regional do Ruraltins em Araguaína. Os demais presidentes foram contatados por telefone e aplicativo de mensagem.

3.3. O roteiro de entrevista

São descritas aqui as questões usadas nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo. O roteiro de entrevista é composto por 55 questões, abrangendo perguntas fechadas e abertas, dividido em quatro seções, conforme pode ser visto no apêndice A: (1) perfil demográfico das famílias, (2) características socioeconômicas, (3) renda, fontes de financiamento e poupança e (4) padrões de escolha intertemporal.

A fim de retratar o perfil demográfico das famílias assentadas, as variáveis investigadas na pesquisa de campo foram: gênero, idade, posição na família, estado civil, grau de instrução, migração, tempo de assentamento, tempo de experiência como produtor rural e origens geográfica e ocupacional.

Para o estudo da pobreza na perspectiva multidimensional o grau de instrução ou o acesso à educação é uma variável relevante do desenvolvimento humano. Os dados sobre migração, experiência como produtor rural e origem ocupacional foram importantes para entender a dinâmica agrária local, sobretudo no processo de ocupação de terras nessa região da Amazônia Legal.

Outra seção do roteiro de entrevista aborda as características socioeconômicas das famílias. A partir das sugestões de Hulme e Mosley (1996), as seguintes variáveis foram incluídas nesse roteiro: número de residentes no domicílio, renda familiar, condições de moradia, ativos físicos, acesso aos bens públicos, participação em cooperativas e/ou associações, entre outras dimensões. Diante disso, foi possível diagnosticar o quadro que caracteriza a situação de vulnerabilidade socioeconômica e exposição ao risco das famílias.

Como visto na parte de revisão teórica, a grande maioria das famílias pobres, especialmente aquelas que vivem no meio rural, não tem acesso direto aos serviços financeiros formais. Elas encontram meios alternativos para atender suas necessidades financeiras em uma vasta variedade de serviços que estão ao seu alcance. A fim de se investigar quais os serviços financeiros são utilizados e porque são usados pelas famílias, as variáveis envolvendo renda, fontes de financiamento e poupança foram analisadas nas entrevistas. São elas: autoavaliação financeira, mecanismos de empréstimo, poupança, reciprocidade e de enfrentamento de riscos, destinação dos recursos do orçamento doméstico, necessidades financeiras, investimentos e percepção das famílias sobre o futuro.

No tocante ao crédito, os itens incluídos no roteiro de entrevistas atenderam às indicações de Brusky e Fortuna (2002), Morduch e Schneider (1997), Collins et al. (2009) e Rutherford (1999). Os “laços financeiros informais” e os mecanismos de reciprocidade sugeridos por Abramovay (2004) e Moser (1998) são identificados pelas informações expressas no roteiro de entrevista como assistência de parentes, amigos e instituições. Nessas questões também se procurou identificar pequenos empréstimos diários de curto prazo realizados pelas famílias, conforme indicado por Collins et al. (2009).

Seguindo a agenda de pesquisa de Karlan et al. (2013) acerca das barreiras a poupar para os pobres, algumas questões do roteiro de entrevista buscaram entender como as famílias pobres tomam suas decisões em relação à poupança. Como visto na revisão teórica, existem várias formas de poupar, mas os esquemas de poupança informal feitos pelas famílias são mais difíceis de captar. Nesse sentido, no bloco de questões sobre necessidades e mecanismos de enfrentamento de riscos foi possível entender algumas formas de poupança realizadas pelas famílias para lidar com situações de emergência. Em relação à poupança formal, algumas questões que tratam do assunto permitiram esclarecer as barreiras a poupar das famílias pobres e as razões pelas quais elas demandam ou deixam de demandar esse tipo de serviço.

As aspirações são captadas nas questões acerca da possibilidade da sobra de recursos no orçamento doméstico, sua aplicação e a percepção de futuro dos entrevistados.

A fim de identificar padrões de escolha intertemporal no processo decisório das famílias, foi incluída no roteiro uma série de questões fechadas que medem preferências temporais, solicitando-se aos entrevistados a escolha entre gratificações monetárias em pontos distintos do tempo. Esse tipo de questão foi inspirado nas pesquisas de Karlan, Yin e Ashraf (2006).

Os valores monetários adotados nos quadros de escolha intertemporal são similares aos que foram utilizados nos experimentos de campo feitos por Cole, Sampson e Zia (2010). Esses valores foram aplicados no pré-teste e adequados às condições de vida da população pesquisada. A partir da revisão de literatura, foi possível aprofundar a discussão acerca dos métodos utilizados para a mensuração do desconto intertemporal, bem como contribuir para a avaliação das vantagens e desvantagens dos mesmos.

Antes de passar à análise dos resultados da pesquisa de campo, é importante caracterizar brevemente a região que foi objeto de pesquisa, descrevendo seu desenvolvimento histórico e dos assentamentos visitados.

3.4. Caracterização do Norte do Tocantins

Esta seção tem por objetivo apresentar o desenvolvimento histórico da região norte do Tocantins, bem como a sua incorporação à Amazônia Legal. Será possível entender alguns aspectos que contribuíram para o seu isolamento econômico durante décadas e as origens dos conflitos agrários presentes até hoje na região.

3.4.1. Desenvolvimento histórico do extremo norte goiano

O extremo norte de Goiás, atual norte tocantinense, ficou até meados de 1950 isolado dos grandes centros urbanos, o que contribuiu para a consolidação e predomínio da agricultura de subsistência em toda região. De acordo com Maria Cavalcante (1999), essa região era formada por extensas faixas de pastagens naturais com reduzido nível de ocupação, tornando-se forte atrativo aos criadores de gado e pequenos agricultores do Maranhão e Piauí que migraram ao longo do século XIX. Gerson Oliveira (2010) relata que outro fator de atração foi o baixo custo da terra na região goiana, que se constituía em uma área de baixa densidade demográfica até meados do século XX⁸.

A fim de abrir os sertões para a civilização “... a atuação do Estado, a partir de 1930, volta-se para os espaços vazios do Centro-Oeste, as áreas deprimidas do Nordeste e a imensa Amazônia” (Linhares, 1999, p. 114). Uma das principais preocupações da política interna do estado brasileiro, entre o final da década de 1930 e final da década de 1950, foi a ocupação do centro do país, ou seja, a necessidade de expansão da fronteira econômica em direção às áreas não inseridas nas relações de produção capitalista.

Nesse contexto, a situação de isolamento regional só começa a mudar com o projeto “Marcha para o Oeste”, implantado pelo governo de Getúlio Vargas a partir da década de 1930. Seu objetivo era incorporar as terras do planalto central e povoar a região, permitindo sua expansão econômica por meio da consolidação de um mercado produtor de alimentos. Até então, o extremo norte goiano vivera isolado do sul do estado, o que o havia levado a estabelecer vínculos comerciais com os vizinhos estados do Pará e do Maranhão. Praticamente, não havia infraestrutura para transporte rodoviário na região. As únicas rotas até então que permitiam acesso ao território eram os rios Araguaia e Tocantins (Oliveira, 2010).

⁸ Para fins de esclarecimento, os termos “norte de Goiás” ou “meio-norte goiano” são utilizados na literatura do desenvolvimento histórico dessa região para se referir ao atual estado do Tocantins. Por outro lado, a expressão “extremo norte goiano” é empregada para se referir ao norte do Tocantins, região objeto de estudo desta pesquisa.

O resultado dessa política foi a crescente implementação de estradas e rodovias na região e o avanço gradativo da fronteira agrícola. Vale dizer, como bem destaca Oliveira (2010), que até então somente o sul goiano estava integrado economicamente ao resto do país, enquanto o norte goiano, atual estado do Tocantins, estava à margem do progresso econômico. Com a política de colonização do projeto Marcha para o Oeste a integração do meio-norte goiano ganha força. Essa incorporação ocorreu de forma marginal e lenta, muito associada às atividades extrativista, agrícola e mineral.

Portanto, essa política nacional de interiorização gerou mudanças importantes no que tange à estrutura agrária na região do extremo norte goiano, pois uma rede de infraestrutura começou a ser construída para possibilitar o avanço gradativo da agricultura em larga escala. Vale destacar a criação da cidade de Goiânia nova capital do estado de Goiás, iniciada na década de 1930. Segundo Oliveira (2010), essa cidade foi pensada estrategicamente em termos econômicos, possibilitando a conquista do interior. A ocupação de terras de todo centro-norte goiano, atual estado do Tocantins, se deu no bojo do projeto desenvolvimentista estabelecido na política de colonização das chamadas terras devolutas⁹ durante as décadas de 1940 e 1950.

Para fins ilustrativos, a figura seguinte apresenta o fluxo migratório em todo o estado de Goiás durante as décadas de 1940 e 1950:

Figura 1 - Regiões das migrações internas para Goiás e o Planalto Central

Fonte: Pereira (1990, p. 35)

⁹ São terras pertencentes ao poder público, mas que não têm uma destinação pública definida, pois não estão sendo utilizadas pelo Estado. Terras devolutas não podem integrar o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ao Estado. Para mais informações ver: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6383.htm >. Acesso: 28.abr.2018.

Na década de 1940, teve o início da construção da BR-153, conhecida também como rodovia Belém-Brasília. A implantação dessa rodovia na região foi importante para o processo de criação e estruturação do Tocantins, sobretudo na consolidação de estratégias construídas na política de divisão territorial do Brasil que, direta ou indiretamente, contribuíram para o robustecimento de movimentos separatistas do norte goiano¹⁰. Napoleão Aquino (1996) relata que o impacto da rodovia nas cidades à margem direita do rio Tocantins foi imediato: no começo, o transporte fluvial perdeu participação relativa no fluxo de mercadorias e de pessoas diante da consolidação da malha rodoviária, depois, não havia pontes sobre o rio para facilitar o acesso da mobilidade da população e integrar essas cidades à nova rodovia.

Segundo José Oliveira (2012), parte das atividades exercidas na região pelas cidades tradicionais, situadas à margem direita do rio Tocantins, foram executadas pelas novas cidades que emergiram entre a margem esquerda do rio e a rodovia Belém-Brasília. Assim, uma das hipóteses para a explicação do desenvolvimento dessas cidades, está, segundo o autor, relacionada à mentalidade político-empresarial trazida pelos migrantes, possibilitando a formação de novas lideranças políticas.

A figura 2 apresenta as principais cidades das margens direita e esquerda do rio Tocantins:

Figura 2 – Principais cidades das margens direita e esquerda do rio Tocantins

Fonte: Oliveira (2012, p. 5)

¹⁰ O leitor interessado poderá consultar: Palacín (1994); Cavalcante (1999), Cavalcante (2003);

Oliveira (2012) observa que a partir dos anos 1980 houve a aglutinação das forças políticas das principais cidades: Gurupi, Paraíso, Colinas e Araguaína, que cresceram entre a BR-153 e a margem esquerda do rio Tocantins.

A transformação demográfica ocorrida pela intensificação do fluxo migratório, como consequência da expansão da malha rodoviária, modificou a configuração política e econômica regional a partir do momento que se iniciou o processo de especulação de terras. Segundo Ana Carneiro e Marta Cocar (2010), com a abertura da rodovia Belém-Brasília durante a presidência de Juscelino Kubistchek - as terras valorizavam-se e passaram a ser objeto de especulação. Para expulsar os posseiros que já estavam na região, as estratégias de grilagens de terras associavam-se a atos de violência: “casas e pertences eram incendiados, lavradores eram ameaçados, quando não efetivamente capturados e mortos” (Carneiro & Ciocari, 2010, pp. 223-224).

Oliveira (2010) destaca que os recursos dessa política destinados à infraestrutura foram concentrados na região sul do estado de Goiás, sobretudo, na construção da nova capital estadual e, mais tarde, na transferência da capital federal para a região. Foi nessa conjuntura que surgiram os movimentos de luta pela terra em todo o território goiano:

Obrigados a fugirem, esses camponeses acabaram adentrando cada vez mais na mata rumo ao Norte do estado, o que gerou muita preocupação por parte dos governantes locais devido aos crescentes conflitos rurais que eram um entrave à necessária modernização da agricultura (Oliveira, 2010, p. 70).

No final da década de 1950, iniciou-se um processo de racionalização do setor produtivo agrícola goiano. Foi criada a Companhia de Armazéns do Estado de Goiás (CASEGO) e, posteriormente, a Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO). Na visão de Oliveira (2010) isso era uma clara evidência da necessidade de reestruturar o antigo modelo agropecuário, baseado somente na ocupação de espaços vazios, por meio de uma nova organização da produção e do trabalho rural.

A princípio, a ideia era ocupar as vastas terras devolutas às margens da BR-153, abrindo caminho para atingir o norte do estado, e, na sequência, a Amazônia Legal como um todo. Essa orientação foi seguida nos anos de 1960 quando da criação do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), responsável pela política de terras no estado. Para o então governador do estado de Goiás, Mauro Borges (1960-1964), as áreas devolutas do extremo norte eram vistas como uma oportunidade de se realizar uma reforma agrária efetiva.

Essa reestruturação de instituições não representou uma mudança fundiária mais significativa, pois as oligarquias locais viam os movimentos de luta pela terra como entraves

para o desenvolvimento da região: “... se antes esses migrantes eram vistos como necessários para o “desbravamento” das vastas terras de Goiás, no contexto da reestruturação produtiva passaram a ser vistos como marginais e arruaceiros” (Oliveira, 2010, p. 71).

Em suma, a expansão da fronteira agrícola, materializada na política de colonização, atendeu aos anseios das lideranças nacionais e regionais no sentido de transformar parte do território goiano em um mercado produtor de alimentos.

3.4.2. A incorporação da Amazônia Legal

Segundo Sônia Bergamasco e Luís Nader (1996), com o golpe militar de 1964, os movimentos sociais, que até então impulsionavam o debate da reforma agrária, foram severamente reprimidos. Por outro lado, o governo militar imediatamente elaborou o Estatuto da Terra, criado pelo projeto de Lei Nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, fixando diretrizes para a implementação de projetos de colonização em áreas de fronteira agrícola.

O debate sobre a questão agrária continuaria presente no cenário político brasileiro, mas com novas características. Com a criação do Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA) na década de 1970, a colonização na região da Amazônia passou a ser vista como uma solução para os tradicionais problemas agrários do país. A construção de grandes eixos viários, como a Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163), Belém-Brasília (BR-153), entre outros, tinha a intenção de reorientar os fluxos migratórios, sobretudo das regiões onde existiam conflitos pela posse de terra (Bergamasco & Nader, 1996).

Contudo, segundo Oliveira (2010) a política econômica dos militares reproduziu e aprofundou a mesma política agrária vigente, na qual predominava a visão técnico-burocrática – no sentido da ligação entre o discurso desenvolvimentista aliada à visão social da terra e à política de segurança interna, com a aprovação do Estatuto da Terra.

Durante os anos de 1960, o extremo norte goiano tornou-se porta de entrada para toda a Amazônia Legal, fruto da expansão da malha rodoviária iniciada vinte anos antes. A partir de década de 1970 assinala-se a presença de investimentos públicos no norte de Goiás, com o objetivo de modernizar a produção e incorporar a região ao mercado nacional como produtor de commodities agrícolas. Segundo Cavalcante (1999), essa expansão que partiu do governo federal foi também considerada como uma das grandes linhas que, nessa época, nortearam a expansão do capitalismo no Brasil.

Nesse contexto, havia os Programas Especiais, voltados principalmente à Amazônia, mas, também difundidos em 60 municípios do norte goiano, atual estado do Tocantins. Os mais

representativos que alcançaram a essa região foram: a partir de 1960, os incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); nos anos de 1970, o Polamazônia; e, nos anos de 1980, o Projeto Carajás.

Na perspectiva de Binka Breton (2000), para ocupar o território o governo oferecia terra e emprego para trabalhadores de diversas regiões do país, sobretudo para agricultores pobres do semiárido nordestino que migraram para a Amazônia, garantindo uma reserva de mão-de-obra barata para a construção de estradas, barragens e cidades para a nova fronteira agrícola. O governo também concedeu incentivos fiscais para instalação de grandes fazendas de gado de corte para exportação na região:

Em centenas vieram tentar a sorte. Dirigiam-se primeiramente para a região que fica ao longo das novas heroicas rodovias, a Belém-Brasília e a Transamazônica. Por decisão do destino, o Bico do Papagaio ficava entre essas duas rodovias e assim se tornou o local em um dos primeiros e mais violentos conflitos de terra na Amazônia (Breton, 2000, p. 17).

Cavalcante (1999) relata que o programa da Sudam atuou com ênfase em uma política de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura básica, com o intuito de desenvolver essencialmente a agropecuária. De acordo com Maria Aguiar (2007), no ano de 1969 só o estado de Goiás obteve 12,8% do total dos incentivos destinados a projetos agropecuários na área da SUDAM, e 12,6% dos investimentos totais. Esses recursos estiveram concentrados fundamentalmente nas microrregiões do Extremo Norte Goiano, Baixo Araguaia Goiano e Médio Tocantins.

O Polamazônia também desenvolveu uma política de incentivos fiscais para dinamizar a economia da região amazônica. Para a definição dos critérios que iriam delimitar as áreas de atuação do programa foram consideradas as potencialidades agrominerais e os recursos hídricos. Em Goiás, o programa abrangia a área ao norte do estado, que integrava o polo Araguaia/Tocantins, por sua vez ligado ao polo Carajás e à Pré-Amazônia maranhense. A ligação dos três polos constituiu uma área que abrangia os estados do Pará, Maranhão e Goiás, cortada por rodovias que a ligavam a todos os estados da Amazônia ao Nordeste e ao Centro-Sul (Aguiar, 2007).

O Projeto Carajás, também conhecido como Projeto Grande Carajás, instituído por meio do Estatuto da Terra, destinou uma área de 900.00 km da Amazônia Legal para a extração de minérios às empresas nacionais e multinacionais. Essa área abrangeu, à época, territórios cortados pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, englobando terras do sudeste do Pará, extremo norte de Goiás e sudoeste do Maranhão.

A partir desse movimento, deu-se a aceleração do processo de integração de toda a Amazônia Legal para incentivar o desenvolvimento da região. A questão fundiária ganhou importância em todo país, inclusive no extremo norte goiano e em toda a Amazônia Legal, onde a questão de terra tornou-se problema de segurança nacional. Havia o temor dos militares da aproximação dos trabalhadores rurais da área com os movimentos de esquerda armada de outras partes do país.

De acordo com Oliveira (2010), o exemplo desta política agressiva é encontrado no plano de colonização oficial realizado durante os anos da Guerrilha do Araguaia (1967-1974). Para os militares, era necessário inibir o discurso baseado no antagonismo de classes. Daí a ênfase na política de incentivos fiscais e creditícios com o propósito de viabilizar a ocupação dos “vazios demográficos”, e, desse modo, fortalecer o setor agropecuário em toda a área do extremo norte goiano. Os objetivos da integração eram econômicos, mas eram sobretudo geopolíticos:

O lema da ditadura era “integrar” (a Amazônia ao Brasil) “para não entregar” (a supostas e gananciosas potências estrangeiras). Os militares falavam em “ocupação dos espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos (Martins, 2016, p. 74).

Em 1980, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), cuja função era gerenciar a matéria fundiária numa área de aproximadamente 47 milhões de hectares, mais da metade da área beneficiada em termos de projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura, e teve o GETAT como instituição atuante sob diferentes formas no cotidiano da população local, cumprindo, assim, a função para a qual foi destinada: controlar o conflito de terra na região (Oliveira, 2010).

Nisso, as intervenções montadas pelos migrantes das cidades novas construídas às margens da rodovia Belém-Brasília visavam a ocupação dos espaços vazios de poder no norte de Goiás. Ao perceberem os vazios de poder existente na região norte de Goiás, logo os migrantes se organizaram para institucionalizar as intervenções por meio da massificação da ideia de ocupação e criação de novo território de poder (Oliveira, 2012).

Mesmo com as transformações resultantes da incorporação do norte goiano à Amazônia Legal, a região se manteve atrasada em termos econômicos comparativamente ao centro-sul do estado de Goiás. De acordo com Oliveira (2012), os grupos que reivindicaram a separação do norte do estado de Goiás caminharam sem uma definição de uma pauta política homogênea até meados da década de 1960. A partir de 1970, lideranças políticas passaram a demandar a criação

de um novo estado. Depois de várias tentativas, finalmente foi promulgada na nova constituição brasileira em 1988, a criação do estado do Tocantins.

Contudo, apesar dos avanços nos indicadores sociais nas duas últimas décadas, o norte tocantinense continua sendo uma região caracterizada pela extrema pobreza, com grandes desigualdades sociais e econômicas. Esse território tem municípios com os piores indicadores socioeconômicos do país. Na próxima seção serão apresentadas as características gerais dos municípios onde ocorreu a pesquisa de campo.

3.5. Caracterização dos municípios cobertos pela pesquisa de campo

Esta seção do trabalho analisa as características gerais dos municípios cobertos pela pesquisa, a saber: Araguaína, Babaçulândia, Piraquê e Wanderlândia. A figura abaixo apresenta a localização geográfica dos municípios pesquisados.

Figura 3 – Localização dos municípios pesquisados

Fonte: IBGE (2010)

A área estudada, situada no norte do estado do Tocantins, é considerada parte integrante da Amazônia Legal.

3.5.1. Aspectos históricos

De acordo com o Relatório “Perfil Socioeconômico dos Municípios” da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins (SEPLAN, 2017), o início do desbravamento da cidade de Araguaína ocorreu em 1876, com a chegada de João Batista da Silva e família, procedentes do Piauí. Estabeleceram-se à margem direita do rio Lontra, em local que denominaram Livre-nos Deus, pelo temor permanente do ataque de índios e de animais selvagens. Posteriormente, com a vinda de outras famílias, formou-se o povoado com o nome de Lontra, em referência a um rio afluente do rio Araguaia em sua margem direita.

Em razão da falta de vias de comunicação o povoado pouco progrediu em termos econômicos até a primeira metade do século passado. Em 1949, o povoado Lontra passou a integrar o recém-criado município de Filadélfia. No mesmo ano sua denominação foi mudada para Araguaína, em decorrência do rio Araguaia, que serviria posteriormente de limite entre esse município e as cidades próximas do Pará. Em 1953, o povoado foi transformado em distrito, e, em 14 de novembro de 1958, foi criado o município de Araguaína, instalado em 1959 (SEPLAN, 2017).

O desenvolvimento econômico-social do município de Araguaína começou efetivamente a partir de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília. No período de 1960 a 1975, Araguaína atingiu um estágio de desenvolvimento sem precedentes na história do estado de Goiás. Em termos populacionais, Araguaína tornou-se a quarta maior cidade do estado na década de 1980, estando atrás somente de Luziânia, Anápolis e Goiânia. Com a criação do estado de Tocantins, em 1989, Araguaína tornou-se a maior cidade do estado.

Segundo Moraes (2014), a posição geográfica estratégica do município de Araguaína permitiu-lhe exercer a função de prestador de serviços. Isso possibilitou o convívio de interações espaciais com as cidades tanto de seu entorno e até com outras cidades dos estados vizinhos, como Pará e Maranhão, devido à proximidade com áreas pertencentes àquelas unidades federativas.

O município de Babaçulândia, às margens do rio Tocantins, surgiu em junho de 1926, sob a influência do extrativismo de babaçu. Inicialmente o povoado recebeu o nome de “Nova Aurora do Côco”, que assinalava o esplendor da fonte de riqueza dos Babaçuais no extremo norte goiano. Na divisão administrativa de 1933, o povoado aparece como distrito de Boa Vista do Tocantins, atual município de Tocantinópolis. Posteriormente, em 1938, essa localidade recebeu oficialmente o nome de Babaçulândia em reconhecimento da abundância do fruto amazônico na região. O desenvolvimento do município se deu a passos lentos, baseado na

exploração por processo rudimentar do babaçu, além de pequenas lavouras e criação de gado, melhorando somente com a implantação da rodovia TO-424, que dá acesso à BR-153 (SEPLAN, 2017).

Segundo a SEPLAN (2017) a história de Piraquê se inicia no final da década de 1950, com a chegada de famílias vindas do sul de Goiás, norte de Minas Gerais e de estados nordestinos (Maranhão, Piauí e Ceará). A grande quantidade de madeira disponível na região, além de grande quantidade de terras devolutas, foi o atrativo para a vinda de famílias para o pequeno município. O nome Piraquê é originário da palavra poraquê, peixe do rio amazônico capaz de produzir eletricidade, mais conhecido como peixe elétrico. A cidade recebeu esse nome devido à abundância desse peixe nos córregos da região.

O início do desenvolvimento do município de Wanderlândia ocorreu às margens da rodovia Belém-Brasília, no entroncamento entre a BR-153 e a BR-226¹¹, em 1958, estando próximo aos estados do Maranhão e Pará. Foi por muitos anos palco de disputas entre famílias oligarcas da região como os “Wanderleys”, que dominaram esse território durante muito tempo. No início da década de 1980, o padre Josimo Moraes Tavares, sacerdote católico brasileiro, coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), iniciou uma luta contra os latifundiários da região. Foi brutalmente assassinado a mando de fazendeiros. O sacerdote deixou organizado um grupo de pessoas ligadas à CPT, que continuou lutando em prol da conquista de terras, contribuindo para a formação de projetos de assentamentos na região de Wanderlândia (SEPLAN, 2017).

3.5.2. Aspectos demográficos

Com área territorial de 8.529 km² e população estimada de 201.433 habitantes em 2017, o conjunto dos municípios cobertos pela pesquisa apresentou uma taxa de crescimento populacional anual estimada em torno de 2,05% no período entre 2010 e 2017, um pouco acima da taxa de crescimento populacional do estado (1,64%). Os dados demográficos desses municípios pesquisados são apresentados na tabela a seguir:

¹¹ A BR-226 liga a cidade de Natal (RN) ao município de Wanderlândia (TO). Ao longo de todo o seu percurso, a BR-226 passa pelos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Tocantins. A extensão total da rodovia é de 1674,6 km.

Tabela 1 - Informações Demográficas

Informações	Tocantins	Araguaína	Babaçulândia	Piraquê	Wanderlândia
População (2010)	1.383.445	150.484	10.424	2.920	10.981
Densidade Demográfica (hab./km ²) - 2010	4,98	37,62	5,83	2,14	8,0
Taxa de Urbanização - 2010 (%)	78,8	94,98	47,29	38,42	53,44
Estimativa da taxa anual de crescimento 2010/	1,64	2,26	0,44	0,60	0,88
Estimativa da População (2017)	1.550.194	175.960	10.752	3.044	11.677

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Elaboração: própria

Como se pode observar na tabela 1, os municípios pesquisados representaram 13% da população total estimada do Tocantins em 2017. Atualmente, Araguaína é a segunda maior cidade do estado em termos demográficos. No período entre 2010 e 2017, esse município apresentou a maior taxa de crescimento populacional anual (2,05%). No ano de 2010, a taxa de urbanização de Araguaína (94,98%) estava acima da média do estado (78,8%) e dos demais municípios cobertos pela pesquisa.

Conjectura-se que a falta de oportunidades e as precárias condições de trabalho na zona rural dos municípios da região norte do Tocantins tenha intensificado o processo migratório de pessoas para cidade de Araguaína, em busca de oportunidades de trabalho no setor urbano. Ademais, a cidade se destaca como principal centro comercial da região, o que pode explicar suas elevadas taxas de crescimento populacional e de urbanização.

Nesse contexto, a razão de dependência demográfica pode ser um importante indicador para dimensionar a força de trabalho de uma região. Mais especificamente, o indicador é obtido através do percentual da população dependente jovem com menos de 15 anos, que em tese está fora do mercado de trabalho, e pessoas acima de 65 anos, que já estão aposentadas.

A tabela 2 apresenta a síntese dos dados acerca da estrutura etária dos municípios pesquisados:

Tabela 2 - Estrutura etária da população (2010)

Estrutura etária	Tocantins		Araguaína		Babaçulândia		Piraquê		Wanderlândia	
	População	(%) do Total	População	(%) do Total	População	(%) do Total	População	(%) do Total	População	(%) do Total
Menos de 15 anos	398.806	28,83	40.339	26,81	2.774	26,61	824	28,22	3.187	29,02
15 a 64 anos	904.075	65,35	102.527	68,13	6.848	65,69	1923	65,86	7.037	64,08
População de 65 anos ou mais	80.564	5,82	7.618	5,06	802	7,69	173	5,92	757	6,89
Razão de dependência	52,9	-	46,77	-	52,22	-	51,85	-	56,05	-
Taxa de envelhecimento	5,82	-	5,06	-	7,69	-	5,92	-	6,89	-
Taxa de fecundidade	2,41	-	1,93	-	2,26	-	3,23	-	2,61	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010)

Elaboração: própria

Tradicionalmente, os estados das regiões Norte e Nordeste apresentam maior razão de dependência e taxas de fecundidade mais elevadas do país. No ano de 2010, verifica-se que a

razão de dependência no estado do Tocantins (52,90) e nos municípios pesquisados estava acima da média nacional (45,87).

No Brasil o número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo é de 1,89. No estado do Tocantins essa média é de 2,41 filhos. Observa-se que em todos os municípios da pesquisa a taxa de fecundidade está acima da média nacional, com destaque para o município de Piraquê, cuja taxa é quase o dobro da média nacional.

3.5.3. Aspectos econômicos

A agropecuária tem papel relevante no desenvolvimento dos municípios pesquisados. Em 2006, esses municípios contavam com 3.112 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). No ano de 2016, os produtos das lavouras temporárias com maior área colhida foram soja (12.431 ha), milho (3.560 ha), mandioca (1.870 ha), arroz (1.280 ha) e feijão (686 ha). Das lavouras permanentes a banana (382 ha) e o coco-da-baía (314 ha) foram os produtos com maior área colhida. Destacaram-se ainda os rebanhos bovinos com 409.680 animais, suínos com 11.675, caprinos e ovinos com 8.470 e galináceos com 969.281 (IBGE, 2016).

Os municípios de Araguaína, Babaçulândia, Piraquê e Wanderlândia tinham uma população economicamente ativa de 83.737 pessoas, no ano de 2010. As principais atividades econômicas ocupavam um total de 78.605 pessoas, distribuídas em ocupações elementares (15.295), serviços, comércio e mercados (15.121), construção civil e mecânicas (9.560), entre outras atividades (IBGE, 2010).

Em 2010, a razão entre as pessoas de 18 anos ou mais de idade que eram economicamente ativas, ou seja, estavam ocupadas em relação ao total de pessoas nessa faixa etária, no estado Tocantins foi de 66,06%. Por outro lado, o percentual da população economicamente ativa desocupada foi de quase 7%, como pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 3 - Ocupação da população de 18 anos ou mais em (%) - (2010)

Categorias	Tocantins	Araguaína	Babaçulândia	Piraquê	Wanderlândia
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	66,06	69,61	55,83	59,34	58,1
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	6,9	6,42	5,06	6,61	5,85
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	47,16	55,89	30,71	33,25	33,78

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Elaboração própria

No que tange à taxa de pessoas de 18 anos ou mais ocupadas com carteira de trabalho assinada, verifica-se que nos municípios de Babaçulândia (30,71%), Piraquê (33,25%) e Wanderlândia (33,78) o grau de formalização dos ocupados é baixo, reflexo do reduzido dinamismo econômico desses municípios na geração de emprego e renda. No conjunto, o estado do Tocantins apresenta grau de formalização dos ocupados (47,16%) abaixo na média nacional (59,32%).

De acordo com o Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2015) o Valor Adicionado Bruto para o conjunto de municípios cobertos pela pesquisa segundo os ramos de atividade, no ano de 2015, foi de aproximadamente R\$ 113 milhões provenientes da agropecuária, R\$ 497 milhões da indústria e R\$ 2,7 bilhões de serviços. A cidade de Araguaína em termos econômicos se destaca em todos os ramos de atividade, sobretudo no setor de serviços. Esse município tem a segunda maior participação no PIB estadual e, como já dito, destaca-se como um polo comercial e de prestação de serviços no norte do estado do Tocantins.

3.5.4. Indicadores socioeconômicos

Como visto no capítulo 2, na perspectiva de Sen (2010), o Desenvolvimento Humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial.

Nesta perspectiva, o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) pode ser considerado o principal indicador socioeconômico de uma região geográfica qualquer. Trata-se de uma adaptação metodológica do IDH Global para calcular o IDH Municipal elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro. O indicador inclui três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda.

O IDHM no estado do Tocantins foi de 0,699 em 2010, o que situou essa unidade federativa na faixa de desenvolvimento humano médio (IDHM entre 0,600 a 0,699). O estado ocupa a 14ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 (Distrito Federal) e o menor é 0,631 (Alagoas). Nos últimos anos a dimensão que mais contribuiu para o IDHM do estado do Tocantins foi Longevidade,

com índice de 0,793, seguida de Renda, com índice de 0,690, e de Educação, com índice de 0,624.

Como pode ser observado na tabela 4, em termos de indicadores socioeconômicos, a posição do município de Araguaína se distancia dos demais municípios cobertos pela pesquisa de campo. Em Araguaína, o IDHM passou de 0,580 em 2000 para 0,752 em 2010, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)¹² – uma taxa de crescimento de 29,66%. Longevidade, com índice de 0,821 e Renda, com índice de 0,727, foram as variáveis que mais contribuíram para o resultado positivo. Em 2010, o município ocupava a 508ª posição entre os 5.655 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Tabela 4 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes

Informações	Tocantins		Araguaína		Babaçulândia		Piraquê		Wanderlândia	
Anos	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
IDHM e componentes	0,525	0,699	0,58	0,752	0,397	0,642	0,431	0,621	0,474	0,638
IDHM - Educação	0,346	0,624	0,431	0,712	0,21	0,568	0,213	0,511	0,313	0,561
População de 18 anos ou mais com fundamental completo (%)	31,35	52,55	40,65	63,85	18,23	41,64	16,51	34,39	24,17	42,8
População de 5 a 6 anos na escola (%)	60,17	86,87	67,62	93,52	27,13	88,71	52,28	88,57	69,97	89,61
População de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental, regular seriado ou com fundamental completo (%)	45,97	87,12	54,06	90,81	33,72	82,11	22,62	83,37	40,39	84,56
População de 15 a 17 anos com fundamental completo (%)	26,14	57,12	36,39	66,71	18,53	65,21	15,99	39,1	21,77	47,32
População de 18 a 20 anos com médio completo	14,06	40,73	18,93	49,52	10,72	29	6,09	37,85	10,29	35,23
IDHM - Longevidade	0,688	0,793	0,708	0,821	0,659	0,792	0,708	0,792	0,655	0,748
Esperança de vida ao nascer	66,28	72,56	67,46	74,23	64,51	72,52	67,48	75,51	64,32	69,89
IDHM - Renda	0,605	0,69	0,638	0,727	0,453	0,589	0,532	0,593	0,518	0,748
Renda <i>per capita</i>	344,41	586,62	423,56	737,63	134,07	313,37	219,69	319,42	201,02	376,4

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Elaboração própria

Verifica-se que os demais municípios passaram de um estágio de baixíssimo e baixo desenvolvimento em 2000 para médio desenvolvimento humano em 2010. Babaçulândia foi o município que teve a maior taxa de crescimento do IDHM em torno de 61,71%, seguido do município de Piraquê (44,08%) e Wanderlândia (34,06%). Em todo o Tocantins a taxa de crescimento do IDHM para o mesmo período de análise foi de 33,14%.

Apesar do crescimento do IDHM, verifica-se que os municípios Babaçulândia, Wanderlândia e Piraquê ocupam a 3254ª, 3333ª e 3680ª posições, entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM, respectivamente. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA).

¹² Para mais informações acerca da classificação do IDHM, o leitor poderá consultar o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/ > Acesso: 30.jun.2018.

No que tange ao rendimento familiar, do total de 1.129.714 famílias tocantinenses que auferem renda mensal, 6,79% encontram-se em situação de pobreza extrema, com renda de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 4,83% em situação de pobreza absoluta, com ganhos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 23,7% em condição de pobreza, com renda de até um salário mínimo mensal. Os rendimentos mensais das famílias para o estado e municípios cobertos pela pesquisa são apresentados a seguir:

Tabela 5 - Famílias com rendimento mensal familiar até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, até $\frac{1}{2}$ salário mínimo e até 1 salário mínimo – 2010(1)

Situação das Famílias	Tocantins		Araguaína		Babaçulândia		Piraquê		Wanderlândia	
Total de Famílias	1.129.714	(%)	124.535	(%)	8.705	(%)	2.388	(%)	8.969	(%)
Em condição de pobreza extrema	76.663	6,79	6.108	4,9	705	8,1	185	7,75	652	7,27
Em condição de pobreza absoluta	54.551	4,83	3.801	3,05	677	7,78	89	3,73	570	6,36
Em condição de pobreza	267.736	23,7	29.602	23,77	2.002	23	548	22,95	2.307	25,72

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística /Censo Demográfico (2010)

Elaboração própria

Nota: O IPEA define a condição de pobreza extrema quando o rendimento médio mensal *per capita* for de até um quarto do salário mínimo; pobreza absoluta quando o rendimento médio mensal *per capita* for de até meio salário mínimo e de pobreza quando o rendimento médio mensal *per capita* for até um salário mínimo.

Do total de 144.597 famílias que auferem renda mensalmente nos municípios pesquisados, 5,3% estão em situação de extrema pobreza, 3,6% em situação de pobreza absoluta e 23,6% em condição de pobreza.

Como discutido anteriormente, a dimensão propriamente monetária da pobreza, expressa em rendimento mensal familiar, é a mais utilizada nos estudos sobre pobreza, graças à disponibilidade dos dados. Contudo, outras dimensões da pobreza são igualmente importantes. Nesse sentido, para caracterizar o grupo de famílias que estão em processo de exclusão social, optou-se por utilizar indicadores do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013) que marcam o estado de vulnerabilidade social das famílias.

A mortalidade infantil é elevada, superando à média estadual (19,56) em três dos municípios cobertos pela pesquisa de campo. A situação é particularmente grave em Wanderlândia (26,9). Outro indicador importante para mostrar a vulnerabilidade social de uma região ou município é o número de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam. Em Piraquê, 20,85% dos jovens dessa mesma faixa etária estão em situação de vulnerabilidade social. Nesse caso, esses jovens são classificados como vulneráveis porque moram em domicílios com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Uma síntese desses indicadores sociais é apresentada na tabela 6:

Tabela 6 – Vulnerabilidade social (2010)

	Tocantins	Araguaína	Babaçulândia	Piraquê	Wanderlândia
Crianças e Jovens					
Mortalidade infantil	19,56	13,06	19,7	19,7	26,9
Crianças de 0 a 5 anos fora da escola (%)	64,99	55	68	67	51
Crianças de 6 a 14 fora da escola (%)	2,98	2,46	3,05	0,97	3,98
Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa (%)	14,32	8,68	21,98	20,85	17,81
Mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (%)	4,09	3,49	5,79	2,01	0,66
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	8,29	7,01	13,79	5,64	5,05
Família					
Mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família (%)	17,92	10,77	14,47	11,55	31,39
Vulneráveis e dependentes de idosos (%)	3,5	2,08	6,71	6,97	5,67
Crianças extremamente pobres (%)	14,96	4,65	17,84	15,8	12,14
Trabalho e Renda					
Vulneráveis à pobreza (%)	44,71	30,6	58,67	60,43	55,33
Pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (%)	40,72	29,25	53,53	52,99	49,97
Condição de Moradia					
População em domicílios com banheiro e água encanada (%)	24	91,6	57,88	54,92	73,43

Fonte: PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)

Elaboração própria

Babaçulândia lidera o *ranking* dos municípios pesquisados que apresenta maior valor percentual entre as mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos (5,79%). O município também apresenta maior valor percentual de pessoas de 10 a 14 anos economicamente ativas (13,79%), revelando a prática de trabalho infantil nessa cidade.

No que tange aos dados que tratam da vulnerabilidade social da família, destaca-se que para o ano de 2010, no município de Wanderlândia do total de mulheres chefes de famílias, 31,39% não tinham o ensino fundamental completo e tinham pelo menos um filho de idade inferior a 15 anos morando no domicílio. No estado do Tocantins, 17,92% das mulheres estão nessa mesma condição.

No município de Piraquê, 6,7% da população vive em domicílios vulneráveis, ou seja, com renda *per capita* até ½ salário mínimo, e nos quais a maior parte da renda provém de moradores com 65 anos ou mais de idade. Babaçulândia, por sua vez, apresenta a maior

proporção de crianças extremamente pobres (17,84%), ou seja, pessoas com até 14 de idade cuja renda *per capita* familiar é igual ou inferior $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

A vulnerabilidade social também está relacionada à renda e ao trabalho. Em 2010, o município de Piraquê apresentou maior proporção de indivíduos vulneráveis à pobreza, ou seja, pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (60,43%). No estado a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza é de 44,71% do total de residentes. No que tange ao trabalho, verifica-se que o município de Babaçulândia apresenta maior proporção de pessoas entre 18 anos ou mais, sem ensino fundamental completo e em ocupação informal¹³ (53,53%) dentre os municípios pesquisados.

Além dos indicadores de renda e trabalho, a moradia é uma dimensão central para estudar as condições de vida da população e diz muito a respeito da vulnerabilidade social das famílias. Como pode ser visto na tabela 6, no Tocantins, do total de residentes, apenas 24% da população vive em domicílios com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro exclusivo¹⁴. Dentre os municípios pesquisados, Babaçulândia (57,88%) e Piraquê (54,92%) apresentam a menor cobertura de domicílios com banheiro e água encanada.

Dada a caracterização dos municípios cobertos pela pesquisa de campo, a próxima seção apresenta um breve histórico dos assentamentos visitados.

3.6. Breve histórico da formação dos assentamentos

De acordo com o Relatório Geral dos Assentamentos da Reforma Agrária (INCRA, 2017), há aproximadamente 23.446 famílias em 379 assentamentos existentes no estado do Tocantins. Estima-se que há cerca de 1976 famílias em 28 assentamentos dos municípios cobertos pela pesquisa.

Feita a caracterização, a pesquisa de campo aqui realizada abrangeu uma amostra de 78 famílias distribuída em doze assentamentos. Conforme a tabela 7, o município de Araguaína representou a maior parte da amostra das famílias entrevistadas (37,2%), seguido dos municípios de Piraquê (28,5%), Babaçulândia (20,5%) e Wanderlândia (5,1%):

¹³ Nesse caso, ocupação informal implica que os indivíduos trabalham, mas não são empregados com carteira assinada, militares do exército, da marinha, da aeronáutica, da polícia militar ou corpo de bombeiros, empregados pelo regime jurídico dos funcionários públicos ou empregadores e trabalhadores por conta própria com contribuição ao instituto de previdência oficial. Para mais informações ver notas metodológicas do Atlas de Desenvolvimento Humano: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/> > Acesso: 24.abr.2018.

¹⁴ De acordo com as notas metodológicas do Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), a água nesse caso pode ser proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido das chuvas ou carro-pipa. Banheiro exclusivo é definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário. Ver: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/> > Acesso: 24.abr.2018.

Tabela 7 - Distribuição das famílias por municípios e projetos de assentamentos

Município	Projeto de Assentamento (PA)	(%)
Araguaína	Água Amarela	14,1
	Brejão	15,4
	Araguaminas (Caju Manso)	1,3
	Núcleo de Produção Agrícola (NPA)	6,4
Subtotal		37,2
Babaçulândia	Rural Coletivo Bela Vista	6,4
	Rural Coletivo Santo Estevão	9,0
	Associação Terra Viva	5,1
Subtotal		20,5
Piraquê	Deus é Amor	6,4
	Tucumirim	20,5
	Ventura II	1,3
Subtotal		28,2
Wanderlândia	Araçulândia	9,0
	Tubarão	5,1
Subtotal		14,1
Total		78

Fonte: Dados primários

A maioria dos assentamentos visitados é proveniente do Projeto de Assentamento Federal do INCRA, de Reassentamento de Barragem do Consórcio Estreito de Energia (CESTE), do Projeto de Assentamento Estadual do Governo do Tocantins e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). É preciso destacar que algumas comunidades rurais, tais como Água Amarela, Araçulândia, Brejão e Tubarão não são assentamentos oficiais, mas ocupações que agregam agricultores familiares cuja regularização está sendo acompanhada pelo Instituto Desenvolvimento Rural do Tocantins.

O Núcleo de Produção Agrícola (NPA), localizado na zona rural de Araguaína, é um dos mais antigos projetos de assentamento estadual da região. A ocupação da área teve início no final da década de 1980, coincidindo com a criação do estado do Tocantins, em 1988. As terras do NPA pertenciam a grandes fazendeiros da região. O governo comprou essas terras e as cedeu para 150 famílias inscritas no programa de reforma agrária do estado. À época de sua criação, o projeto recebeu máquinas e equipamentos agrícolas para produção coletiva de hortifrutigranjeiros e um estabelecimento comunitário para a produção de farinha de mandioca. Atualmente, o assentamento dispõe de energia elétrica, transporte público, escola rural e rede geral de distribuição de água.

A maioria das famílias do NPA é constituída por idosos aposentados. A produção e comercialização de produtos agrícolas já não é mais tão dinâmica comparada à época da sua

criação. A casa comunitária de produção de farinha de mandioca está desativada e a mão-de-obra familiar para trabalhar nas propriedades é escassa, devido à alta evasão de jovens do assentamento, conforme relatam as famílias.

O assentamento Água Amarela, situado num povoado de Araguaína, foi criado na década de 1960 com aproximadamente 50 famílias. Atualmente essa localidade tem mais de 150 famílias assentadas. Dada a grande extensão de terras desse povoado, somente uma parte da localidade dispõe de infraestrutura de energia elétrica e rede geral de distribuição de água. A maioria das famílias sobrevive basicamente da produção de laticínios, polpa de frutas e criação de animais de pequeno porte.

Situado entre as zonas rurais dos municípios de Araguaína e Nova Olinda, o PA Araguaminas, popularmente chamado de Caju Manso, está em uma das localidades mais inóspitas da região por conta da precariedade das estradas, que mais parecem trilhas, e da distância da rodovia Belém-Brasília. O assentamento foi criado oficialmente em 1995 pelo Incra. Atualmente conta com cerca de 40 famílias que não dispõem de infraestrutura básica para sobrevivência, mais especificamente rede geral de distribuição de água e energia elétrica.

A ocupação de terras no assentamento Brejão, situado no município de Araguaína, teve início em 2005. A área ocupada pertencia a um grande grupo de comunicação e políticos da região. Embora se tenha uma associação de moradores, esse assentamento ainda não está regularizado pelo Incra. O Ruraltins estima que existam cerca de 300 famílias vivendo nessa localidade.

Na pesquisa de campo, observou-se que o sistema de saneamento básico é muito precário no Brejão. Os domicílios não dispõem de água encanada da rede geral. A água é proveniente de rios que cortam o assentamento e suas formas de armazenamento são rudimentares, o que pode explicar a elevada incidência de doenças tropicais nessa localidade, segundo os relatos das famílias. A maioria das pessoas do Brejão vive da agricultura de subsistência, extrativismo e criação de suínos e galináceos.

As famílias assentadas dos projetos Rural Coletivo Bela Vista e Rural Coletivo Santo Estevão são remanescentes de uma localidade conhecida como Ilha de São José no rio Tocantins, antigo distrito de Babaçulândia. Quando moravam nesta região, suas atividades eram essencialmente voltadas para agricultura de subsistência, pesca e extrativismo¹⁵. Desde 2010, a Ilha de São José ficou submersa no rio Tocantins, devido à construção de uma barragem da

¹⁵ A atividade extrativista predominante na região trata-se da coleta de coco de babaçu, em geral realizada por mulheres conhecidas popularmente como “quebradeiras de coco”. A prática é comum no interior dos estados do Maranhão e Tocantins que dispõem de imensas áreas de babaçuais.

usina hidrelétrica no município de Estreito, divisa do Tocantins com o Maranhão, feita pelo Consórcio Estreito de Energia. As famílias ribeirinhas que lá viviam foram deslocadas para assentamentos do próprio Consórcio nos municípios próximos à barragem.

Os projetos de assentamento Ventura II e Tucumirim, ambos situados no município de Piraquê, são de responsabilidade do Incra. O projeto Ventura II foi criado em 1996 e conta atualmente com cerca de 158 famílias. Mesmo com a precariedade das vias de acesso é um dos assentamentos mais estruturados em termos de produção e comercialização de produtos agrícolas da região. Uma parte dos agricultores familiares desse assentamento integra o Programa de Compra Direta Local¹⁶, comercializando produtos hortifrutigranjeiros em geral. O projeto Tucumirim foi criado no ano de 2002. Atualmente há cerca 89 famílias nessa localidade. A maioria das famílias vive da produção e comercialização de farinha de mandioca.

Os projetos de assentamento Deus é Amor e Associação Terra Viva, situados nos municípios de Piraquê e Babaçulândia, respectivamente, são provenientes do Programa Nacional de Crédito Fundiário do governo federal. O projeto Terra Viva foi criado no ano de 2012 e tem atualmente 22 famílias. Já o assentamento Deus é Amor foi criado no ano seguinte e conta hoje com 18 famílias. Em ambos os projetos as famílias não dispõem de energia elétrica, vivem da agricultura de subsistência e enfrentam dificuldades para pagar as parcelas anuais do crédito fundiário.

Por fim, no município de Wanderlândia foram visitados dois assentamentos que não possuem vínculos institucionais com programas da reforma agrária. Um desses assentamentos está localizado em Araçulândia - um distrito da zona rural de Wanderlândia fundado desde meados da década de 1950. A área desse assentamento no distrito é constituída de terras devolutas, que estão sendo ocupadas por famílias em situação de vulnerabilidade social ao longo dos anos. Atualmente há cerca de 250 famílias que residem nessa localidade. A maioria dessas famílias mora em pequenos lotes sem escrituras, cria animais de pequeno porte (galináceos) e vive da agricultura de subsistência.

Visitou-se na zona rural do mesmo município uma ocupação recente constituída de 36 famílias, iniciada em meados de 2016, denominada de assentamento Tubarão. A área ocupada faz parte de uma grande fazenda da região, cujos donos enfrentam há anos problemas com a justiça para a legalização da propriedade, segundo relatos de posseiros. As famílias ocupantes

¹⁶ O Programa de Compra Direta Local está vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), executado em parceria com estados e municípios. O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação. Para mais informações ver: < <https://ruraltins.to.gov.br/compra-direta-local/> >. Acesso: 24.abr.2018.

se instalaram inicialmente num distrito de Wanderlândia chamado Xamberlândia, popularmente conhecido como “Ponta do Asfalto”, próximo à fazenda. Nesse distrito, as pessoas construíram barracos de palha em pequenos lotes. Basicamente, são posseiros oriundos de outras ocupações irregulares que foram expulsos por grileiros de terra ou tiveram que cumprir ordem judicial para desocupação de uma determinada propriedade.

A maioria das famílias do Tubarão vive em situação de extrema miséria com insuficiência de recursos para produção de subsistência. Algumas delas sobrevivem basicamente de benefícios sociais, como aposentadoria e bolsa família. Outras ganham a vida em atividades extrativas de pequi, castanhas, babaçu, buriti, entre outros frutos. Essas famílias expõem e vendem esses produtos às margens das rodovias que cortam o povoado (TO-420 e BR-153).

O próximo capítulo apresenta os resultados do levantamento de campo realizado nos assentamentos de acordo com os procedimentos metodológicos delineados nesta parte do trabalho.

4. RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados do levantamento de campo realizado nos assentamentos no norte do estado do Tocantins. Os dados coletados nesta pesquisa e a revisão teórica feita no segundo capítulo permitiram uma melhor caracterização da vida econômica das famílias que vivem em condição de pobreza.

A primeira seção busca entender os aspectos essenciais da vida familiar dos entrevistados a partir da descrição e análise das variáveis demográficas.

Na seção seguinte, é feita uma análise das características socioeconômicas das famílias a partir de indicadores de renda, condições de moradia, acesso aos bens e serviços públicos, entre outros aspectos relevantes para a caracterização da pobreza do ponto de vista dos recursos monetários disponíveis para as famílias.

A terceira seção examina os serviços financeiros utilizados pelas famílias estudadas, envolvendo mecanismos de empréstimo e poupança. Nessa seção também é feita a análise das necessidades financeiras das famílias, assim como os mecanismos a que elas recorrem para satisfazê-las. A apresentação das informações é baseada na literatura discutida no capítulo 2, que sugere um entendimento mais amplo das necessidades financeiras das famílias pobres. Tais necessidades são resultantes de pressões financeiras causadas pelo surgimento de emergências de saúde, por eventos do ciclo de vida e eventos sazonais, entre outros infortúnios.

Por fim, a quarta seção busca investigar como as escolhas são feitas no horizonte temporal, considerando o ambiente de adversidades e de escassez que essas famílias vivem. Mais especificamente, a seção traz informações sobre padrões de escolha intertemporal e a percepção das famílias sobre o futuro.

4.1. Perfil demográfico

Esta parte do trabalho descreve e analisa as variáveis demográficas utilizadas na pesquisa de campo. A análise será feita a partir das seguintes características do entrevistado: posição na família, idade e sexo; nível educacional; origens geográfica e ocupacional.

4.1.1. Posição na família, sexo e idade

Do total de 78 indivíduos entrevistados, 62,8% são chefes de família, 33,3% são cônjuges do chefe de família e 3,8% são filhos dos mesmos. A maioria dos entrevistados

(79,8%) é casada ou está em regime de união estável. Homens e mulheres correspondem a 53,8 e 46,2% do total da amostra, respectivamente. Pôde-se observar que as mulheres exercem um papel fundamental na administração do orçamento doméstico, sobretudo nas decisões de alocação de recursos provenientes de benefícios sociais, tais como os recursos do Programa Bolsa Família.

Quanto à idade, variável relevante na medida em que remete à experiência dos assentados entrevistados, os dados dos extremos do espectro etário revelam que 14,1% têm de 18 a 29 anos de idade e 25,6% estão com mais de 60 anos. A média de idade dos homens e mulheres é de aproximadamente 52,1 e 40,8 anos, respectivamente. Considerando a população total do estado, os dados dos extremos do espectro etário da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD (IBGE, 2015) mostram que 25,5% dos habitantes têm entre 18 e 29 anos e 18,6% estão acima de 60 anos de idade. A faixa etária dos entrevistados e da população tocaninense é apresenta na tabela 8:

Tabela 8 – Faixa etária (%)

Categorias	Amostra	População
18 a 19 anos	1,3	4,1
20 a 24 anos	7,7	9,8
25 a 29 anos	5,1	9,9
30 a 34 anos	9,0	10,2
35 a 39 anos	12,8	10,9
40 a 44 anos	10,3	8,9
45 a 49 anos	2,6	7,6
50 a 54 anos	15,4	7,7
55 a 59 anos	10,3	6,3
60 a 64 anos	15,4	5,9
65 a 69 anos	3,8	3,8
70 anos ou mais	6,4	7,4
Total	78	1.059.000

Fonte: Dados primários, PNAD/IBGE (2015)

Verifica-se que a porcentagem dos entrevistados entre 18 a 29 anos é menor em relação à população de seu estado. Conjectura-se que as oportunidades de auferir renda em atividades da agricultura familiar para os jovens nos assentamentos visitados não proporcionam rentabilidade atraente, o que levaria os jovens a migrar para outras regiões na busca de novas fontes de subsistência. Isso pode refletir o problema de sucessão hereditária na agricultura familiar como apontado por Milton Silvestro et al. (2001), dada a presença de uma população mais velha, cujos filhos encontram oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva paterna.

Nesse contexto, a desproporção entre o tamanho da família e o volume de recursos, inclusive disponibilidade de terra, pode ser um aspecto fundamental na migração dos filhos

adultos, como sugere Bianchi (1983). Em situações de escassez de recursos, a saída dos filhos representa um alívio nas despesas da família e uma forma de distribuir os recursos escassos de mão de obra disponíveis na família. Ademais, para as famílias pobres a saída dos filhos pode constituir uma fonte complementar de renda.

4.1.2. Educação

O percentual de analfabetos na amostra (24,4%) é superior às médias do Tocantins (11,0%) e do Brasil (10,0%) como um todo. No outro extremo da distribuição, apenas 2,6% (dois entrevistados) tinham 12 anos ou mais de estudo, enquanto no Tocantins são 14,7% e no Brasil 15,9%. Constata-se assim que a população da área pesquisada tem um nível de escolaridade bastante precário. Levando em conta a importância estratégica que o acesso à educação formal tem para a capacitação das pessoas, nos termos de Amartya Sen (2010), esse resultado por si só sinaliza a dificuldade que a população da região assentada enfrenta para realizar seu potencial de escolha, em todas as dimensões de sua vida pessoal e social.

Entre os entrevistados verificou-se que a média de anos de estudo das mulheres é de 5,1 anos e dos homens é de apenas 3,6 anos. O perfil geral dos entrevistados por anos de estudo é apresentado na tabela 9:

Tabela 9 - Anos de estudo em (%)

Categoria	Amostra	População (TO)
0	24,4	11,0
1 a 4 anos	35,9	20,5
5 a 8	19,2	24,7
9 a 11	17,9	29,1
12 ou mais	2,6	14,7
Total	78	1.290.000

Fonte: Dados primários, PNAD/IBGE (2015)

Predomina na amostra a faixa de indivíduos que tem entre 1 e 4 anos de estudo (35,9%). Cerca de quatorze pessoas, especialmente as com mais de 55 anos de idade, disseram ter participado do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) do Projeto Rondon, difundido nas escolas da região na década de 1970.

Nesse caso, à luz da abordagem de Sen (2010), evidencia-se claramente a ausência de oportunidades sociais configurada no baixo grau de instrução dos entrevistados. Essa baixa escolaridade implica na falta de capacitações para participar de atividades econômicas nos

mercados que exigem especificações e controle de qualidade, tais como a inserção em programas governamentais de aquisição de alimentos¹⁷ ou de financiamentos para agricultura familiar. Em outros termos, a “falta de leitura” dos agricultores entrevistados limita o seu campo de possibilidades de exploração da atividade econômica.

Na maioria dos assentamentos visitados não há escolas rurais. Constatou-se apenas uma escola de ensino fundamental I (1º ao 5º ano) no Projeto de Assentamento Caju Manso, que funciona sob o regime de classe multisseriada, justificado pela infraestrutura precária e baixo número de alunos. De acordo com uma entrevistada que mantém dois dos nove filhos nessa escola, o estabelecimento não tem biblioteca, somente algumas prateleiras com livros desatualizados. Não há computadores e o sinal de internet não chega à região. Uma cisterna é utilizada para abastecimento de água. Não há rede de esgoto, apenas fossa. Os demais filhos da família estão matriculados em uma escola do ensino fundamental II que fica a 13 km do assentamento. De acordo com a entrevistada, eles precisam caminhar cerca de três a quatro quilômetros, a depender das condições das estradas, para chegar num determinado ponto do assentamento onde o ônibus escolar consegue trafegar.

Em oito dos doze assentamentos, as escolas rurais de ensino fundamental I estão situadas em povoados à beira das rodovias estaduais e federais. A precariedade dessas escolas foi visível ao visitar uma delas no povoado de Xamberlândia. A infraestrutura precária, a falta de saneamento e a carência de materiais pedagógicos comprometem as condições mínimas de funcionamento dessas escolas rurais. As escolas de ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano), que recebem parte das crianças e adolescentes desses assentamentos, estão localizadas nas sedes dos municípios cobertos pela pesquisa.

Observou-se que para essas famílias, sobretudo aquelas que vivem em assentamentos mais isolados ou distantes das rodovias, o investimento em educação representa um custo elevado, sendo que parte delas não recebe a doação de materiais escolares e uniformes do poder público local. Esses custos, somados ao custo de oportunidade do trabalho dos adolescentes, levam as famílias a tirarem seus filhos da escola antes que estes passem a cursar o ensino médio. Essas evidências reforçam a argumentação de Brusky e Fortuna (2002), exposta no capítulo 2, quanto ao custo de oportunidade das famílias de baixa renda em relação à educação.

¹⁷ Mais especificamente, trata-se do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 pelo Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. Para mais informações ver: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa> >. Acesso: 06.mar.2018.

Por outro lado, em alguns assentamentos mais próximos aos centros urbanos, tais como Água Amarela e Núcleo de Produção Agrícola (NPA), observou-se que uma parcela das mulheres entrevistadas continua estudando através de cursos do Programa Educação de Jovens Adultos (EJA). Apesar do baixo grau de instrução dessas mulheres, a maioria mantém seus filhos estudando: “*Criei meus filhos quebrando côco. Tenho dois formados*”, diz uma senhora referindo-se à conclusão do ensino médio dos seus filhos.

Nos termos de Sen (2010), pode-se dizer que nesse caso a privação de liberdade dessas famílias está diretamente vinculada à carência dos serviços públicos nos assentamentos, que retiram dos jovens a possibilidade de desenvolver plenamente suas potencialidades. Ainda que as famílias valorizem a educação dos seus membros, como foi possível constatar na fala dos entrevistados, as condições adversas observadas caracterizam a privação de liberdade substantiva que confere um papel central à aptidão de uma pessoa para diferentes coisas que ela valoriza, nesse caso, a educação.

4.1.3. Origens geográfica e ocupacional

Do ponto de vista de sua origem geográfica, os entrevistados assemelham-se à população de seu estado. Do total da amostra, 69,2% dos entrevistados nasceram no próprio Tocantins, contra 69,5% do estado como um todo. Do total de migrantes, verificou-se que 7,7% são do Maranhão e 6,4% do Ceará, Pará e Piauí, sendo estes os estados de onde os entrevistados migraram, predominantemente. Quando esses dados são comparados com o total de migrantes do estado do Tocantins, observa-se entre os assentados entrevistados uma menor participação de indivíduos nascidos em Goiás, ao lado de uma maior participação de indivíduos nascidos no Ceará, no Pará e no Piauí:

Tabela 10 – Estados de origem (%)

Categoria	Amostra	População
Tocantins	69,2	69,5
Maranhão	7,7	8,6
Ceará	6,4	1,4
Pará	6,4	2,6
Piauí	6,4	2,7
Goiás	1,3	6,4
Outros	2,6	8,6
Total	78	1.519.000

Fontes: Dados primários, PNAD/IBGE (2015)

Do total de 54 entrevistados nativos do estado, 16,7% não são oriundos dos municípios do atual assentamento que residem. Os demais assentados entrevistados nasceram no município onde residem atualmente, embora muitos deles sejam originários da zona urbana desse município, o que significa que migraram para a zona rural para se fixar no assentamento onde residiam à época da pesquisa. Essa condição ficará clara mais adiante nessa seção, ao tratar da origem ocupacional dos entrevistados.

Dentre os agricultores entrevistados oriundos de outros estados, sobretudo da região nordeste, destacam-se ex-garimpeiros que se aventuraram nos garimpos dos estados do Amazonas, Pará e Rondônia. O mais famoso deles, Serra Pelada (PA) atraiu parte desses assentados no início da década de 1980. Um assentado que trabalhou dez anos no garimpo de Serra Pelada comenta: *“O dinheiro é inimigo do homem. Tudo o que ganhei no garimpo dei para as mulheres”*. A crise entre os trabalhadores de Serra Pelada coincidiu com a escassez de ouro no garimpo, forçando parte deles a ocuparem terras livres na região, que posteriormente transformaram-se em projetos de assentamentos regularizados pelo Incra.

Foi possível entrevistar migrantes do semiárido nordestino que vieram para os assentamentos do norte do Tocantins motivados principalmente pela abundância de água na região. E, conforme já mencionado no capítulo anterior foi possível também entrevistar famílias deslocadas pela construção de barragens hidrelétricas no rio Tocantins, configurando um fluxo migratório recente de ribeirinhos.

Mais da metade dos agricultores assentados (60%) disseram ter participado do processo de ocupação, sendo os primeiros beneficiários dos lotes conquistados. Os demais são caracterizados como “beneficiários terceiros”¹⁸. Quando esta questão foi formulada, a ideia era entender quais eram os meios de acesso à terra, bem como as formas de ocupação das famílias assentadas. No entanto, esse objetivo foi atendido apenas parcialmente. A questão trouxe alguns elementos adicionais que revelaram a existência de um comércio de terras entre as famílias que nem sempre segue os trâmites legais determinados pelo Incra.

O Projeto de Assentamento Tubarão, situado no município de Piraquê, é um caso típico que ilustra essa prática. Observou-se que antes do processo de ocupação efetiva da área, houve a venda ou locação de barracos de palha em pequenos lotes às margens da rodovia TO-420, no

¹⁸ Termo utilizado para designar segundo ou terceiro proprietário do lote. Vale ressaltar que até que os assentados não recebam a escritura do lote, a terra recebida fica vinculada ao Incra. Portanto, sem a escritura, os beneficiados não podem legalmente vender, arrendar, doar ou emprestar a sua terra a terceiros. Para mais informações ver: < <http://www.incra.gov.br/assentamento> >. Acesso:03.out. 2017.

povoado de Xamberlândia. Segundo um entrevistado, o aluguel mensal de um barraco é quase 1/5 do salário mínimo e o seu preço de venda varia entre 2 e 3 salários mínimos.

Uma das famílias relatou ter vendido seus ativos em um assentamento localizado no Estado do Pará por dois salários mínimos; com o dinheiro apurado comprou um barraco no povoado de Xamberlândia, que revendeu depois por quatro salários mínimos. Suspeita-se que nessa comunidade várias famílias possam ter feito o mesmo tipo de transação, inflando os preços de terras nessa região. Claramente, há um processo especulativo de terras entre os pobres.

Como já observado por Bianchi (1983) em sua pesquisa de campo no Vale do Ribeira (SP), o repentino aumento da demanda de terra agrícola cria novos problemas para uma região onde há pouco predomínio de terras devolutas ou áreas de posse. Com o processo de especulação, o grileiro tende a tornar-se uma figura comum, intensificando-se os conflitos em torno da posse de terra.

Em outras comunidades visitadas, há relatos de famílias que compraram lotes comercializados pelo presidente da associação do projeto de assentamento, na expectativa de uma futura legalização. Trata-se de pequenos lotes adquiridos por famílias muito pobres, incapazes de prover sua própria subsistência apenas com o rendimento que conseguem extrair da terra, e que veem nesse tipo de transação a oportunidade de lucros extraordinários.

Em casos extremos, observou-se que famílias muito pobres, em situações de emergência vendem gradativamente partes de seus lotes para outros assentados, impossibilitando a produção para consumo de subsistência devido à redução da área: *“Não tenho espaço para investir em gado nem plantar. Só crio galinhas”*, diz uma senhora que vendeu quase toda a propriedade para os seus vizinhos no assentamento. Por outro lado, foi possível identificar, ainda que em menor número, famílias que adquirem propriedades em mais de um assentamento para atividade pecuária, fazendo isso em nome de terceiros para escapar às restrições impostas pela lei.

Na verdade, em quase todos os assentamentos cobertos pela pesquisa de campo, foi possível observar uma forte especulação em torno da venda de terras públicas, por parte das famílias assentadas. Ademais, se constatou a prática de arrendamento de terras da reforma agrária a terceiros para pastagens, o que explica a forte presença da pecuária bovina como principal atividade econômica no entorno dos assentamentos. Tais evidências acerca do processo de ocupação sugerem que os beneficiários de terras da reforma agrária transformam-na em ativo financeiro com frequência.

Algumas famílias que tinham terras nos estados do Pará e Maranhão revelaram que a sua vinda para os assentamentos nessa região do Tocantins se deu em decorrência da invasão de terras por grileiros e grandes fazendeiros. Ao se observar o fluxo migratório dessas famílias para ocupação de novas áreas, constata-se que a teia de relações de parentesco e de compadrio se encarrega de difundir as informações sobre a nova oportunidade de trabalho. Há uma extensa rede de relações sociais que determina o fluxo migratório dessas famílias. Conforme se pôde observar em assentamentos de ocupação recente, tais como o PA Tubarão e PA Água Amarela, em cada fase do deslocamento os membros da família, compadres e antigos vizinhos recebem os que vêm depois. Tais evidências corroboram a análise de Bianchi (1983), Moser (1998), Martins (2003) e Abramovay (2004) acerca das relações de reciprocidade e das redes sociais, baseadas em parentesco e lugar de origem, como importantes mecanismos de consolidação dos ativos sociais.

Em relação à origem ocupacional dos assentados entrevistados, a maioria (52,6%) se dedicou ao trabalho rural em toda sua vida pregressa, atuando como posseiros, agregados e assalariados permanentes ou temporários. Mas há também uma parcela significativa (47,4%) de indivíduos que exerceram ocupações típicas do meio urbano antes de se fixarem no assentamento. Entre as ocupações mais citadas destacam-se: açougueiro, auxiliar de serviços gerais, catador de material reciclável, carpinteiro, comerciante, barrageiro, costureira, cozinheira, empregada doméstica, feirante, garçom, garimpeiro, gerente administrativo, manicure, mecânico, pedreiro, pintor, servente de pedreiro, técnica em enfermagem, vendedor ambulante, vendedora de loja e zelador de escola.

O diálogo com os assentados permitiu entender as razões pelas quais uma parte das famílias “optou” por morar em assentamentos na região: “*Vivia na cidade e tinha barraca de chambari¹⁹ no mercado municipal, mas a situação apertou e fui obrigada a morar aqui (assentamento)*”, diz uma jovem senhora que ganha seu sustento como quebradeira de côco no assentamento.

Vale ressaltar que o trabalho de agregado, citado anteriormente, não envolve necessariamente um trabalho com remuneração em dinheiro. Segundo os entrevistados, um agregado é o indivíduo que não tem propriedade e que em troca de moradia e produção de alimentos para subsistência de sua família se dispõe a trabalhar para o fazendeiro. A produção excedente é destinada à família do fazendeiro contratante: “*Não tinha terra, vivia em terra alheia. Sempre trabalhei em terra alheia. Não me planejei na vida, não soube arrumar minha*

¹⁹ Trata-se de um prato típico tocaninense.

vida”, relata um senhor de 76 anos ao descrever sua situação como agregado antes de morar no assentamento.

Por outro lado, há relatos de famílias muito pobres que declaram preferir voltar a atuar como agregados, dizendo-se estar em situação econômica relativamente pior no assentamento: *“A vida aqui (assentamento) está mais difícil, preferia trabalhar como agregada nas fazendas”*, diz uma assentada ao se referir às condições precárias de infraestrutura no assentamento e escassez desse tipo de trabalho na região.

Ao se analisar as ocupações anteriores exercidas pelos entrevistados, verifica-se uma diversidade de atividades realizadas pelos participantes. Essa diversidade abrange populações marginalizadas das velhas relações de trabalho agrícola, pastoril e extrativo, bem como trabalhadores oriundos de ocupações típicas de áreas urbanas que sobrevivem do trabalho ocasional nos assentamentos.

Tais evidências corroboram a pesquisa sobre a vivência em assentamento da reforma agrária de Martins et al. (2003). As histórias das várias famílias assentadas são um elenco de singularidades. Suas narrativas indicam tratar-se de uma massa de trabalhadores com histórias pessoais truncadas, marcadas por expectativas não realizadas que veio para o assentamento como única alternativa.

4.2. Características socioeconômicas

As 78 famílias pesquisadas somam 338 pessoas. Do total da amostra 19,1% dos domicílios tem até dois membros, 55,1% entre 3 e 5 membros e 5,6% tem acima de 6 indivíduos residentes. A média de pessoas por família é de 4,3. A tabela a seguir mostra a composição dos domicílios de acordo com o número de integrantes:

Tabela 11- Número de integrantes por domicílios

Categoria	(%)
1 - 2 indivíduos	19,2
3 - 5	55,1
6 - 8	1,8
9 ou mais	3,8
Total	78

Fonte: Dados primários

A pesquisa revelou também que em aproximadamente 14,1% dos domicílios visitados há algum membro em condição de deficiência física e/ou necessidades especiais. Quando se tem um deficiente ou doente crônico na residência, ainda que o mesmo receba algum benefício social (pensão/ auxílio doença), as pressões financeiras sobre o orçamento são mais graves. Em

geral, um membro da família assume para si as tarefas atinentes ao cuidado do deficiente, deixando de gerar renda para a unidade familiar. Além disso, as elevadas despesas médicas impactam fortemente no orçamento doméstico, não sendo compensadas pelo benefício social eventualmente recebido.

De uma forma geral, as desvantagens como a idade avançada, deficiência ou doença reduzem a aptidão do indivíduo para ganhar renda. Nos termos de Sen (2010), essas desvantagens tornam mais difíceis converter a renda em capacitações, uma vez que um indivíduo mais velho, mais inábil ou mais doente consome mais recursos para realizar os mesmos funcionamentos. As famílias pobres que têm pessoas com deficiências físicas ou mentais são as mais vulneráveis nesses assentamentos.

A partir dos depoimentos foi possível observar que muitas crianças especiais estudam nas escolas rurais próximas ao assentamento, junto com outras crianças não especiais. Uma das famílias entrevistadas revela que os custos de transporte para conduzir o filho à APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), localizada no centro urbano mais próximo, são elevados. Diante desses custos, é possível supor que outras famílias com filhos deficientes deixem de enviar seus filhos para a escola.

Sendo a renda a variável consagrada para mensurar pobreza, ao analisar o rendimento familiar dos assentados, verificou-se que 41,1% dos entrevistados declararam ganhar até um salário mínimo por mês, 26,4% entre um e três salários e 2,6% entre três e cinco salários mínimos. Em 2015, no Tocantins, 53,9% da população ganhava até dois salários mínimos, 39,1% entre um e três salários e 7% entre três e cinco salários mínimos. Confirma-se, assim, a suposição de que se trata de uma população significativamente mais pobre do que a do Estado. Esses dados são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 12 – Renda familiar¹ (%)

Categoria	Amostra	População
Até 1/2 salário mínimo	10,3	14,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	30,8	39,0
Mais de 1 a 2 salários mínimos	13,6	31,2
Mais de 2 a 3 salários mínimos	12,8	7,9
Mais de 3 a 5 salários mínimos	2,6	7,0
Total	78	824.000

Fonte: Dados primários

Nota: ¹ Classificação feita a partir do salário mínimo nacional no ano de 2017.

A média de pessoas que auferem renda é de 1,9 por domicílio. É importante ressaltar que a menção da renda auferida em termos de salários mínimos é apenas uma estimativa não exata dos ganhos. Muitas famílias dependem de diferentes fontes de renda para sua sobrevivência, ganhando mais renda num período e menos em outros, e havendo períodos sem qualquer rendimento. Esse padrão não discrepa do observado na maioria das pesquisas feitas no meio rural, pois a renda é uma variável difícil de ser estimada e sujeita a muita variância ao longo do tempo. Portanto, a irregularidade e a incerteza na renda agravam os problemas de sobrevivência das famílias pobres, sendo fontes de riscos para as mesmas, conforme revelam os trabalhos empíricos de Collins et al. (2009) e Morduch e Schneider (2017).

Traçar uma linha divisória de pobreza entre os indivíduos pobres e os não pobres é uma tarefa complexa, como defendem Rocha (2006), Athias e Oliveira (2016), entre outros autores, sendo muitos os fatores que definem essa linha de corte. Como no Brasil ainda não há uma linha oficial de pobreza, optou-se no presente trabalho pela adoção das faixas de rendimento em reais definidas pelo Programa Bolsa Família a partir do Decreto Nº 8.794, de 29 de junho de 2016, do governo federal.

A tabela a seguir indica que 5,1% dos assentados entrevistados vivem na extrema pobreza, ou seja, têm renda familiar *per capita* mensal de até R\$ 85,00. Aproximadamente, 21,8% tem renda *per capita* mensal entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00 (pobreza) e 48,7% renda familiar *per capita* entre R\$ 170,00 e R\$ 484,00 (baixa renda):

Tabela 13 – Renda mensal *per capita*

Categoria	
Até R\$ 85,00 (em %)	5,1
Entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00 (em %)	21,8
Entre R\$ 170,00 e R\$ 484,00 (em %)	48,7
Acima de R\$ 484, 00 (em %)	24,4
Média (em R\$)	338,71
Mediana (em R\$)	226,77

Fonte: Dados primários

É importante destacar que, ainda que se adote o critério de renda para mensurar pobreza, tal medida é insuficiente para lidar com aspectos mais gerais das condições de escassez e necessidades básicas, como discutido amplamente no capítulo 2. Como foi possível constatar no campo, uma parcela importante das necessidades das famílias dos assentamentos pesquisados não pode ser atendida em termos exclusivamente monetários; há casos em que a renda se torna um critério quase irrelevante para definir a pobreza. Por isso, o esforço desse

trabalho em analisar outros aspectos além da renda para ter uma visão mais ampla da vida econômica das famílias.

Calcular o orçamento doméstico das famílias, envolvendo receitas e despesas, torna-se mais complexo na medida em que há a saída dos seus membros do campo, especialmente os jovens que vão em busca de oportunidades de trabalho e estudo dos centros urbanos mais próximos. Algumas dessas famílias arcam com as despesas de seus filhos fora da propriedade: “*Tenho uma casa alugada na rua*²⁰ *onde moram meus filhos*”, diz um senhor que ganha o seu sustento com a produção e venda de farinha de mandioca para manter os filhos estudando na cidade. Outras famílias têm parentes dentro do mesmo assentamento e compartilham receitas e despesas, tornando mais difícil de determinar com precisão a renda desses domicílios.

Acredita-se que a situação exposta anteriormente seja a realidade de muitos aposentados que arcam com despesas de filhos e netos que moram nas periferias dos centros urbanos próximos aos assentamentos. Ainda que a renda *per capita* possa parecer elevada nos lares chefiados por aposentados, devido ao reduzido número de residentes no domicílio, verifica-se que as despesas domésticas são elevadas ao considerar os filhos fora da propriedade. Ademais, a saída de seus membros, especialmente dos homens, reduz significativamente a disponibilidade de pessoas para a produção agrícola familiar.

Um fato que merece ser apontado é o número expressivo de menores de idade que, além de trabalharem na propriedade familiar, trabalham em outras propriedades da região. Uma entrevistada disse contar com a renda do trabalho de cinco dos seus sete filhos, que trabalham na roçagem de vegetação em fazendas de vereadores na região do assentamento. A senhora revelou que o trabalho é ocasional e, quando surge, cada um dos seus filhos ganha R\$ 10,00 por dia. Em outra residência, a chefe da família revelou que os seus filhos adolescentes precisam trabalhar nas fazendas da região nas férias para garantir a compra do material escolar e uniforme, que não são doados pela prefeitura.

Nesse contexto, verifica-se que nas famílias mais pobres e numerosas as políticas de transferência de renda não são suficientes para erradicar o trabalho infantil, podendo comprometer sobremaneira o desempenho escolar de seus filhos. É comum nessas famílias assentadas que os jovens trabalhadores aspirem profissões de baixos rendimentos no futuro, internalizando assim o seu *status* de pobreza. Essas evidências também foram apontadas nos estudos de Alsop et al. (2006) e Galab et al. (2013), conforme visto na revisão teórica.

²⁰ “Rua” é o termo utilizado pelos assentados para referir-se à zona urbana.

O problema de insegurança alimentar é crítico na maioria das famílias visitadas, especialmente as que não dispõem de ativos físicos produtivos na propriedade. Por conta das condições ruins do solo, a insuficiência de renda para comprar insumos agrícolas e até mesmo o reduzido espaço do lote para produção, essas famílias não conseguem produzir o bastante para sua subsistência.

Incapazes de produzir alimentos suficientes para nutrir seus membros, famílias muito pobres não costumam ter as três refeições diárias recomendadas. Muitas delas substituem alimentos de primeira necessidade, tais como arroz e feijão, por outros produtos nas refeições: *“Dou beiju²¹ para as crianças no almoço e deixo o arroz para a janta”* diz uma entrevistada ao mencionar a substituição de alimentos nas refeições. Outra senhora também revela o problema nos seguintes termos: *“Hoje não tinha merenda, o meu esposo trouxe milho para as crianças”*. Nesse sentido, da perspectiva da abordagem das capacitações de Sen (2010), pode-se dizer que para uma parte dessas famílias, sobretudo as que estão abaixo da linha da pobreza, a ausência de liberdades substantivas está relacionada diretamente com a insuficiência de renda, que rouba delas a liberdade de saciar a fome e de obter boa nutrição.

Considerando a classificação das fontes de riscos definida por Wright et al. (1999), observou-se que um dos fatores estruturais de risco das famílias assentadas é a flutuação sazonal na disponibilidade de alimentos e água, que agrava o problema de insegurança alimentar. O período de estiagem ou o “período de fome” pode durar cinco ou seis meses devido à escassez de chuvas e solos gravemente degradados. As alterações climáticas que se traduzem no prolongamento do período de estiagem são uma preocupação constante dos entrevistados, conforme expressa um agricultor em relação à seca prolongada no último ano: *“Fazendeiro viu gado morrer, a água acabou. Nunca vi uma seca dessa”*. Em muitos casos, a exploração econômica nas propriedades dos assentados só consegue produzir algum excedente quando a família tem rendas oriundas de outras fontes que permitem investir na sobrevivência dos animais no período de estiagem prolongada.

A tabela 14, a seguir, discrimina a situação de trabalho dos entrevistados:

²¹ Alimento típico da região norte feito à base de fécula extraída da mandioca, usualmente granulada. Nas outras regiões é conhecida popularmente como tapioca.

Tabela 14 – Situação de trabalho

Categoria	(%)
Trabalha somente na propriedade	53,8
Trabalha fora da propriedade como assalariado rural	21,8
Trabalha na zona urbana	19,2
Trabalha dentro e fora da propriedade	5,1
Total	78

Fonte: Dados primários

Devido à instabilidade na renda das famílias, elas não podem contar apenas com a renda proveniente de suas propriedades. Do total da amostra, 46,2% dos entrevistados contam principalmente com a venda de sua força de trabalho em atividades externas ao assentamento: *“Tem que trabalhar fora. Não tem como sobreviver só daqui”*, relata uma dona de casa ao mencionar o trabalho em atividades externas do seu esposo.

As principais razões para atuação fora da propriedade estão nas condições ruins do solo e na escassez de água, valendo ressaltar que a renda proveniente de diárias em fazendas é instável e não dura o ano todo: *“não tem emprego no verão”*, revela uma entrevistada, ao descrever as dificuldades que membros da família encontram para arrumar trabalho em atividades externas no período de estiagem. Essa situação não é muito diferente da investigada em comunidades rurais na Índia por Banerjee e Duflo (2012), em que mais da metade daqueles que estão empregados entre os pobres nas áreas rurais são trabalhadores temporários. Portanto, além da renda baixa, irregular e incerta, o desemprego para essas famílias é um risco eminente para aquelas que dependem de trabalho ocasional.

Para a grande parcela dos entrevistados que trabalham como assalariados fora de sua propriedade, a garantia dos direitos trabalhistas é um problema visível, uma vez que costumam ficar à margem da legislação, contratados de forma temporária em alguns períodos do ano. Alguns dos entrevistados disseram que já trabalharam de forma sazonal nas grandes obras de hidrelétricas na região e na formação de fazendas para produção pecuária, o que reflete a expansão econômica dessa região.

Empregos ocasionais de baixa remuneração e com baixo potencial de aproveitamento produtivo reduzem as oportunidades dos trabalhadores rurais de elevar os seus rendimentos domiciliares. A inserção em atividades com reduzido nível de produtividade e a permanência duradoura nessas ocupações prorroga o horizonte temporal de permanência na condição de pobreza, assim como também reforça a situação de dependência e fragilidade frente às políticas

de transferência de renda, conforme apontam os indicadores de inserção produtiva no meio rural de Buainain et al. (2013).

A maioria das famílias entrevistadas recebe algum tipo de benefício social (79,5%). Para elas a renda proveniente dessas fontes, como os recursos do Programa Bolsa Família, aposentadoria e pensões, tem importância significativa no orçamento doméstico, sobretudo nos períodos de escassez: *“Graças a Deus recebo o Bolsa Família, não tem mais diárias com a crise. Antes ganhava entre R\$ 300,00 a R\$ 400,00 por mês com as diárias. Hoje caiu pela metade”*, diz um entrevistado que trabalha em fazendas da região. Esses benefícios possibilitam um diferencial de renda para as famílias que os recebem, porque mantêm a entrada mensal, contínua e regular de recursos financeiros, particularmente para aquelas que dependem de aposentadorias e pensões:

Tabela 15 - Famílias que recebem algum tipo de benefício social

Categoria	(%)
Recebem algum tipo de benefício	79,5
Não recebem	20,5
Total	78

Fonte: Dados primários

Do total das famílias, 79,5% recebem algum tipo de benefício. Nesse sentido, verifica-se que o Bolsa Família é uma fonte de renda importante para a maioria dos entrevistados e, em geral, é administrado pelas mulheres: *“Se não fosse esse dinheiro do Bolsa Família a gente estava pior”*, relata uma assentada. Outra entrevistada diz: *“Agradeço a Deus pelo dinheiro do Bolsa Família. Compro as coisas para mim e para os meus filhos. Já cheguei tirar quase R\$ 500,00”*. Alguns entrevistados relatam que nos períodos de estiagem, com a queda da demanda de trabalho na região, o benefício do bolsa família é muitas vezes sua única fonte de renda. Esses benefícios sociais são uma fonte necessária de recursos para propiciar uma rede de segurança social, nos termos de Sen (2010), pois impedem que muitas famílias da região sejam condenadas à miséria objetiva e, em alguns casos, até mesmo à fome.

Por outro lado, pôde-se observar que alguns poucos chefes de família declararam não aderir ao emprego formal para não perder o benefício do Bolsa Família e infringir as regras de programas de financiamento da agricultura familiar e outros programas governamentais.

Seguindo a classificação de estratégias precaucionais para lidar com riscos sugeridos por Sebastião e Cohen (2000), essa pesquisa constatou que a renda familiar dos assentados

entrevistados é composta por várias fontes e resulta da flexibilidade que essas famílias têm em adotar estratégias de sobrevivência. As fontes de renda que as famílias utilizam para fazer frente às necessidades financeiras indispensáveis são listadas na tabela seguinte:

Tabela 16 - Fontes de renda

Categoria	Nº de Famílias	(%)
Bolsa Família	39	50,0
Trabalho assalariado diarista rural	24	30,8
Aposentadoria	23	29,5
Renda agrícola da propriedade	23	29,5
Trabalho assalariado urbano	20	25,6
Pensão	12	15,4
Profissional liberal (ambulantes/feirantes)	5	6,4
Arrendamento (pasto)	3	3,8

Fonte: Dados primários

Do total de 78 famílias, 50% recebem bolsa família, 30,8% auferem renda a partir de diárias em outras propriedades, 29,5% recebem aposentadoria e ganham a vida com a venda da produção excedente da propriedade. Dificilmente as famílias dependem de uma única fonte de renda. Em períodos de falta de recursos elas buscam alternativas disponíveis, trabalhando fora da propriedade para garantir sua sobrevivência, conforme já mencionado. O mesmo chefe de família é muitas vezes o produtor rural, o trabalhador assalariado diarista rural, o feirante que expõe seus produtos, o beneficiário de um programa social ou trabalhador urbano. Em períodos de necessidade financeira diversificam suas estratégias para obter rendas de acordo com as oportunidades que encontram.

Além das estratégias de diversificação de renda para enfrentamento de riscos, a moradia é uma dimensão central para retratar as condições de vida das famílias que vivem próximas à linha da pobreza. A Pnad contínua passou a produzir, em 2016, dados acerca das características dos domicílios – materiais usados na construção, número de cômodos etc. Portanto, o esforço desta pesquisa está alinhado à estratégia usada para análise das condições de vida em âmbito nacional.

Do total de domicílios visitados, verifica-se que 55,1% das casas dos assentados são de alvenaria, 20,5% de palha, 14,1% de madeira e 10,2% de outros materiais, tais como adobe²² e lona. Perto de 30% das casas tem até dois cômodos e 51,3% tem entre três e quatro cômodos.

²² Trata-se de tijolos de terra, água e palha ou fibras naturais moldados de forma rudimentar pelos assentados. São casas de barro que em algumas regiões são chamadas também de casa de pau a pique.

No interior de várias delas o piso é de terra batida. Para as casas que não são de alvenaria a divisão dos cômodos é feita de madeira reciclada, lonas, tecidos e palhas. Pouco mais da metade das residências visitadas têm banheiro no interior da casa (51,3%) e outra parte (48,7%) tem equipamento sanitário no terreno da propriedade, fora do seu corpo principal, geralmente com paredes de palhas ou madeira, sem cobertura nem vaso sanitário²³, conforme pode ser observado na tabela 17:

Tabela 17 - Condição de moradia

Categorias	
Tipo de habitação	(%)
Alvenaria	55,1
Palha	20,5
Madeira	14,1
Adobe	6,4
Lona	3,8
Total	78
Cômodos	(%)
Um	9
Dois	10,3
Três e quatro	51,3
Cinco ou mais	29,5
Total	78
Banheiro	(%)
Banheiro dentro da residência	51,3
Banheiro fora da residência	48,7
Total	78

Fonte: Dados primários

As péssimas condições de moradia são preocupação para a maioria das famílias que não tem casa de alvenaria: “*Não tenho assunto de tanta vergonha, não tenho como receber pessoas na cara larga, não tenho condições...*”, diz um chefe de família constrangido ao mostrar o ambiente interno da casa de palha em que mora e os móveis de madeira que ele mesmo confecciona a partir de sobras. Vários depoimentos dos entrevistados que moram nessas casas precárias revelam a preocupação com a insegurança da família em relação a agressores e animais.

²³ Os sanitários dessas propriedades são compostos apenas de um buraco para dejeções, o que evidencia um sério problema de insalubridade.

Destaca-se que incêndios criminosos de casas de palha e madeira são eventos que ocorrem com certa frequência nos assentamentos visitados. Esses riscos são uma fonte de preocupação constante das famílias que moram nesses tipos de casa e, quando ocorrem, provocam um efeito devastador em sua vida financeira, conforme alguns depoimentos colhidos.

A maior parte das casas de alvenaria dos assentamentos é construída pelo Incra. Devido às temperaturas elevadas da região, essas casas são extremamente quentes em seu ambiente interno e as famílias têm que investir na construção de varandas que não estão contempladas no projeto original de construção do Incra. Além do que, há relatos da baixa qualidade do material de construção e problemas de fundação, sendo possível observar rachaduras em algumas casas. Isso explica porque as famílias com tanta frequência destinam a sobra de recursos, quando há, para a reforma de suas casas.

Tomando como referência o conjunto de indicadores de condições de moradia da Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2017), foi possível observar três tipos de inadequações nas condições de moradia nos assentamentos visitados.

A primeira inadequação é a ausência de banheiro ou a existência de equipamento sanitário construído com material não durável fora da residência, configurando uma situação de total insalubridade, conforme já mencionado. A segunda inadequação está relacionada ao material utilizado na construção das paredes externas dos domicílios visitados, pois em quase metade deles observa-se o uso de material não durável – palha, madeira, adobe e lona. A terceira inadequação se refere ao adensamento excessivo²⁴, ou seja, à presença de um número de moradores superior ao que seria apropriado ao domicílio. Na pesquisa de campo observou-se que 15,4% dos domicílios podem ser considerados como excessivamente adensados com mais de três moradores por dormitório.

Conforme explanado na revisão teórica deste trabalho, parte da literatura na área de microfinanças tem destacado outros aspectos, além da renda, que são fundamentais para melhor entender a vida financeira das famílias de baixa renda em pesquisas de campo. Nos estudos de Cohen e Sebstad (2000) o conceito de risco é comumente definido como chances de perda ou a própria perda de ativos como estoque de riqueza num agregado familiar. À luz dessa literatura, embora os ativos tipicamente sejam considerados como coisas ou bens, nessa pesquisa de

²⁴ Categoria em que se classifica a residência particular permanente que tem um número médio superior a três moradores por cômodo utilizado como dormitório. Para mais informações ver nota técnica da Síntese de indicadores sociais do IBGE (2017). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso: 08.abr.2018.

campo o conceito de ativos foi estendido para além da simples abordagem contábil, incluindo bens intangíveis como ativos sociais e capital humano, por exemplo.

Começando a análise pelos ativos produtivos, sabe-se a partir de outros estudos que a acumulação de ativos físicos é uma das principais estratégias de sobrevivência dessas famílias. Esses ativos desempenham um importante papel de proteção contra riscos, porque representam um estoque de valores que pode ser utilizado em momentos de necessidade financeira. A tabela 18 apresenta um panorama geral do portfólio das famílias:

Tabela 18 - Panorama dos ativos físicos das famílias

Ativos	Em % do total de famílias	Média de ativos por família
Bicicleta	34,6	0,4
Bovinos	20,5	5,9
Caprinos/ovinos	2,6	0,2
Carro	19,2	0,2
Celular	98,7	1,4
Congelador	30,8	0,2
Equinos	14,1	0,5
Filtro de água	24,4	0,3
Fogão	26,9	0,8
Geladeira	33,3	0,9
Máquina de costura	80,8	0,3
Motocicleta	43,6	0,5
Suínos	17,9	3,9
Televisão	83,3	1,2
Triturador	14,1	0,1

Fonte: Dados primários

Como pode ser observado, os indicadores de ativos físicos não produtivos mostram que 98,7% dos domicílios têm celular, 83,3% televisão, 33,3% geladeira, 26,9% fogão a gás e 24,4% filtro de água. No tocante a outros ativos físicos, 80,8% dispõem de máquinas de costura, 30,8% de congelador, 14,1% de trituradores, 20,5% de bovinos, 17,9% de suínos, 14,1% de equinos e 2,6% de caprinos e ovinos. A pesquisa de campo também revelou que 43,6% das famílias têm motocicleta, 34,6% bicicleta e 19,2% carro, conforme apresentado na tabela anterior.

De acordo com Sen (2010), os ativos físicos também podem ser analisados no âmbito das facilidades econômicas, que conforme já explanado, são as oportunidades que as pessoas têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca. Nesse

contexto, os direitos ou titularidades econômicas de que uma pessoa dispõe dependem dos seus recursos disponíveis, condições de troca, preços relativos e mecanismos de funcionamento do mercado.

Nessa perspectiva, verifica-se que as famílias mais vulneráveis nos assentamentos são aquelas que têm acesso limitado à terra para a criação animais e produção de alimentos e que não dispõem de ativos físicos produtivos, em especial trituradores de farinha e ração, popularmente conhecido como “motorzinho”. Nas propriedades em que há o triturador as famílias conseguem diversificar a renda, produzindo e vendendo farinha nos períodos de estiagem.

A percepção de que a pobreza está relacionada à escassez ou ausência de ativos físicos é notável no curso das entrevistas, nas quais as famílias lamentam não ter tais ativos para garantir as condições mínimas de geração de renda. A mesma constatação foi feita nas pesquisas de Narayan et al. (2000) com famílias pobres da zona rural do Equador, que associavam a sua condição de pobreza à falta de ativos físicos (terra, máquinas e equipamentos).

As entrevistas revelaram também que as famílias que não dispõem de ativos físicos produtivos adotam como estratégia a “produção ou empréstimo na meia”, termos utilizados pelos agricultores. A família que não tem terra suficiente para produção planta em uma propriedade vizinha de outro agricultor que dispõe de mais terras. Metade do que a família sem ativos produz fica com o vizinho que cedeu a terra. As famílias produtoras de farinha de mandioca que não dispõem de triturador tomam emprestado o equipamento com vizinhos. Elas se comprometem a pagar o empréstimo do equipamento à família vizinha com a metade de sacas de farinha que produzir.

Portanto, esses laços financeiros observados nas relações sociais das famílias assentadas colocam em xeque a ideia de que a produção é somente para subsistência e que se vende apenas o excedente. Como já observado por Abramovay (2004), a produção agrícola é o eixo de um sistema de endividamento que liga de forma personalizada e hierárquica o agricultor a atores sociais dos quais depende sua sobrevivência. Nesse contexto, as famílias vão utilizar diversos meios para fazer frente às dívidas e outras necessidades financeiras indispensáveis.

Ainda no âmbito da análise dos ativos físicos, foi possível obter informações acerca da extensão das propriedades agrícolas segundo a declaração dos entrevistados. A tabela a seguir mostra a proporção das famílias por faixas de tamanho de propriedade, medido em alqueires²⁵:

²⁵ Alqueire é a principal medida agrária utilizada no estado do Tocantins pelas instituições de reforma agrária e desenvolvimento rural.

Tabela 19 - Dimensão de terras por famílias

Categoria	(%)
Até 1 alqueire	29,5%
De 1 a 5 alqueires	39,7%
De 5 a 10 alqueires	26,9%
Acima de 10 Alqueires	3,8%
Total	78

Fonte: Dados primários

Verifica-se que 29,5% das famílias dispõem de menos de 1 alqueire de terra no assentamento. São pequenos lotes onde a produção agrícola e a criação de animais de médio e grande porte são inviáveis. Pode-se conjecturar que a comercialização de terras pelas famílias pobres tem evidenciado uma tendência de “favelização” dos assentamentos da reforma agrária nessa região do Tocantins.

Isso porque, de acordo com os técnicos das instituições de desenvolvimento rural da região, as famílias assentadas pelo Incra recebem em geral oito alqueires de terra, sendo três alqueires destinados à reserva de patrimônio natural, exigência obrigatória dos órgãos de meio ambiente. Uma vez que 39,7% das famílias dispõem de 1 a 5 alqueires de terra, presume-se que há um processo de especulação e que a comercialização de terras ocorre de forma frequente, conforme algumas evidências já apresentadas.

Há famílias que dispõem de uma quantidade de terras suficiente para criação de gado e produção de alimentos, mas não têm recursos financeiros para manutenção do pasto e aquisição de implementos e insumos agrícolas. Como estratégia elas arrendam parte de sua propriedade para pastagem a fazendeiros ou até mesmos assentados em melhor situação financeira. Segundo um entrevistado, os arrendatários pagam entre R\$ 25,00 e R\$ 35,00 ao mês por cabeça de gado. Isso indica a consolidação da expansão da pecuária nos assentamentos na região da Amazônia Legal.

Ressalta-se que o emprego de recursos na compra de gado é uma das principais estratégias de poupança não monetária realizada pelas famílias. Os entrevistados relataram que a criação de bovinos é a atividade de maior rentabilidade em relação à criação de outros animais. Para eles, não há problemas de liquidez quando é preciso vender o gado para cobrir alguma emergência financeira²⁶.

²⁶ Muitas famílias não revelaram o número exato de animais existentes na propriedade no momento da entrevista, especialmente o número de bovinos. Uma das hipóteses pode estar na desconfiança de que tais informações sejam repassadas aos órgãos competentes de fiscalização pecuária no estado. Portanto, há evidências da existência de um comércio clandestino de carnes na região.

O acesso aos serviços públicos também é um importante indicativo da situação de vulnerabilidade das famílias em situação de pobreza, sobretudo os serviços de saneamento básico: abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por coletora ou fluvial e coleta direta e indireta de lixo. Os serviços de saneamento básico são fundamentais para a prevenção de doenças, mas deve-se considerar também que em áreas pouco adensadas como a zona rural é adequada a utilização de soluções individuais de saneamento como poços artesianos e fossas sépticas – nesse caso, a ausência de rede de água e esgoto não necessariamente indica situação de precariedade.

Na tabela 20 verifica-se que apenas uma pequena parte dos domicílios está ligada à rede geral de distribuição de água (16,7 %). Do total da amostra, 23,1% dos domicílios contam como forma de abastecimento de água, poços, nascentes ou cisternas dentro da propriedade. Grande parte das residências (60,3%) é servida por água: de poço ou nascente localizado fora da propriedade; transportada por caminhão-pipa; de chuva armazenada em galões tanques e cisternas; e de rio e açude, havendo o carregamento em baldes e galões plásticos. Portanto, observa-se que a dependência de água é grande e as dificuldades de acesso a esse recurso natural são a principal preocupação das famílias no período de estiagem.

Foi possível observar as condições precárias de armazenamento de água em grande parte das residências visitadas. Muitos poços manuais localizados nas propriedades foram construídos de forma rudimentar pelos próprios assentados entrevistados, sem elementos básicos de proteção da água de fontes potenciais de contaminação: *“A água tá cheia de mosquito, tô bebendo dessa água (poço). A água do açude está cheia de cabeça de prego²⁷. O agente de saúde não visita aqui”*, relata uma senhora ao dizer que um dos filhos teve febre amarela nos meses anteriores à realização da pesquisa. O acesso ao escoamento sanitário é ainda mais precário. Nenhuma das famílias visitadas tinha acesso à rede coletora de esgotos. Pôde-se verificar que na maior parte das residências o escoamento sanitário é feito a partir de fossa rudimentar ou vala a “céu aberto” construída pelos próprios assentados.

²⁷ Trata-se da larva do mosquito *Aedes Aegypti*, conhecido popularmente na região como cabeça de prego, transmissor da dengue, febre *chicungunya*, entre outras doenças tropicais.

Tabela 20 – Distribuição dos domicílios por tipo de utilidade pública

Tipo de utilidade pública	
Formas de abastecimento de água	(%)
Rede geral de distribuição	16,7
Poço, nascente e cisterna na propriedade	23,1
Outra forma	60,3
Total	78
Energia elétrica	(%)
Têm acesso	88,5
Não tem acesso	11,5
Total	78
Coleta de lixo	(%)
Têm acesso	51,3
Não têm acesso	48,7
Total	78
Rede de telefonia	(%)
Têm acesso	66,7
Não têm	33,3
Total	78

Fonte: Dados primários

Em mais da metade dos domicílios visitados (51,3%) o lixo é coletado indiretamente. Para essas residências observou-se que, devido à precariedade das estradas, a deposição do lixo é feita em um terreno próximo à entrada dos assentamentos e depois é coletado por serviços de empresa de lixo. Em 48,7% dos domicílios em que não há coleta, na maior parte das vezes o lixo é jogado em terrenos baldios. Poucas são as famílias que aterram ou queimam o lixo em sua propriedade.

Conforme discutido largamente no capítulo 2, as doenças são classificadas como riscos provenientes de emergência. Nesse contexto, o agravamento das doenças, sobretudo as doenças tropicais nos assentamentos visitados, está relacionado às condições precárias de moradia e à falta de provisão de água potável e de esgoto. Nisso o quadro mais preocupante, conforme apontado por Moser (1998), é a vulnerabilidade decorrente de doenças associadas à falta de saneamento básico, que ocasiona perda de renda.

No tocante ao abastecimento de energia elétrica, a situação das famílias é significativamente melhor, pois a maioria delas (88,5%) tem acesso a esse bem público. É importante observar que em alguns assentamentos a rede geral de distribuição de energia oferece atendimento apenas parcial, o que leva muitas famílias a fazer ligações clandestinas (“gatos de energia”) ou puxarem a energia de outra propriedade vizinha em comum acordo com

o proprietário. Vale destacar que a energia elétrica foi implantada na maior parte dos assentamentos visitados no período recente, por meio de programa de eletrificação rural do governo federal.

Nas residências não servidas por energia elétrica (11,5%), a vela, a lamparina a querosene e o gerador movido a óleo diesel ou a gasolina são as formas mais utilizadas para iluminação. O acesso à informação nesses domicílios se dá essencialmente por meio do rádio a pilha, sendo comum acompanharem informações sobre crédito rural, benefícios sociais e política a partir do noticiário radiofônico estatal, a Voz do Brasil.

As entrevistas revelam também que os desembolsos com energia exercem forte pressão no orçamento doméstico e nos custos de produção. Famílias sem acesso à energia elétrica têm elevados custos para abastecer geradores movidos a gasolina ou a óleo diesel para garantir a produção de alimentos. Outras famílias que dispõem de energia elétrica têm altos custos para captar água de rios e açudes a partir de bombas hidráulicas. No geral, elas não estão cadastradas nos programas de tarifa social de consumidores de baixa renda dos governos estadual e federal, por desconhecerem os procedimentos legais para obtenção do benefício.

Portanto, pode-se concluir que a precariedade da infraestrutura de acesso a serviços públicos marca a situação de vida das famílias entrevistadas, privando-as de liberdades substantivas.

No que tange à participação em organizações sociais, do total de famílias pesquisadas, 60,3% participam de igrejas, 63,2% das associações do assentamento e apenas 2,6% de associações de produtores e cooperativas:

Tabela 21- Participação em organizações sociais

Categoria	Nº de Famílias	(%)
Comunidades religiosas	47	60,3
Associação dos projetos de assentamentos	49	63,2
Associação de produtores/ cooperativas	2	2,6

Fonte: Dados primários

Uma parcela significativa das famílias frequenta regularmente igrejas e locais de oração. Mais da metade dos entrevistados se declara evangélica (61,7%), sendo prática comum a realização de mutirões para construção de igrejas nesses assentamentos. Outra parcela dos entrevistados se declara católica (36,2%) e espírita (2,1%).

Para muitas famílias a participação em igrejas e locais de oração é o único evento social a que têm acesso. Em certa medida, essas igrejas desempenham alguma responsabilidade social

na comunidade, principalmente na alfabetização de seus membros: *“Sou a mulher mais feliz da face da terra porque sirvo a um Deus verdadeiro”*, diz uma senhora ao relatar sua experiência na comunidade religiosa como professora.

Por outro lado, há evidências de que a participação nessas igrejas e locais de oração em determinados assentamentos é percebida como sinalização de *status social* pelas famílias mais pobres que não participam: *“O pastor²⁸ cobra R\$ 100,00 de dízimo aqui no assentamento, não tenho condições de participar da igreja”*, declara uma entrevistada. Na fala de outra respondente: *“As igrejas não ajudam, pelo contrário, você faz é pagar”*.

Dentre as famílias que dizem participar das associações dos assentamentos, verifica-se que a regularidade dessa participação é elevada (98,7%). Em geral a participação se dá principalmente para ter acesso aos programas governamentais, tais como Crédito Rural e Compra Direta da Agricultura Familiar. Outra razão para participação está relacionada à atuação nos eventos sociais e esportivos na comunidade.

Nos assentamentos visitados existem poucas organizações com objetivos econômicos para comercialização de produtos e inserção nos mercados, o que explica a baixa participação das famílias (2,6%). Somente duas organizações foram mencionadas, uma cooperativa de pescadores e uma associação de produtores de farinha de mandioca.

Por outro lado, constatou-se que 37,2% das famílias não participam das associações dos assentamentos, preferindo administrar seus lotes individualmente. Os motivos para não participação são os mais diversos, entre eles: a falta de consciência do trabalho coletivo dessas famílias para o desenvolvimento do assentamento; indícios de corrupção e aparelhamento político das associações; falta de recursos para pagar a mensalidade; constrangimento em participar dos eventos sociais da comunidade devido às condições de extrema pobreza.

As características dos assentados entrevistados se aproximam da ideia de populações marginais em busca de identidade e de comunidade, dada por Martins (2003). São famílias pobres que em sua maioria são compostas por trabalhadores ocasionais, com uma trajetória de vida cheia de rupturas, muito longe do público coletivista idealizado pelos movimentos sociais da reforma agrária. Como já foi dito, parte dos entrevistados migraram das cidades para os assentamentos por falta de oportunidades. Portanto, para muitos deles a agricultura é assim uma atividade residual.

²⁸ Título religioso atribuído ao líder de uma comunidade evangélica.

4.3. Renda, fontes de financiamento e formas de poupança

Como visto no capítulo 2, o debate acerca da exclusão financeira vem ganhando força nos estudos sobre pobreza. Diversos pesquisadores têm se dedicado ao estudo de iniciativas financeiras que podem criar oportunidades aos pobres. Segundo Marco Crocco et al. (2013), no Brasil essa discussão, apesar de vir ganhando destaque nos últimos anos, ainda é muito incipiente, notadamente no que tange aos esforços de mensurar esse fenômeno.

Na definição de Luísa Anderloni et al. (2006) a exclusão financeira é definida pelas dificuldades dos pobres em acessar o sistema financeiro, de forma a atender as suas demandas. Tais demandas incluem a abertura de conta corrente, caderneta de poupança, ter a opção de serviços de pagamento sem a utilização de dinheiro e acesso a crédito em condições satisfatórias de pagamento. Essas necessidades também incluem a oportunidade de montar um portfólio modesto de ativos através de instrumentos apropriados de poupança e investimento que ofereçam flexibilidade e fácil acesso aos recursos.

Nessa perspectiva, os resultados desta pesquisa mostram que apesar da maioria das famílias ter acesso ao sistema bancário, elas encontram soluções alternativas para atender as suas demandas financeiras de acordo com os serviços que estão ao seu alcance. Os principais instrumentos financeiros utilizados por essas famílias serão apresentados nas subseções a seguir.

4.3.1. Percepção sobre as condições financeiras

Inicia-se a análise com algumas variáveis qualitativas, baseadas na percepção das famílias sobre sua condição financeira. Do total da amostra, 44,9% dos entrevistados consideram sua situação financeira ruim, 33,3% razoável (mais ou menos), 20,5% boa e 1,3% excelente.

Verificou-se que os entrevistados que avaliam a sua condição financeira como ruim ou razoável associam imediatamente essa situação à falta de bem-estar material, envolvendo principalmente a escassez de recursos financeiros, a falta de trabalho nas fazendas da região, riscos da fome e condições precárias de moradia: “*Bolsa família só dá para comprar o básico. Não consigo comprar uma ossada.*”²⁹ *Meus filhos acordam com fome*”, diz uma senhora, mãe

²⁹ Ossada é o termo utilizado para se referir aos miúdos de boi que são consumidos pelas famílias em condições de pobreza extrema.

solteira, ao avaliar sua situação. Um assentado diz: “*Com essa crise nem juquira tem*³⁰”, atribuindo a redução de trabalho ocasional nas fazendas da região à crise econômica do país.

Por outro lado, as famílias que avaliam sua condição financeira como boa são aquelas que, mesmo enfrentando situação financeira adversa, conseguem explorar economicamente a propriedade e gerar algum excedente que possibilita reinvestir na produção de alimentos e criação de animais: “*O tempo de ganhar dinheiro é um tempo só. Ganho uma vez por ano*”, diz um produtor ao avaliar sua situação financeira com boa, relatando como administra seus recursos durante o ano.

4.3.2. Empréstimos bancários

A tabela seguir apresenta o percentual de famílias que tomaram empréstimos bancários nos doze meses anteriores à pesquisa:

Tabela 22 – Empréstimos bancários

Categoria	(%)
Tomaram empréstimos	37,2
Não tomaram empréstimos	62,8
Total	78

Fonte: Dados primários

Constatou-se que 62,8% dos entrevistados não contraíram empréstimos bancários. Para a maioria dessas famílias, as razões para a não realização de empréstimos estão relacionadas à insuficiência de renda e à falta de garantias para assumir as parcelas de um empréstimo: “*Não posso fazer empréstimo porque não tenho como comprovar renda*”, diz uma senhora cuja renda familiar é proveniente apenas do bolsa família e do trabalho ocasional nas fazendas região. As famílias que podem comprovar renda se esforçam para manter-se adimplentes no comércio local, evitando comprometer parte do seu orçamento doméstico com empréstimos bancários, como avalia uma entrevistada: “*Coisa ruim é você comprar uma coisa num lugar e o seu nome tá sujo. É muito feio*”.

Do total de famílias entrevistadas, 37,2% disseram ter contraído algum tipo de empréstimo bancário nos doze meses anteriores à entrevista. Os recursos foram destinados para financiar a atividade produtiva na forma de investimento na propriedade (62,1%), cobrir

³⁰ Juquira é o termo usado pelos assentados para se referir à roçagem de vegetação de porte baixo nos pastos das fazendas da região.

despesas com situações de emergência (20,7%) e reforma da casa (10,3%). A destinação dos empréstimos bancários contraídos pelas famílias é apresentada na tabela 23:

Tabela 23 - Aplicação dos empréstimos bancários

Categoria	(%)
Investimento na propriedade	62,1
Situações de emergência	20,7
Reformar casa	10,3
Outros	6,9
Total	29

Fontes: Dados primários

Os tipos de empréstimos bancários realizados pelas famílias são resumidos na tabela 24:

Tabela 24 - Modalidades dos empréstimos bancários

Categoria	Nº de Famílias	(%)
Empréstimo consignado	11	37,9
Empréstimo bancário com finalidade específica (Pronaf e Microcrédito)	10	34,5
Crédito pessoal bancário sob linha de crédito	9	31,0
Crédito fundiário	2	6,9

Fonte: Dados primários

Dos 37,9% de empréstimos consignados, a maioria foi destinado às famílias que têm como membro um aposentado. Em geral, os entrevistados aplicaram os recursos do empréstimo consignado na melhoria da propriedade, em vez de utilizarem o crédito rural. Uma parte dos aposentados disse ter contraído empréstimos consignados para ajudar filhos e netos que moram fora do assentamento. Muitos deles relataram ter perdido a noção do quanto realmente ganham devido aos vários empréstimos que tomaram. Quase sempre, são empréstimos de pequenas quantias e prazos muito longos.

Pôde-se observar que a idade média dos assentados entrevistados com renda familiar *per capita* mensal de até ½ salário mínimo é de 43,3 anos. Para aqueles com renda familiar *per capita* mensal acima de ½ salário mínimo a idade média é de 58,9 anos. Portanto, verifica-se que à medida que se passa de estratos mais jovens para as faixas de idade mais elevadas a renda familiar *per capita* mensal tende a aumentar. Isso revela que as famílias constituídas por casais mais jovens são as mais pobres nos assentamentos pesquisados. Por outro lado, o aumento na renda *per capita* média para famílias onde os entrevistados são mais velhos pode ser atribuído a aposentadorias e pensões.

A linha de crédito Pronaf foi utilizada por 34,5% das famílias que realizam empréstimos. O Pronaf Mais Alimentos³¹ e o Pronaf Mulher³² foram as modalidades mais utilizadas pelos entrevistados para investir na infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Além do investimento na produção de alimentos e compra de animais, a maioria das famílias utilizou essa modalidade de crédito para construção de sistemas de irrigação, devido à escassez de água na região no período de estiagem.

Contudo, algumas famílias declararam que investiram na produção de alimentos e, por razões técnicas, a sua produtividade não foi suficiente para garantir o retorno econômico que possibilitasse o pagamento das parcelas do Pronaf. Esses assentados relataram a ausência de assistência técnica dos órgãos competentes e a falta de garantias na forma de seguros em caso de quebra de safra³³.

Como visto na tabela 24,31% dos empréstimos bancários relatados pelos entrevistados referem-se a crédito direto ao consumidor e cheque especial. Uma parcela desses entrevistados utilizou essa modalidade de crédito para investir na propriedade. No curso das entrevistas foi possível identificar que parte das famílias desconhecia as modalidades de crédito voltadas para agricultura familiar.

Algumas famílias recém-chegadas nos assentamentos não dispõem de crédito com credores informais (amigos, vizinhos, agiotas e mercearias locais). Nesse caso, a única alternativa para elas foi utilizar o cheque especial para comprar produtos de primeira necessidade. Vale dizer, que nem todas as famílias dispõem desse serviço financeiro.

³¹ O Pronaf Mais Alimentos Produção Primária é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura produtiva da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, cana-de-açúcar, café, centeio, feijão, mandioca, milho, palmácea para produção de palmito, soja, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura. Através desta linha de crédito são financiados projetos individuais de até R\$ 150 mil e coletivos de R\$ 750 mil, com juros de 2% ao ano, até três anos de carência e até dez anos para pagar. Nos assentamentos visitados predomina o uso dessa linha de crédito em investimentos relacionados à bovinocultura e produção de mandioca. Para mais informações ver: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/maisalimentos/>>. Acesso: 10.out.2017.

³² O Pronaf Mulher é uma linha de crédito voltada às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente da condição civil. Contempla atividades diversas, entre elas: produção de alimentos, aquisição de animais, investimentos em máquinas equipamentos, sistemas de irrigação, implementos agropecuários e estruturas de armazenagem. Por meio dessa linha de crédito são financiados projetos que variam de R\$ 20 mil a R\$ 800 mil, com juros entre 2,5 a 5,5% ano, com até dez anos para pagar, incluídos até três anos de carência. Na pesquisa de campo, as agricultoras utilizaram essa linha de crédito para investir em sistema de irrigação e aquisição de animais. Em âmbito regional essa linha de crédito é ofertada pelo Banco da Amazônia. Para mais informações: < <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/financiamentos1/mulher>>. Acesso> 10.out.2017.

³³ Técnicos de instituições de extensão rural e de bancos de desenvolvimento da região declararam que as principais razões para a não assistência às famílias beneficiadas estão relacionadas ao baixo número de pessoal, restrições orçamentárias e a falta de novos concursos.

4.3.3. Empréstimos não bancários

Basicamente, as famílias abordadas pela pesquisa usam diferentes modalidades de crédito disponíveis na região, oriundas de fontes formais e informais. Seguindo essa categorização dada por Brusky e Fortuna (2002), a oferta de crédito do setor formal é caracterizada pela exigência de documentos pessoais, comprovantes de renda e/ou avalista e não restrição do nome do solicitante nos serviços de proteção de crédito. Já na oferta de crédito informal, nenhum documento é exigido e não há necessidade de ter o nome limpo nas instituições de proteção ao crédito. Não há contratos nem recibo ou outros documentos que registrem as transações. Nesse caso prevalece a relação pessoal entre o prestador e o tomador.

Nesse contexto, assim como nos estudos empíricos de Barnejee e Duflo (2012) e Collins et al. (2009), essa pesquisa identificou que a maioria das transações econômicas realizadas pelas famílias são executadas com credores informais. Nesse caso, esses credores parceiros das famílias são geralmente parentes, amigos, vizinhos, comerciantes, fazendeiros e agiotas.

Do total da amostra, 59 famílias revelaram estar endividadas. Elas basicamente utilizam duas modalidades de crédito informal: compras no fiado (61%) e empréstimos de agiotas (5,1%). No que se refere às fontes de crédito do setor formal, destacam-se crediários realizados pelas famílias em lojas (47,5%), em casas de insumos agrícolas (10,2%) e cartão de crédito (10,2%). A tabela a seguir apresenta essas modalidades de crédito que aqui foram definidas como empréstimos não bancários:

Tabela 25 - Empréstimos não bancários

Categorias	Nº de Famílias	(%)
Compras no fiado	36	61,0
Crediário em lojas	28	47,5
Crediário em casas de insumos agrícolas	6	10,2
Cartão de crédito	6	10,2
Agiota	3	5,1

Fonte: Dados primários

As compras no fiado muitas vezes são confundidas como compras no crediário. Delas diferem, porém, porque não envolvem pagamentos em prestações e não requerem nenhum tipo de documentação. Comprar no fiado significa adquirir um bem com pagamento inicial, popularmente conhecido como “sinal”, ou mesmo sem nenhum pagamento no momento da compra. É uma prática bastante difundida no interior do Brasil. Os comerciantes da região onde

se realizou a pesquisa, donos de mercearias, farmácias e vendedores de cesta básica, vendem fiado às famílias com prazo para pagamento, em geral, de 30 dias.

Na grande maioria das vezes, o fiado é praticado para compra de produtos de primeira necessidade, como alimentos ou medicamentos. Cestas básicas vendidas por ambulantes e entregues no domicílio constituem uma prática comum nos assentamentos visitados. Para as famílias mais pobres e sem acesso ao crédito formal, o fiado é a única alternativa para ter acesso aos bens de primeira necessidade. Essa modalidade de crédito informal exerce forte pressão no orçamento doméstico das famílias, porque algum juro sempre é acrescido ao valor do fiado, conforme releva uma entrevistada: *“Não tenho renda, por isso compro fiado na mercearia. Os preços aqui são caros, o arroz custa R\$20,00 e o feijão R\$ 12,00. Os juros já estão embutidos no preço”*.

Ademais, as condições ruins do solo de alguns assentamentos e o risco de prolongados períodos de estiagem contribuem para a perpetuação do endividamento das famílias. O que antes era produzido para subsistência, agora é comprado nos pequenos estabelecimentos comerciais da região, como relata uma chefe de família ao expor o seu problema de endividamento: *“A terra aqui é tão ruim para plantar, que o que se colhe não é suficiente para nós. A gente vende farinha para comprar arroz e feijão no comércio”*.

Geralmente as famílias que dependem dos comerciantes são as mais vulneráveis, dado que não dispõem de ativos para sua subsistência. Nesse mundo o mercado é constituído por uma rede precária de aquisição de produtos agrícolas ou extrativos, adquiridos muitas vezes em troca de outros produtos, sobretudo industrializados, que chegam às famílias por preços exorbitantemente elevados em relação aos centros urbanos da região. Os preços praticados pelos comerciantes nos assentamentos não refletem os preços de mercado, mas sim as condições monopolistas da comercialização.

Devido aos elevados custos de transportes e à falta de recursos financeiros, várias famílias só podem ir aos centros urbanos uma vez ao mês para receber benefícios sociais e pagar contas, geralmente em bancos, casas lotéricas ou correspondentes bancários chamados popularmente de “ligeirinhos”. Isso explica a elevada dependência dessas famílias em relação aos ambulantes que vendem e entregam produtos de primeira necessidade no domicílio. As evidências apresentadas nesta pesquisa apontam claramente para a existência de exclusão financeira e elevados custos de transação, corroborando as conclusões de Karlan et al. (2013).

A partir de depoimentos, pôde-se observar que para muitas famílias numerosas a cesta básica não dura um mês inteiro, forçando-as a comprarem fiado antes de 30 dias. Assim, quando elas ganham algum dinheiro, pagam imediatamente a dívida anterior e compram fiado uma

nova cesta básica. Esse processo se repete por algumas vezes durante o mês, a depender da necessidade da família, gerando um círculo vicioso de endividamento difícil de romper.

Um chefe de família disse que seu maior desejo é ter condições de comprar os produtos de primeira necessidade à vista, sem depender da compra fiado. Algumas falas expressam o problema: *“O rancho³⁴ não dá para o mês”*, declara um entrevistado ao revelar que tem dívidas na modalidade fiado e não conseguiu recursos para pagar a dívida. *“Quando o rancho acaba, pego tudo no miúdo na mercaria de acordo com a precisão”*, revela outro assentado que fraciona suas compras quando a cesta básica acaba antes dos 30 dias.

Assim como nos serviços de agiotagem utilizados pelas famílias de comunidades pobres da Índia, África do Sul e Bangladesh, relatados nos trabalhos empíricos de Rutherford (1999) e Collins et al. (2009), constatou-se que esse tipo de crédito informal é utilizado por 5,1% das famílias dos assentamentos, conforme tabela 25. Diferente dos *“moneylenders* de Rutherford”, que emprestam dinheiro às famílias sem colateral a juros módicos e recebem o dinheiro em pequenos montantes semanalmente, os agiotas dos assentamentos praticam juros exorbitantes nas parcelas dos empréstimos, aproveitando-se da ignorância e da situação de fragilidade econômica das famílias. É o que de pior pode acontecer na vida financeira dessas pessoas. As famílias declararam que evitam a todo custo a utilização desse tipo de serviço. Elas contam somente com empréstimos de agiotas em caso de emergência, ou seja, quando se esgotaram todas as fontes de financiamento.

Por conta de uma emergência de saúde uma família relata que tomou emprestado o valor de R\$ 500,00 com um agiota. Por não conseguir quitar a dívida com o pagamento do principal em uma única parcela, paga o valor de R\$ 100,00 por mês ao agiota na forma de juros. Outra família revela que precisou de R\$ 300,00 de um agiota e, como não teve dinheiro para pagar o valor principal da dívida, tem pagado R\$ 100,00 meses a fio. Por conta dos frequentes atrasos de salário do esposo de uma entrevistada, ela disse que depende mensalmente dos agiotas para cobrir as necessidades financeiras: *“sempre pego R\$ 100,00 e pago R\$ 150,00 no final do mês”*. Portanto, verifica-se que as formas de cobrança são diferenciadas, mas ainda assim os juros são abusivos.

E os movimentos na direção contrária, de entrevistados que fazem empréstimos a terceiros, como se dão? Dois assentados disseram emprestar dinheiro a juros de 6% a.m. para vizinhos e amigos. Trata-se de pessoas pertencentes às famílias que têm melhores condições financeiras e fontes diversificadas de renda.

³⁴ Rancho é o termo utilizado pelas famílias para se referir à despensa de alimentos.

Posto isto, pode-se dizer que a oferta de crédito informal nas modalidades de compra no fiado e empréstimos com agiotas são os serviços financeiros que mais oneram os orçamentos domésticos dos assentados entrevistados. Famílias que não conseguem produzir sequer para sua subsistência entram num círculo vicioso de endividamento, agravando ainda mais a sua situação financeira.

Em visita a nove estabelecimentos comerciais da região³⁵, constatou-se que além de venderem produtos de primeira necessidade aos assentados, alguns comerciantes declaram emprestar dinheiro ocasionalmente a essas pessoas. As famílias mais pobres que não têm acesso às redes de crédito formal são as que mais precisam dos comerciantes locais. Eles somente vendem e emprestam dinheiro para famílias dos assentamentos quando essas são apresentadas e indicadas por outros clientes de confiança, geralmente amigos e vizinhos da família solicitante do crédito.

Em caso de inadimplência, os comerciantes contam com cobradores amadores que vão aos assentamentos cobrar a dívida³⁶. As formas de cobrança não foram reveladas. Os comerciantes justificam o juro acrescido ao valor fiado, geralmente entre 6 a 10% a.m., por conta desses custos de transação.

De modo geral, os comerciantes entendem que são parceiros das famílias que dependem deles. Ao mesmo tempo, admitem que não podem deixar de vender fiado aos seus clientes, por conta do reduzido volume de negócios em épocas de crise financeira. O dono de um pequeno supermercado revelou que fornece a essas famílias um crédito inicial que corresponde a 1/3 do salário mínimo na compra de produtos para pagamento em até 40 dias. Dependendo da adimplência das famílias, a cada três ou quatro meses o comerciante aumenta o valor desse crédito, consolidando assim a relação de confiança entre os assentados e o mercador³⁷.

O nível de inadimplência é baixo, segundo os comerciantes entrevistados. Isto explica porque essas famílias, sobretudo as mais pobres e sem acesso ao mercado de crédito formal, se empenham continuamente em pagar suas contas e, desse modo, preservar o “nome limpo na

³⁵ Os nomes desses estabelecimentos foram mencionados pelos assentados no curso das entrevistas. Foram visitados dois supermercados de pequeno porte, duas farmácias, quatro mercearias e uma casa de produtos agropecuários, localizados nos centros urbanos dos municípios onde ocorreu a pesquisa.

³⁶ O custo do estabelecimento comercial para “contratação” de cobradores gira em torno de 5% do salário mínimo. Em caso de sucesso na cobrança, os comerciantes pagam uma comissão adicional proporcional ao montante da dívida.

³⁷ O leitor pode confundir esse tipo de crédito ofertado às famílias pelos comerciantes como crediário comum de uma loja ou supermercado. No entanto, essa modalidade é totalmente informal, por não exigir muitos documentos para abertura de crédito. Não há necessidade de ter o nome limpo e os comerciantes não consultam os órgãos de proteção ao crédito. Basta que as famílias interessadas sejam indicadas por clientes de confiança do estabelecimento.

praça”. Portanto, a manutenção da adimplência é uma questão de sobrevivência para essas famílias dependentes dos credores informais.

No que tange ao uso de crediário, conforme tabela 25, verificou-se que 57,7% das famílias usam esse sistema de crédito ofertado pelas lojas do comércio varejista de bens de consumo e insumos agrícolas da região. É a modalidade de crédito formal mais utilizada pelas famílias dos assentamentos, especialmente aquelas que têm membros com salário fixo. Essas famílias têm todos os documentos exigidos pelas lojas e podem comprovar renda para comprar móveis, eletrodomésticos, insumos agrícolas, vestuários e material escolar. Para muitas delas o crediário é o único meio de conseguir acesso a bens de consumo que, de outra forma, dificilmente estariam a seu alcance.

O uso de cartão de crédito também foi mencionado, mas ainda é uma modalidade de crédito formal a que poucas famílias têm acesso (10,2%). Vale notar que nas entrevistas as pessoas não se referem ao cartão de crédito bancário convencional e sim a um cartão de crédito de bandeira própria de circulação regional, aceito em várias lojas e supermercados dos centros urbanos próximos aos assentamentos.

Também se observou que algumas dessas famílias estão endividadas no crédito rotativo, muitas vezes por desinformação financeira, pagando taxas elevadas de juros por esse serviço. Em resposta à pergunta sobre possível sobra de recursos do orçamento doméstico, uma entrevistada diz: “*Não sobra dinheiro, porque vai tudo para o Piauí*”³⁸, ao se referir aos juros do cartão de crédito de circulação regional que paga mensalmente.

4.3.4 Mecanismos de reciprocidade

As evidências de campo realçam as formas pelas quais as circunstâncias consolidam ou corroem os ativos das famílias. Como já mencionado por Moser (1998), as relações de reciprocidade e as redes sociais são importantes no processo de consolidação dos chamados ativos sociais. Nesse contexto, verificou-se que os mecanismos de reciprocidade e confiança são amplamente praticados pelas famílias entrevistadas, sobretudo nas relações entre parentes, amigos e vizinhos.

Nos assentamentos visitados os mecanismos de reciprocidade são constituídos de transações monetárias e não monetárias. Do total da amostra, 30 famílias disseram ter recebido ajuda de amigos e vizinhos nos doze meses anteriores ao período da pesquisa. As famílias

³⁸ Nome fictício de uma rede de lojas de móveis e eletrodomésticos que atua somente na região norte e nordeste.

contaram com empréstimos financeiros (53,3%), doações de alimentos (40%) e empréstimos na forma de diária e mutirão (6,7%):

Tabela 26 – Auxílio recebido pelas famílias de amigos e vizinhos

Categoria	(%)
Financeira	53,3
Doações de alimentos/ trocas não monetárias	40,0
“Empréstimo” em diárias /mutirão	6,7
Total	30

Fonte: Dados primários

Os empréstimos financeiros junto a amigos são comuns e envolvem pequenas quantias e prazos curtíssimos de pagamento, quando quase nunca ultrapassam trinta dias. Muitas famílias recebem ajuda de amigos em espécie, como relata uma jovem chefe de família quando há falta de alimentos em seu lar: *“A vizinha chama a gente para almoçar quando percebe que a situação aqui em casa está ruim”*.

Trocas não monetárias são realizadas a todo tempo entre as famílias: *“Na necessidade troco feijão por peixe, alho, cebola, abóbora, carne, tempero (...)”*, diz um produtor de feijão que frequentemente faz escambo com outros agricultores do assentamento. Em casos de extrema necessidade, não é raro ter depoimentos de famílias que revelaram ter trocado algum bem de consumo durável por produtos de primeira necessidade. Tais evidências corroboram as pesquisas de Rocha (2006): quanto menos integrada for uma comunidade à economia de mercado, maior a dependência das trocas não monetárias, ou seja, menos de suas necessidades são atendidas por transações comerciais envolvendo dinheiro.

As famílias praticam frequentemente empréstimos em dinheiro de vizinhos, amigos e fazendeiros, a serem pagos na forma de trabalho como diarista. Essa modalidade de empréstimo no circuito de crédito informal é bastante disseminada nos assentamentos da região.

Os assentados também informaram que se mobilizam coletivamente na forma de mutirão para ajudar famílias na reconstrução de casas e formação de outros ativos físicos. O mutirão costuma ocorrer nos assentamentos quando há crimes de pistolagem, envolvendo roubo de ativos físicos e incêndios criminosos na propriedade de uma família. Mais especificamente, os entrevistados se mobilizam para trabalhar coletivamente em alguma fazenda da região e parte do valor arrecadado vai para a família que precisa de recursos. Eles também se mobilizam para trabalhar na propriedade da família que perdeu seus ativos. Vale observar que a família “beneficiada” se compromete a retribuir a ajuda na forma de trabalho em mutirão para as

situações de emergência semelhantes, que venham eventualmente a ocorrer com outras famílias. Esse tipo de prestação de serviços é similar aos mecanismos de reciprocidade identificados em comunidades rurais do Nordeste nos estudos empíricos de Junqueira (2004) e Schröder (2004).

Do total da amostra, 43 famílias disseram ter recebido amparo dos parentes na falta de recursos sob a forma de ajuda financeira (79,1%), doação de alimentos, roupas e calçados (16,3%) e assistência na forma de trabalho na propriedade (4,7%), conforme apresentado na tabela seguinte:

Tabela 27 - Auxílio recebido pelas famílias de parentes

Categoria	Nº de Famílias	(%)
Financeira	34	79,1
Doação de alimentos, roupas e calçados.	7	16,3
Em trabalho na produção agrícola	2	4,6

Fonte: Dados primários

Do total da amostra, 32,1% das famílias declararam não ter recebido nenhuma ajuda de parentes, amigos ou instituições. Esses entrevistados disseram que as pessoas que fazem parte de sua rede de contatos estão em piores condições financeiras. A importância do apoio da rede de relações sociais formada por parentes e amigos é valorizada por essas famílias, no entanto, sem essa assistência elas estão mais vulneráveis aos riscos. Por outro lado, pouquíssimas famílias em melhor condição financeira declararam não recorrer à ajuda de amigos e parentes na situação de falta de dinheiro. Elas preferem utilizar seus ativos físicos, mais especificamente a venda de gado, para cobrir despesas emergenciais.

Apenas 10% dos entrevistados disseram ter contado com a ajuda de alguma organização social, na falta de recursos. Em geral, a ajuda foi realizada por escolas e igrejas na forma de doações de cestas básicas. Essas atividades assistenciais não são comuns nos assentamentos pesquisados.

E os movimentos na direção contrária, de famílias que ajudam parentes e amigos, como se dão? Do total de entrevistados, 60% deles informaram ter ajudado parentes e amigos no ano que antecedeu o período da pesquisa, configurando assim os laços de reciprocidade entre os mesmos. A maior parte desses empréstimos são de pequenos valores, como bem retrata a fala de um entrevistado: *“Se um amigo precisa, sempre empresto R\$ 5,00 ou R\$ 10,00, porque pobre não tem dinheiro. Tem que ajudar para ser ajudado”*. Por outro lado, alguns entrevistados preferem ajudar seus parentes e amigos em espécie: *“Empréstimo pacote de arroz*

e feijão, mas meu CPF e cartão jamais”, diz um agricultor ao se referir à abertura de crediário em seu nome a terceiros com receio do risco de calote.

No contexto das relações recíprocas, conforme já apontado por Bianchi (1983), Abramovay (2004), entre outros autores, os indivíduos não ignoram a exploração a que estão sujeitos neste tipo de relação e a desigualdade em que ela se fundamenta. O importante, nesse caso, para as pessoas é a existência de vínculos e compromissos recíprocos de lealdade. Ainda que os empréstimos informais envolvam sistemas personalizados de dependência e exploração, eles são de demonstração e confiança mútua. No contexto da pobreza essa confiança é uma questão de sobrevivência.

4.3.5. Orçamento doméstico

Como discutido na revisão teórica deste trabalho, a ideia de que os pobres podem e querem poupar vem ganhando força nos estudos empíricos de microfinanças. A literatura especializada sugere que os serviços de poupança podem ser um mecanismo de proteção social, resultando no aumento do bem-estar material das famílias pobres. Mas se os pobres têm vida financeira e querem poupar, porque não pouparam? Entender a tomada de decisão das famílias em relação à poupança no contexto da pobreza não é uma tarefa tão simples. Por isso, torna-se importante investigar como as famílias administram seu o orçamento doméstico até para que se possa identificar formas ocultas de poupança.

Nesse sentido, constatou-se na pesquisa de campo que 64,1% das famílias disseram que não conseguem fazer sobrar dinheiro no mês. O pagamento de dívidas, sobretudo com os credores informais, é a principal razão atribuída pelas famílias para a não sobra de dinheiro no orçamento: *“Quando recebo o dinheiro fica na estrada”*, diz uma senhora em referência ao pagamento de dívidas realizadas nas mercearias locais e com vendedores ambulantes de cesta básica. Pagar os credores informais é prioridade para a maioria dos entrevistados, como retrata um assentado que está endividado com esses credores: *“Quando recebo já fico devendo (...) se ganho R\$ 900,00 hoje, pago tudo e fico devendo R\$ 200,00 para o próximo mês. O dinheiro faz é faltar”*.

Algumas contradições foram verificadas em relação à questão da sobra de recursos do orçamento. Ainda que poucas famílias digam que não sobram recursos, percebe-se que elas estão realizando transações comerciais a todo tempo, especialmente na venda e compra de aves e realização de pequenos investimentos na propriedade. Esse fato só fica evidente no curso das entrevistas.

Um entrevistado disse guardar pequenas sobras de dinheiro em sua residência: “*Quem é assentado não tem como ficar sem dinheiro em casa, a gente sempre precisa de dinheiro para o transporte*”. A partir desse fragmento de frase presume-se que parte das famílias sempre tem pequenos montantes em casa para situações de emergências e despesas correntes. Na realidade, raramente as famílias consomem todo o dinheiro que ganham. Elas gerenciam essas pequenas quantias de recursos a todo tempo como estratégia de sobrevivência. Essas evidências também foram constatadas nos estudos empíricos de Collins et al. (2009), Banerjee e Duflo (2012) e Morduch e Schneider (2017).

Por outro lado, pôde-se observar que essas pequenas sobras no orçamento das famílias pesquisadas não são suficientes para cobrir suas necessidades por completo. Também não é possível descartar a hipótese de que muitas famílias omitem essa sobra de recursos por preocupação com a segurança.

As famílias que se esforçam para sobrar algum dinheiro no mês, que correspondem 35,9% do total da amostra, destinam esses recursos para as despesas correntes (42,9%), investimentos na propriedade (21,4%), compra de bens de consumo (17,9%), reserva para situação de emergência de saúde (10,7%) ou aplicação em caderneta de poupança (7,1%):

Tabela 28 - Aplicação das sobras de dinheiro

Categoria	(%)
Despesas correntes	42,9
Investimentos na propriedade/Reforma da casa	21,4
Guarda dinheiro em casa para finalidade específica	17,9
Emergência de saúde	10,7
Aplica em caderneta de poupança	7,1
Total	28

Fonte: Dados primários

Na prática, a demanda por serviços de poupança muitas vezes não pode ser claramente identificada na pesquisa de campo. A dificuldade em perceber esse tipo de serviço financeiro deve-se basicamente à existência de formas ocultas de poupança, como já apontado por Zeller et al. (1996). Nesse contexto, a expansão do conceito de poupança para abranger ativos monetários e não monetários torna-se necessária para melhor entender como as famílias de baixa renda poupam, conforme será apresentado a seguir.

4.3.6. Mecanismos de poupança

O hábito de guardar dinheiro em caderneta de poupança é pouco comum entre as famílias nos assentamentos pesquisados. Do total de 29 famílias que disseram ter uma conta poupança, 58,6% depositaram algum valor na conta e 41,4% não realizaram depósitos nos doze meses que antecederam a pesquisa.

Os motivos para se ter uma caderneta de poupança estão associados principalmente a emergências de saúde (20,7%), dificuldade de controlar gastos (17,2%), transações de venda e compra de animais (13,8%) e transferências de dinheiro entre familiares (13,8%).

Chamam atenção na análise os entrevistados que mencionaram ter consciência da dificuldade em controlar seus gastos: “*Quando se tem dinheiro no bolso, aparece tudo o que é necessidade*”, declara um assentado. Outro chefe de família diz preferir ter uma caderneta de poupança pelo mesmo motivo: “*se tenho dinheiro na mão gasto tudo*”. Tais evidências também foram constatadas nas pesquisas de Barnerjee e Duflo (2012) e Barnejee e Mullainathan (2010), que sugerem que o problema de autocontrole pode ser potencializado no contexto da pobreza.

As famílias que têm caderneta de poupança disseram não ter depositado dinheiro na conta por motivos de insuficiência de renda. Elas reconhecem a importância desse serviço financeiro e manifestam o desejo de poupar: “*Não quero que os meus filhos tenham o mesmo destino que o meu*” lamenta um chefe de família que abriu uma caderneta de poupança para investir na educação dos seus filhos, mas não pôde depositar regularmente na conta bancária devido às dificuldades financeiras que enfrentava no período da pesquisa.

Assim como os coletores de depósitos da Índia mencionados por Rutherford (1999) e Collins et al. (2009), foi possível entrevistar uma senhora, proprietária de uma mercearia na zona urbana de um município coberto pela pesquisa, que disse guardar dinheiro das famílias dos assentamentos em seu estabelecimento. Segundo a mesma, é uma prática comum nas mercearias locais, mas nem sempre revelada pelos comerciantes por motivo de segurança. Algumas mulheres beneficiárias de programas sociais da área rural quando vão ao centro urbano “depositam” pequenos montantes na referida mercearia. A dona do estabelecimento disse também que realiza pagamentos a credores informais das famílias que passam em seu comércio.

Por outro lado, a maioria das famílias (62,8%) não dispõe de uma caderneta de poupança. As principais razões são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 29 - Motivos para abertura de caderneta de poupança

Categoria	(%)
Não sobra dinheiro	77,6
Baixos rendimentos da aplicação	8,2
Não tem interesse	8,2
Não confia nos bancos	4,1
Distância dos bancos (localização)	2,0
Total	49

Fonte: Dados primários

Como se pode verificar, a principal justificativa para não aplicar recursos numa caderneta de poupança é a falta de saldos financeiros ao final do mês (77,6%). Nesse contexto, a poupança não monetária aparece com força para a grande maioria das famílias, merecendo destaque a aquisição de animais e bens: *“O que sobra, junto para comprar bezerro e leitão. Melhor do que colocar no banco que não rende nada”*, diz uma entrevistada. Talvez, a inexistência de organizações financeiras apropriadas à população de baixa renda do meio rural possa explicar a baixa adesão à caderneta de poupança nos assentamentos visitados, como também apontaram Abramovay e coautores (2004) em pesquisas empíricas realizadas no meio rural nordestino.

A realização de poupança não monetária é para as famílias pobres uma forma de garantir sua sobrevivência diária. No entanto, essa prática não garante ampla oportunidade econômica que gere um ciclo virtuoso de bem-estar material no processo de desenvolvimento individual, nos termos de Sen (2010). Isso porque, ao considerar a situação de pobreza dessas famílias, esses mecanismos informais de poupança atendem às suas necessidades específicas de curtíssimo prazo.

Vale mencionar também, como bem lembra Magalhães (2004), que em situações emergenciais as famílias se desfazem dos ativos físicos disponíveis, sobretudo animais, que precisam de prazos mais longos para apresentar rendimentos compatíveis com o montante investido, caso contrário geram perdas consideráveis. Na região em que foi realizada essa pesquisa é comum no período da seca que os animais sejam vendidos a um preço abaixo do mercado, dada à impossibilidade das famílias de alimentá-los. Ainda que esses ativos tenham liquidez, conforme diz a maioria dos assentados entrevistados, a falta de acesso a fontes estáveis de financiamento de curto prazo torna o risco de perda real.

Os baixos rendimentos da caderneta de poupança (8,2%), a falta de interesse (8,2%) e a desconfiança nos bancos (4,1%) são motivações que revelam a rejeição que essas famílias têm em relação ao sistema bancário: *“Compro um garrote por R\$ 800,00 e vendo por R\$ 1200,00.*

Não gosto de banco. Quando pego algum dinheiro emprego em bezerro. Guardar dinheiro no banco não rende nada. Banco não é comigo”, relata um assentado. Outro entrevistado diz: *“Poupança não dá nada. Quem vende terra é doido. Quem aplica em terra e gado não sai perdendo: é a melhor poupança”*.

A desconfiança em relação aos bancos é mais notável nas famílias que são chefiadas por idosos aposentados. Muitos deles não entendem as regras dos bancos no que se refere à incidência de juros e tarifas em sua conta, como relata uma senhora: *“Tinha R\$ 17,00 na conta, mas sempre tá faltando. Banco não dá tapa perdido, só confio em Jesus”*. Outro entrevistado aposentado, ao contar suas experiências negativas com bancos no período do confisco da liquidez na década de 1990, diz: *“Desconfia do que não presta meu filho. Banco não presta”*.

Essas evidências constatadas na pesquisa de campo corroboram os estudos empíricos de Karlan et al. (2013), que sugerem que os custos de transação, a falta de confiança no sistema bancário e a desinformação financeira são as principais barreiras para a não realização de poupança formal por parte das famílias pobres.

4.3.7. Necessidades financeiras e mecanismos de enfrentamento

Para as famílias assentadas, a luta pela subsistência é essencialmente uma luta contra os riscos associados às crises frequentes e aos choques. Do total da amostra, 56,4% das famílias disseram ter enfrentado alguma pressão financeira nos doze meses anteriores ao período da pesquisa.

De acordo com a literatura de portfólio dos pobres e estratégias de diversificação de ativos apresentada na revisão teórica, foi possível identificar as ocasiões – emergências, eventos do ciclo de vida, eventos sazonais e outros acontecimentos – que demandaram das famílias o dispêndio de somas relativamente elevadas de recursos, bem como os mecanismos de enfrentamento utilizados. O quadro a seguir resume os resultados da pesquisa:

Quadro 2 - Necessidades financeiras e mecanismos de enfrentamento

Eventos	Tipos de despesas	Mecanismo de enfrentamento
Emergências	Gastos médicos	Amigos e parentes Empréstimo bancário Caderneta de poupança Agiota Cheque especial Venda de animais Poupança doméstica Venda antecipada da colheita
Eventos do ciclo de vida	Morte	Empréstimo com o empregador Empréstimo bancário Venda de animais Lista na vizinhança
Eventos sazonais	Imposto territorial rural Material escolar	Venda de animais Cheque especial
Outros eventos	Falência de pequenos negócios Violência doméstica Quebra de safra (seca) Conflitos agrários (pistolagem) Doenças no rebanho Estelionato (fraudes) Problemas com a justiça	Amigos e parentes Lista na vizinhança Empréstimo bancário Venda de animais Mutirão Cheque especial Renegociação de crédito (Pronaf)

Fonte: Dados primários

Em todos os eventos relacionados no quadro 2, há o uso da poupança não monetária, especialmente a venda de animais, como um dos principais mecanismos de enfrentamento. Doenças e acidentes são os eventos de maior urgência para as famílias. Essas emergências inesperadas interrompem a capacidade de gerar renda das famílias forçando-as a destinar parte desses recursos para cobertura dos gastos médicos. Em outros termos, a doença retira os indivíduos do mercado de trabalho e pode levar uma família à pobreza extrema, como já discutido nos estudos empíricos de Narayan et al. (2000).

Como visto na revisão teórica, Moser (1998) e Sebstad e Cohen (2000) entendem que além da educação, o investimento em medidas preventivas de saúde também faz parte dos ativos humanos. Isto porque os investimentos em infraestrutura de saneamento básico e educação são complementos importantes para reduzir o risco de doenças. Além disso, os investimentos em medidas preventivas de saúde ajudam a aumentar a produtividade do trabalho e qualidade de vida das pessoas.

Nessa perspectiva, as condições precárias de moradia e da infraestrutura de saneamento podem explicar a alta incidência de doenças infecciosas nos assentamentos. Febre amarela, dengue, doença de Chagas e leishmaniose, esta última popularmente conhecida na região como calazar, foram as doenças mais citadas pelos entrevistados. Quase todas as famílias que enfrentaram situações de emergência relataram que algum de seus integrantes já contraíram uma dessas doenças. A situação mais grave de doença, identificada no curso das entrevistas, refere-se ao depoimento de uma jovem chefe de família que relatou o caso de meningite em um dos seus três filhos. A família teve que procurar tratamento médico fora do estado desfazendo-se de quase todos os seus ativos físicos.

Com base nos depoimentos das famílias, pode-se dizer que são quase inexistentes os serviços de ambulância e visitas dos agentes de saúde nessas localidades. Somente nos Projetos de Assentamentos Araçulândia e Rural Coletivo Bela Vista haviam postos de atendimento médico. A maioria das famílias, especialmente aquelas que têm crianças, idosos e deficientes físicos, relata os elevados desembolsos para arcar com despesas de transporte particular em casos de emergência. Algumas delas relataram a prática da venda ilegal de medicamentos gratuitos por agentes de saúde ou, na pior das hipóteses, a liberação de medicamentos perto do prazo de vencimento, como revela uma senhora: *“O SUS empurra remédio pra gente quando está pra vencer”*³⁹.

Ainda no âmbito das emergências de saúde, apareceu outro agravante identificado no curso das entrevistas. Em dois assentamentos visitados, as famílias relataram a exploração ilegal de madeira por grileiros de terra na região⁴⁰, sendo comum o bloqueio à noite das estradas principais dos assentamentos para dificultar o acesso da fiscalização. Em situações de emergência as famílias disseram que precisaram percorrer estradas alternativas relativamente mais distantes para se chegar à rodovia estadual ou federal e a partir daí seguir para o centro urbano mais próximo.

No que tange aos eventos do ciclo de vida, depois da doença, a morte foi o único acontecimento identificado na pesquisa de campo como evento que representa grande impacto financeiro no orçamento das famílias. Destacam-se quatro principais mecanismos de enfrentamento para essa situação: lista na vizinhança, empréstimo com empregador, venda de animais e empréstimo bancário.

Em geral, as famílias com poucos recursos para realização do funeral contam com a ajuda dos líderes da associação do assentamento para passar uma lista, recolhendo a

³⁹ Tais fatos não fazem parte do escopo deste trabalho, por isso merecem ser investigados em futuras pesquisas.

⁴⁰ Grileiro é o agente que falsifica documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

contribuição de vizinhos e amigos na comunidade. Outro mecanismo comum utilizado por trabalhadores de fazendas é o empréstimo concedido pelo patrão para a realização do funeral. Nesse caso, o empregado se compromete em pagar o empréstimo em diárias de trabalho.

O pagamento de impostos e a compra de material escolar foram os eventos sazonais identificados nas entrevistas. Observou-se que a compra de material escolar e de uniforme é preocupação constante das famílias a cada semestre. Dos quatros municípios onde ocorreu a pesquisa, apenas um garante o material escolar e uniforme gratuitamente.

A pesquisa de campo coincidiu com o período de volta às aulas e talvez por isso foi possível identificar as dificuldades que essas famílias enfrentam para comprar uniforme e material escolar: *“Meus filhos não têm farda. Se não tiver a farda não entrarão na escola na semana que vem. Vendi conservas, mas não recebi”*, disse uma senhora preocupada. Para enfrentar essas situações adversas, as famílias vendem ativos físicos, especialmente aves e produtos extrativistas. Portanto, há um elevado custo de oportunidade das famílias pobres em manter seus membros estudando pela impossibilidade de geração de renda no curto prazo, como já havia constatado nas pesquisas de Brusky e Fortuna (2002).

Falência de pequenos negócios, violência doméstica, crimes de pistolagem, fraudes, quebras de safra, doenças no rebanho e problemas com a justiça de um dos membros da família, foram outros eventos mencionados pelas famílias. Alguns desses acontecimentos estão relacionados ao contexto regional, marcado pelo intenso conflito agrário.

Violência doméstica e crimes de pistolagem são os eventos com maior incidência e nível de gravidade. Nessa região, sobretudo quando se consideram as ocupações recentes, são frequentes e numerosos os relatos de despejos violentos e dramáticos de posseiros das terras que ocupavam. Esses acontecimentos têm um efeito devastador na vida econômica das famílias quando resultam na perda ou destruição de ativos. Observou-se que algumas famílias se desfizeram de seus bens para migrar para os atuais assentamentos em que residem, na perspectiva de reconstruir suas vidas longe dos agressores. Para esses casos, as famílias contaram com a ajuda de amigos e vizinhos na forma de mutirão para construir moradia e outros equipamentos.

Quebras de safra devido ao prolongamento do período de estiagem são ocorrências comuns nos assentamentos. Nesse caso, as famílias disseram ter renegociado o crédito rural (Pronaf) junto aos bancos de desenvolvimento da região.

Fraudes são golpes relacionados ao recebimento de benefícios sociais. Devido ao baixo grau de instrução dos assentados, as famílias revelaram no curso das entrevistas, ter caído no golpe de estelionatários. Segundo os entrevistados, esses criminosos são supostos advogados

que colhem informações da vítima a partir dos documentos pessoais e desviam aposentadorias e outros benefícios sociais.

Portanto, as famílias que vivem nesses assentamentos isolados do norte tocantinense apresentam elevado grau de vulnerabilidade em termos de exposição aos riscos por razões diversas aqui relatadas. Como visto no capítulo 2, a alta vulnerabilidade destrói os resultados positivos dos esforços das famílias pobres para acumular ativos. Em suma, nas situações emergenciais, animais são vendidos ou sacrificados, a pequena poupança é exaurida e as migrações são forçadas.

4.4. Padrões de escolha intertemporal

Além das barreiras que as famílias pobres enfrentam para a realização de poupança formal discutidas na seção anterior, a Economia Comportamental sugere que anomalias na tomada de decisão no contexto da pobreza conduzem essas famílias à situação de subpoupança. Na parte de revisão teórica deste trabalho foi exposta uma crescente literatura que atribui o não uso de poupança formal pelas famílias pobres à tendência de valorizar o bem-estar no tempo presente em detrimento do futuro – o chamado viés do presente, também denominado impaciência.

A fim de identificar o viés do presente no processo decisório das famílias nos assentamentos pesquisados, mensuraram-se preferências temporais ao solicitar aos entrevistados que escolhessem entre receber uma gratificação monetária imediata ou uma gratificação monetária futura, exercício comum na literatura relacionada ao assunto, como visto anteriormente. Nesse sentido, foram adotados os seguintes quadros de escolha temporal (*time frame*):

- a) Você prefere receber R\$ 80,00 hoje ou R\$ 110,00 a um mês?
- b) Você prefere receber R\$ 80,00 daqui a seis meses ou R\$ 110,00 a sete meses?

A primeira questão foi classificada como quadro de escolhas de curto prazo (*near-time frame*) e a segunda, como quadro de escolhas mais distantes (*distant frame choice*).

Para casos em que o montante ofertado de R\$ 110,00 não era suficiente para que o respondente se dispusesse a abrir mão da gratificação imediata de R\$ 80,00, as perguntas foram as seguintes:

- a) Se preferir não receber R\$ 80,00 hoje, quanto estaria disposto a receber daqui a um mês?
- b) Se preferir não receber R\$ 80,00 em seis meses, quanto estaria disposto a receber daqui a sete meses?

Onde as questões implicam uma taxa de desconto, taxa a que o indivíduo se mostra a abrir mão de uma gratificação imediata em prol de uma gratificação monetária futura. Os resultados são apresentados na tabela 30:

Tabela 30 - Perfil dos assentados segundo preferências intertemporais

Categorias	Perfis	(%)
Escolhas de curto prazo (hoje ou daqui a um mês?)	Pacientes	24,7
	Impacientes	75,3
Escolhas mais distantes (daqui a 6 meses ou daqui a 7 meses?)	Pacientes	20,8
	Impacientes	79,2
Total		77

Fonte: Dados primários

A análise das respostas dos entrevistados aos itens que medem preferências intertemporais revela uma grande dose de impaciência em relação ao futuro, seja o futuro próximo, seja o futuro mais distante. Ela sugere que os assentados são pouco previdentes, que são movidos pelas necessidades mais prementes e, portanto, descontam o futuro a taxas elevadas. É surpreendente mesmo que esse grau de impaciência aumente em relação às escolhas de mais longo prazo. Como se observa na tabela anterior, quando os indivíduos são chamados a comparar o prazo de seis meses com o de sete meses a porcentagem de impacientes aumenta (79,2%) comparativamente à escolha de curto prazo em que o indivíduo é chamado a comparar a gratificação imediata com a de um mês (75,3%). Constata-se assim um padrão diferente daquele observado em pesquisas anteriores, onde a taxa de desconto futuro tende a decrescer.

Como interpretar esses resultados à luz da economia comportamental? A explicação mais imediata para esse padrão de resposta reside, certamente, nas condições de extrema escassez e adversidades cotidianamente enfrentadas pelas famílias. Mas essa hipótese é excessivamente genérica. Como discutido na revisão de literatura, a pobreza não se resume a escassez de recursos, mas inclui, além disso, e talvez até principalmente, um imposto cognitivo. O ambiente de escassez, a privação de capacitações para se realizar determinados funcionamentos e a precária infraestrutura rural, somando-se às inúmeras decisões difíceis no cotidiano, podem potencializar o esgotamento cognitivo das famílias (Mullainathan & Shafir, 2013; Mani et al., 2013).

Para inferir taxas de desconto a partir de escolhas intertemporais, este trabalho utilizou a relação entre a gratificação imediata ou valor presente de um fluxo de caixa, denotado por P , e sua gratificação futura ou valor futuro, denotado por F , exercício comum na literatura referente ao assunto (Wang et al. 2016; Frederick et al. 2004; Cole et al. 2010; Urminsky et al. 2015). Formalmente,

$$F = P(1 + R)^t \quad (1)$$

Onde R é a taxa de desconto e t é o tempo de espera pela gratificação ou recompensa. As variáveis P e t são dadas nas questões de preferências intertemporais, conforme apresentado nas seções C e E no apêndice deste trabalho. Assim sendo, a taxa de desconto será:

$$R = \left(\frac{F}{P}\right)^{\left(\frac{1}{t}\right)} - 1 \quad (2)$$

Segundo Wang et al. (2016) esta é a abordagem clássica para mensuração da taxa de desconto amplamente utilizada na literatura acerca do assunto. Com base nestas informações, a tabela a seguir apresenta a classificação dos entrevistados em diferentes categorias de preferências intertemporais e taxas de desconto:

Tabela 31 - Perfil dos assentados segundo preferências intertemporais e taxas de desconto

Categorias	Perfis	Entrevistados (%)	Taxa média de desconto futuro próximo (%)	Taxa média de desconto futuro distante (%)
Viés do presente	Impacientes no presente e futuro	40,3	245,6	380,4
	Impacientes no presente e pacientes no futuro	28,6	554,6	11,4
Reversão de preferências	Pacientes no presente e impacientes no futuro	23,4	3,47	179,7
Preferências voltadas para o futuro	Pacientes no presente e futuro	7,8	0,0	0,0
Total (N)		77		

Fonte: elaboração própria

Conforme apresentado no capítulo de revisão teórica, o modelo de utilidade com desconto constante pressupõe preferências de tempo consistentes usando uma função de desconto exponencial. Isso implica que a preferência temporal entre quaisquer períodos adjacentes deve ser constante, o que não se observa para a maioria dos entrevistados (92,3%). Portanto, no que tange à inconsistência intertemporal os resultados desta pesquisa são condizentes com os estudos empíricos anteriores (Thaler, 1981; Benzion & Yagil, 1989).

O nível de impaciência observado na amostra foi alto. Cerca de 68,9% dos entrevistados apresentaram preferências voltadas para o presente. Esse resultado pode ser atribuído às condições de escassez, como se depreende de fragmentos de frases do tipo: “*Quero o dinheiro hoje. Tô avexado (impaciente) para plantar semente hoje. Quando esses R\$ 90,00 vier (sic) daqui um mês eu estarei precisando de mais R\$ 90,00*”, disse um entrevistado.

A preocupação com o risco de escassez de alimentos é visível entre os entrevistados: “*Preciso do dinheiro agora por conta da precisão: falta óleo, sal, feijão. Tenho que deixar de comer para dar para os meus filhos*”, diz uma entrevistada ao descrever a falta de produtos de primeira necessidade em sua residência. Na fala de outra entrevistada a necessidade por alimentos na família fica mais evidente: “*Se eu recebesse hoje, eu já iria comprar um quilo de carne para comer. Hoje nós só comemos feijão com farinha. Dinheiro sempre é bem-vindo*”. A impaciência também foi expressa por um chefe de família nos seguintes termos: “*A gente tá com fome hoje. Tá faltando, arroz, feijão e óleo em casa. Não posso esperar*”.

Como discutido na revisão de literatura, a pobreza gera um foco intenso sobre o presente em detrimento do futuro. Quando parte dessas famílias direciona seus recursos mentais para lidar com preocupações da pobreza – por exemplo, pagamento de dívidas, insuficiência de renda e escassez de alimentos – elas devotam menos atenção para outras questões importantes, tais como saúde, educação e até mesmo a realização de poupança. Portanto, conjectura-se que o viés do presente, potencializado pela condição de pobreza, pode explicar em alguma medida a baixa poupança das famílias assentadas. Tais resultados corroboram a análise de Ashraf et al. (2006); Karlan et al. (2013); Karlan e Appel (2011) e Dupas e Pascaline (2013).

Verifica-se que 28,6% dos entrevistados se mostraram impacientes no presente e pacientes no futuro. Essas pessoas descontam ganhos futuros hiperbolicamente, com taxas médias de desconto para o futuro próximo (554,6%) muito elevadas em relação ao futuro distante (11,4%). Em outros termos, esses assentados adotam uma taxa de retorno muito alta para descontar o futuro quando confrontados com a situação presente, mas estão dispostos a reduzir essa taxa quando sua escolha é adiada. É um resultado interessante, e que está de acordo com algumas pesquisas empíricas apresentadas no capítulo 2. Por outro lado, 40,3% dos indivíduos apresentam taxas médias de desconto mais elevadas no futuro distante (380,4%) do que no futuro próximo (245,6%).

Chama atenção nos resultados da tabela 31 pesquisa que 23,4% dos entrevistados apresentaram reversão de preferências. São indivíduos caracterizados como pacientes no presente e impacientes no futuro. Entre os demais 63,7% da amostra, porém, um padrão

diferente se verifica, pois, seu grau de impaciência aumenta em relação às escolhas de longo prazo.

Analisando fragmentos de frases desse grupo com mais cuidado, observa-se que uma das explicações potenciais que justifica esse padrão de escolha pode estar associada às estações climáticas da região. A maioria dos entrevistados desse grupo expressou uma forte preocupação com o período de estiagem que, coincidentemente, ocorreria nos seis meses posteriores ao período da pesquisa. O período da seca representa para os agricultores o risco da fome, como resultado da queda da produção agrícola e redução da renda familiar.

Poucos entrevistados apresentaram preferências voltadas para o futuro (7,8%). Uma das razões identificadas está relacionada à previdência das pessoas em relação ao futuro e a consciência da necessidade do controle de seus gastos: *“Porque mais vale a esperança tarde do que o desengano cedo: tô apertado hoje, mas preciso de dinheiro para o próximo mês, tenho que ter paciência”*, diz um assentado ao declarar que prefere postergar a gratificação imediata. Uma senhora previdente diz: *“Porque não estou precisando. Daqui um mês estarei precisando. Se eu pegar R\$ 80,00 agora eu vou gastar à toa”*.

Outra explicação para postergar a gratificação comum no curso das entrevistas é a crença de que haja uma piora da situação financeira futura comparativamente à presente, como expressa um assentado: *“Não sei... prefiro receber depois. O trem tá difícil, cada vez mais tá arrojando. Não durmo direito. Passo o tempo todo quebrando a cabeça”*. Uma senhora diz: *“Me vejo pior depois. Está difícil...não tenho como produzir e criar nada. Recebo depois”*, declara ao se referir à baixa qualidade da terra nessa região.

A tabela a seguir mostra que para todas as faixas de renda per capita mensal as pessoas descontam ganhos futuros hiperbolicamente, tornando-os dessa maneira menos valorizados do que seus valores no presente:

Tabela 32 - Renda mensal per capita e taxas de desconto

Categoria	Amostra (%)	Taxa média de desconto - futuro próximo (%)	Taxa média de desconto - futuro distante (%)
Até R\$ 85,00	5,2	321,5	28,1
Entre R\$ 85,00 e R\$ 170,00	22,1	212,8	125,0
Entre R\$ 170,00 e R\$ 484,00	49,4	325,4	274,8
Acima de R\$ 484,00	23,4	147,0	144,2
Total	77		

Fonte: elaboração própria

Verifica-se que as famílias que apresentam renda mensal *per capita* entre R\$ 170,00 e R\$ 484,00 mostram-se mais impacientes (325,4%) no futuro próximo comparativamente às famílias pertencentes a outras faixas de renda. Era de se esperar que quanto menor fosse a renda mensal *per capita*, maior o seria nível impaciência das famílias no futuro próximo. O coeficiente de correlação de Pearson (ρ) mostra uma fraca correlação negativa (-0,1480), quase desprezível, entre *renda per capita* e taxas de desconto. Portanto, os resultados não são estatisticamente significativos.

Considerando as variáveis educação, longevidade e renda integradas no IDH-M dos municípios cobertos pela pesquisa campo e taxas desconto, foram obtidos os seguintes resultados:

Tabela 33 - IDH-M e taxas de desconto

Municípios	Amostra (%)	IDH-M (2010)	Taxa média de desconto futuro próximo (%)	Taxa média de desconto futuro distante (%)
Araguaína	37,7	0,752	186,4	209,7
Babaçulândia	20,8	0,642	400,3	110,7
Piraquê	27,3	0,621	216,5	242,5
Wanderlândia	14,3	0,638	320,1	212,2
Total	77			

Fonte: elaboração própria

A taxa de desconto para o futuro próximo é menor para as famílias residentes nos assentamentos do município de Araguaína (186,4%). Esta cidade apresenta maior desenvolvimento humano (0,752) em relação aos demais municípios cobertos pela pesquisa. Embora não se possa dizer que exista uma relação linear entre as variáveis estudadas, há evidências de que quanto menor o desenvolvimento de uma localidade (IDH-M) maior será os níveis de impaciência das pessoas em relação as escolhas de curto prazo. O coeficiente de correlação de Pearson (ρ) mostra uma correlação negativa moderada (-0,5218) entre o IDH-M e a taxa de desconto de curto prazo. A associação entre taxas de desconto para o futuro distante e IDH-M apresenta correlações desprezíveis, não sendo estatisticamente significativa.

Esses resultados levam a crer que a capacidade de adiar uma recompensa pode estar relacionada às diferentes condições socioeconômicas. No conhecido teste do *marshmallow*, idealizado e desenvolvido por Walter Mischel (2014), a capacidade das crianças em adiar sua gratificação, concordando em esperar 15 minutos para obter dois doces, ao invés de um só, mostrou-se um bom indicador do êxito futuro dessas crianças, mensurado a partir de seu

desempenho escolar e outros testes de competência. Em poucas palavras, crianças capazes de renunciar a um consumo imediato em favor de um consumo maior no futuro tornavam-se, mais tarde, melhor sucedidas na escola e mais inteligentes, e esse autocontrole permitia prever um melhor desempenho ao longo de toda sua vida.

Essa interpretação foi contestada, porém, em um experimento recente, feito com uma amostra dez vezes maior de crianças, de diferentes condições socioeconômicas (Watts, Duncan & Quan, 2018). O teste revelou que as crianças de famílias ricas eram bem mais capazes de esperar os 15 minutos necessários para ganhar um segundo doce. Diante disso, os pesquisadores passaram a concluir que o sucesso de longo prazo das crianças com maior autocontrole podia ser explicado pelo fato de serem provenientes de famílias mais ricas, nas quais não havia tanta insegurança em relação ao que o futuro lhes reservava; não precisavam consumir logo, porque confiavam na possibilidade de obter, dali a pouco tempo, o doce desejado.

Portanto, pode-se dizer que a preferência por ganhos presentes, ainda que menores, conduz à incapacidade de planejar o futuro, o que leva a dificuldades de realização de poupança por parte dessas famílias. Como sugerido por Rabin (1988), acredita-se que é muito mais provável que o viés do presente também esteja associado a uma incapacidade do indivíduo em visualizar o futuro distante. Nessa perspectiva, é importante discutir a percepção que os assentados têm sobre o futuro, conforme será exposto a seguir.

4.4.1. Percepção do futuro

Pobreza pode gerar molduras mentais (*mental frames*) que distorcem a capacidade das pessoas enxergarem oportunidades. Dito de outra forma, pobreza limita a capacidade de aspirar. Como discutido por Appadurai (2004), as pessoas que vivem nessa condição têm menos oportunidades do que as de outras classes sociais de aprender sobre seus talentos, visualizar oportunidades potenciais e estabelecer metas.

O déficit de esperança ou a acomodação resultante das expectativas frequentemente frustradas pode ser uma das fontes para a explicação do fenômeno da persistência da pobreza, como sugerem Galbraith (1979) e Duflo (2012). Cabe ainda mencionar que, conforme aventou Nussbaum (1990), a esperança poderia ser analisada no âmbito das capacitações internas que são condições (físicas, mentais ou do caráter) que tornam uma pessoa capaz de escolher entre vários funcionamentos.

Nessa mesma perspectiva, com o propósito de melhor compreender a tomada de decisão das famílias quanto às suas expectativas em relação ao futuro, foi perguntado aos entrevistados

como eles se viam no horizonte. Mais especificamente, a ideia era entender como as aspirações influenciam a tomada de decisão no contexto da escassez. Verificou-se que a maioria dos entrevistados teve dificuldades em responder esta questão por conta da limitação do horizonte temporal e do excesso de preocupações com as questões de sobrevivência diária.

Um intenso foco no presente em detrimento do futuro justifica-se pela própria condição de pobreza: *“Não sei como será o futuro, estou sobrecarregada...”*, declara uma senhora ao expressar sua preocupação com as condições precárias de sobrevivência no assentamento. Um entrevistado preocupado com dívidas e piora das condições financeiras de sua família diz: *“Fico agoniado porque não tenho como arrumar dinheiro. Só Deus é quem sabe. Não penso no futuro, não tenho alegria, não tenho como dizer que sou um cara alegre”*. A partir de vários depoimentos foi possível identificar claramente que as anomalias intertemporais, nesse caso o viés do presente, são geradas pela interferência das condições de pobreza, que distorce a percepção temporal das famílias, corroborando os resultados de outras pesquisas expostos no capítulo de revisão teórica.

Não foi incomum na pesquisa de campo que os próprios entrevistados manifestassem seu estado emocional, embora esse não fosse o foco da questão. A fala de uma entrevistada expressa a ideia: *“Queria voltar a trabalhar como raspadeira de mandioca, queria ter as coisas dentro de casa. Sou nervosa, ansiosa... fico pensando nas coisas o tempo todo. Acordo de madrugada, olho para os meus filhos dormindo, choro. A coisa tá difícil. Discuto com o meu esposo. Se tivesse as coisas dentro de casa não era tão estressada (sic)”*.

Outra entrevistada de um assentamento de “ex-ribeirinhos” desalojados pelas barragens no rio Tocantins disse que antes de morar no atual assentamento sua família exercia atividades de subsistência envolvendo agricultura, pesca, criação de pequenos animais e extrativismo (côco de babaçu e buriti)⁴¹. Com a migração da família para o atual assentamento, a entrevistada disse que seu esposo (ex-pescador) teve as expectativas frustradas por várias tentativas mal sucedidas de lidar com a pecuária de corte e agricultura comercial⁴², entrando em depressão e consequentemente agravando outros problemas de saúde: *“Na Ilha”⁴³ a gente não precisava*

⁴¹ Trata-se de duas espécies de palmeiras comuns na região Norte do Brasil, muito utilizadas pelas famílias sertanejas tocantinenses. Suas palhas são geralmente utilizadas para construção de casas. Suas fibras para confecção de chapéus, esteiras e artesanatos no geral. Os seus frutos podem ser consumidos *in natura* ou processados para fazer óleo, polpa de fruta e remédios medicinais.

⁴² As famílias desalojadas das áreas de barragens receberam cabeças de gado e sementes como dotação inicial das empresas construtoras das barragens. Essas empresas realizam convênios com órgãos de desenvolvimento rural da região para fornecer assistência técnica temporária aos novos assentados.

⁴³ A entrevistada se refere à Ilha de São José no rio Tocantins, distrito do município de Babaçulândia. Conforme já exposto no capítulo anterior, essa localidade foi impactada pela construção da barragem da usina hidrelétrica de Estreito (MA).

vender as coisas, a terra era boa, não tinha custo pra produzir e a alimentação era mais saudável. Aqui a terra é ruim, a gente produz tudo com veneno, trabalha mais de oito horas por dia e a nossa saúde é mais precária”, disse preocupada.

Tais situações adversas enfrentadas cotidianamente por essas famílias podem ser fatores desencadeadores de estresse e depressão. Como visto na discussão acerca da pobreza, afetos ou emoções negativas podem ser um dos fatores causais para o aumento da impaciência, gerando efeitos financeiros nocivos na vida econômica dos pobres (Duflo, 2012; Lerner et al., 2012; Dean, 2017; Haushofer & Ferh, 2015).

Verificou-se que em algumas entrevistas que nem sempre a falta de aspirações está relacionada às condições de escassez material. Outros fatores podem somar-se à pobreza para explicar a falta de aspirações. Entrevistados que foram vítimas de violência doméstica e crimes de pistolagem, ou têm problemas de vícios na família nem sempre conseguem falar sobre o tema de forma tranquila. Muitos se emocionam ao relatar esses infortúnios: *“Não sei dizer... Não me vejo no futuro. Vivo assustada por causa da violência que sofri”,* diz uma jovem assentada ao relatar a violência que sofreu de um pistoleiro na ausência de seu esposo na residência. Uma senhora preocupada com problemas de vícios na família diz: *“Acho que não vou andar mais. Tenho muitas dores. Tenho filho que bebe cachaça, me preocupo com esse filho. Meu medo é a droga. Sonhei que meu neto tinha se acidentado. Não durmo bem”.* Outra assentada, ao relatar violência sofrida pelo agressor, seu ex-esposo, diz emocionada: *“Não me sinto bem. Não sei como responder”.*

A trajetória de vida dessas famílias é marcada por histórias de violência e, ainda que a maioria evite falar sobre o assunto, essas histórias são fatores que justificam o pessimismo e ceticismo dessas famílias em relação ao futuro. Portanto, essa recriação parcial do passado e reinterpretação do presente, evidenciada no curso das entrevistas, remete em alguma medida a padrões comportamentais da cultura da pobreza de Lewis (1966), conforme visto na revisão teórica. Juntam-se os fragmentos de um passado destruído e, a partir disso, tenta-se reconstruir o presente de uma vida residual até aqui marcada pela incerteza.

A percepção do horizonte temporal futuro para muitos dos entrevistados está relacionada às estações climáticas da região, que são marcadas pelo período de chuvas (inverno) e estiagem (verão). Ou seja, a noção de futuro é de curtíssimo prazo, sendo o horizonte temporal de no máximo seis meses: *“Vai piorar mais, as chuvas não são como antes. A vaca valia R\$ 1.500,00, hoje querem pagar R\$ 1.000,00, a situação está difícil sem emprego”,* diz um assentado ao se preocupar com as alterações do clima para o semestre seguinte. Outro

entrevistado relata: *“Não sei pensar nisso. Cada inverno que a gente passa vai enfraquecendo cada vez mais. A coisa tá difícil⁴⁴”*.

A baixa capacidade a aspirar também foi identificada entre os jovens assentados: *“Tinha o sonho de me formar (ensino médio), mas não tive como continuar os estudos por causa do trabalho na roça e agora tenho família para sustentar”*. Outro entrevistado diz: *“amanhã não sei se estarei vivo. Toda vida fui pobre. Nunca tive a intenção de enriquecer”*. Esses fragmentos de frases revelam claramente a ideia da armadilha das aspirações que pode estar relacionada à falta de oportunidades sociais. A falta de escolaridade pode prejudicar a possibilidade de se romper com a cultura da acomodação como defende Galbraith (1979).

Observou-se também que nos assentamentos em que os lotes não são legalizados, sobretudo no caso das ocupações mais recentes, as famílias declararam não ter capacidade de fazer planejamento para um horizonte temporal mais distante, como bem retratou uma assentada: *“Sem legalizar a terra não tem como fazer nada”*. Outra senhora expressou sua preocupação com a legalização da terra nos seguintes termos: *“Não tenho palavras. Quero ter uma casa para morar com meus filhos. Não tenho ninguém aqui dentro e acho que não vai vingar o assentamento”*. Portanto, o fluxo migratório das famílias entre os assentamentos da região e a incerteza da fixação na nova terra ocupada podem ser um dos fatores que limitam o horizonte temporal das famílias.

Poucos foram os entrevistados que apresentaram uma maior capacidade a aspirar: *“Tenho plano bom: aumentar o gado e investir na terra. Quero melhorar minha situação financeira. Procuro ser feliz e fazer os outros felizes. Ajudo muita gente aqui”*, diz uma entrevistada ao relatar que faz doações, quando possível, aos vizinhos. Outra senhora que no período da entrevista enfrentava problema de fome disse: *“Me vejo no futuro com fartura na mesa”*.

Essas entrevistas que evidenciam alguma esperança no futuro são, porém, exceções num quadro geral de baixas aspirações. De uma maneira geral, as várias condições que definem a pobreza tolhem a capacidade que os entrevistados possam ter de visualizar seu futuro, mesmo num horizonte temporal de curta duração. Essa constatação será retomada no capítulo que se segue.

⁴⁴ O termo “enfraquecer” ou a expressão “estou fraco” são utilizados pelos assentados para descrever uma situação financeira adversa.

5. CONCLUSÃO

O objetivo geral desta tese foi estudar, a partir de dados coletados em uma pesquisa de campo, como as famílias que vivem em condição de pobreza tomam decisões em relação à poupança. Mais especificamente, buscou-se estudar a tomada de decisão financeira e a vida econômica das famílias pobres de assentamentos rurais situados na região norte do estado do Tocantins. O problema que orientou a realização desta pesquisa, inspirado na economia comportamental do desenvolvimento, foi o seguinte: afinal, se os pobres têm vida financeira e querem poupar, como sugere parte da literatura de microfinanças, por que não poupam?

Para alcançar este objetivo geral e responder à questão proposta, partiu-se de uma revisão da literatura especializada, que orientou a pesquisa de campo, fundamentada numa reconstituição do desenvolvimento histórico da área abrangida pelo estudo e dos assentamentos rurais que foram nela estabelecidos. A partir de uma definição dos procedimentos metodológicos adotados, os principais resultados da pesquisa foram apresentados e discutidos no capítulo 4.

Neste capítulo final, os resultados da investigação são resumidos e analisados. Discute-se também a contribuição que este trabalho pode trazer para a literatura da economia comportamental do desenvolvimento, bem como as implicações políticas das descobertas empíricas, indicando-se ainda os pontos que merecem ser aprofundados em futuras pesquisas.

Os resultados da pesquisa de campo conduzida em assentamentos rurais situados no norte do estado do Tocantins confirmam as precárias condições de sobrevivência das famílias, sua incapacidade de planejar seu futuro e seu baixo nível de aspirações.

Muito diferente do sujeito da agricultura familiar dos modelos coletivistas de reforma agrária, idealizados por governos e movimentos sociais rurais, os assentamentos pesquisados são constituídos por populações marginalizadas das relações de trabalho urbano e rural ou posseiros que foram violentamente expulsos das terras que ocupavam. A ideia de pequeno agricultor de tradição familiar, que tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia, bem como suas atividades produtivas, nem de longe reflete as características socioeconômicas da maioria das famílias entrevistadas. Portanto, não predomina nesses assentamentos o agricultor tradicional, que ocupa sua terra há gerações.

Dada a instabilidade no fluxo da renda agrícola, as famílias adotam diferentes estratégias para obter outras fontes de ganhos de acordo com as oportunidades que encontram. As

condições tradicionais do trabalho agrícola e a flutuação na renda somam-se às instabilidades decorrentes de uma região com passado recente de conflitos de terras.

Nessas condições adversas, constatou-se que as oportunidades de auferir renda em atividades de agricultura familiar não proporcionam ganhos suficientes para as famílias afetadas e para as novas gerações. Parte significativa dos filhos dessas famílias migra para o meio urbano, encontrando-se geralmente em situação de subemprego. Nesse sentido, a migração dos jovens assentados não constitui uma real oportunidade de superação da pobreza, caracterizando-se, mais, como uma transferência da pobreza do meio rural para o meio urbano. É importante destacar que a evasão dos jovens nos assentamentos reduz significativamente a disponibilidade de mão de obra para a produção agrícola, levando as famílias a se endividarem no comércio local para a compra de produtos de primeira necessidade.

A falta de condições de acesso à educação formal ajuda a explicar esse padrão. Poucos são os jovens das famílias entrevistadas que concluem o ensino fundamental. Para muitas famílias de baixa renda que vivem em locais isolados dos centros urbanos, como é o caso da região pesquisada, manter os filhos na escola representa um elevado custo de oportunidade em relação à possibilidade de renda imediata auferida no trabalho. Os recursos oriundos de programas de transferência de renda, ainda que sejam uma parte importante do orçamento familiar, são insuficientes para o atendimento das necessidades básicas da população, que incluem, além de comida e moradia, itens de consumo como transporte e uniforme, associados à frequência escolar de crianças e adolescentes.

É preciso acrescentar que existem pouquíssimas escolas rurais na região dos assentamentos. As escolas de ensino fundamental II e de nível médio estão localizadas nas sedes dos municípios. Os estabelecimentos existentes apresentam infraestrutura precária, comprometendo o seu funcionamento. Claramente, nessa situação a ausência de capacitação para realizar o potencial de cada pessoa conduz a um visível desperdício de talento humano, impedindo as novas gerações de exercer plenamente sua liberdade de escolha.

A privação de liberdade dessas famílias vincula-se também à carência ou o não acesso aos serviços públicos essenciais: direito à água e saneamento básico. A falta desses bens públicos pode ser uma das fontes de perpetuação da pobreza, por conta da alta incidência de doenças causadas pelas precárias condições sanitárias, que acarretam perda de renda.

É frequente entre as famílias da região a conversão das terras, supostamente destinadas para a atividade produtiva geradora de renda no âmbito de um programa de reforma agrária, em ativos financeiros negociáveis no mercado. Foi possível constatar que o processo de especulação em torno da venda e do arrendamento de terras públicas é intenso na região dos

assentamentos. A redução significativa de terras para produção aumenta a vulnerabilidade das famílias, pela impossibilidade de produzir alimentos e criar animais em volume necessário à sua subsistência. Tais fatos expõem a fragilidade da política de regulação fundiária das terras públicas na Amazônia Legal, sugerindo a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada, com o objetivo de retratar o atual processo de “favelização” dos assentamentos no norte tocaninense.

As famílias que dispõem de poucos ativos produtivos, tais como máquinas e equipamentos, não conseguem produzir alimentos suficientes para a estocagem durante o período da seca ou “período da fome”. Nesta fase do ano, a renda doméstica cai abruptamente, especialmente dos chefes de famílias que dependem do trabalho ocasional nas fazendas da região, e o endividamento torna-se crescente com os credores informais. A privação de capacitações se dá nessa situação pela ausência de liberdades substantivas: o risco da desnutrição que pode comprometer funcionamentos elementares dos indivíduos.

Nessas condições adversas, as forças que empurram uma família para a armadilha da pobreza são tão perversas que destroem num espaço reduzido de tempo os poucos ativos que elas demoraram a construir durante anos. Além de emergências com saúde, os eventos decorrentes de conflitos agrários característicos dessa região são os de maior incidência e gravidade, capazes de destruir ativos e provocar um efeito devastador na vida econômica das famílias.

Constatou-se que a produção agrícola familiar não se limita somente à subsistência ou venda do excedente. A produção é um eixo de um sistema de endividamento que liga de forma personalizada as famílias a atores sociais dos quais depende sua sobrevivência. A prática de “produção na meia” e a ajuda mútua entre os assentados entrevistados realçam os laços financeiros existentes nas relações sociais, baseados na confiança como importantes mecanismos de reciprocidade para enfrentamento de crises. Verificou-se também que as famílias realizam transações não monetárias a todo tempo, fato que revela a fraca circulação de dinheiro na economia informal dos assentamentos da região.

O baixo uso ou o não acesso aos serviços de crédito bancário nos assentamentos foi justificado pelas famílias pela insuficiência de renda e falta de garantias para assumir as parcelas das dívidas. Essas famílias frequentemente concedem e tomam pequenos empréstimos com parentes, amigos e vizinhos para cobrir necessidades repentinas.

Verificou-se que pouquíssimas famílias têm caderneta de poupança e fazem depósitos em suas contas bancárias. Basicamente, elas atribuem o não uso desse serviço bancário à insuficiência de renda. Outras barreiras a poupar identificadas no curso das entrevistas foram:

elevados custos de transação, falta de confiança no sistema bancário e falta de conhecimento do funcionamento dos serviços de poupança. De um modo geral, as famílias manifestam o interesse em poupar e reconhecem que a poupança é um importante mecanismo de enfrentamento de riscos, no entanto, devido às condições financeiras adversas daquele momento, poupar não era prioridade para a maioria delas.

Devido às dificuldades dessas famílias em acessar o sistema financeiro, de forma a atender as suas demandas, elas são altamente dependentes dos credores informais: agiotas, comerciantes e vendedores ambulantes de cestas básicas. Os elevados custos de transação, as condições monopolistas de comercialização de produtos de primeira necessidade e as taxas de juros exorbitantes cobradas nos empréstimos conduzem essas famílias a um ciclo vicioso de endividamento difícil de romper. É preciso acrescentar que as famílias a todo tempo estão preocupadas com essas dívidas e empenham-se para se manter adimplentes junto aos credores informais. A grande parte da renda auferida por elas é destinada ao pagamento desses credores.

A poupança não monetária é largamente utilizada pelas famílias, merecendo destaque para a aquisição de animais e bens, para atender necessidades de curto prazo. As famílias empregam continuamente as poucas sobras do orçamento na compra de animais. No entanto, essa modalidade de poupança, embora importante, poucas vezes se traduz em investimentos e, portanto, não gera um ciclo virtuoso de bem-estar material no processo de desenvolvimento das famílias no longo prazo. Esses ativos apresentam elevados níveis de risco de perda real e baixo retorno, sobretudo no período de seca que é a fase onde as famílias mais precisam de recursos.

Constatou-se que a maioria dos entrevistados apresentou um padrão de preferências intertemporais diferente daquele observado em pesquisas empíricas anteriores, em que a taxa de desconto futuro tende a decrescer ao longo do tempo. De um modo geral, tanto no quadro de escolhas de curto prazo como no quadro de escolhas distantes, os indivíduos apresentaram preferências voltadas para o presente, e esse padrão não se altera quando o momento da escolha é adiado.

As evidências de campo revelaram que as pessoas que vivem em condições de extrema pobreza têm dificuldades visualizar a si mesmas no futuro. Observou-se que a baixa capacidade a aspirar dos entrevistados distorce a qualidade do processamento de informações de modo que os mesmos não conseguem estabelecer metas e visualizar oportunidades potenciais no horizonte.

É preciso acrescentar que os estados emocionais negativos (estresse, tristeza, angústia) manifestados pelos indivíduos, seja pelas precárias condições de vida ou traumas resultantes de vários tipos de violência nos assentamentos, são aspectos importantes que aparecem no curso

das entrevistas, como fatores que limitam a capacidade de aspirar dessas pessoas. Somam-se à limitação do horizonte temporal das famílias as incertezas inerentes às estações climáticas (período da seca) e a insegurança na posse da terra dado o predomínio dos conflitos agrários na região.

Portanto, essas restrições internas comprometem a tomada de decisão em relação à poupança, reforçando os elos de uma engrenagem que leva as famílias ao endividamento junto aos credores informais, descapitalização de ativos e gastos dos recursos provenientes da poupança não monetária para atender as necessidades de curtíssimo prazo. Como visto, esses atos financeiros se processam em mercados imperfeitos, os riscos são mais elevados, os preços são altos, os juros a pagar são exorbitantes e parte da renda futura já está comprometida em dívidas.

Diante desses resultados, uma das sugestões para o aprimoramento da política social é que programas de combate à pobreza tenham como foco ampliar a *bandwidth* (banda de frequência) na qual as famílias rurais da região tomam suas decisões, econômicas e não econômicas. Uma família muito pobre tende a eleger como prioridade um reduzido conjunto de tarefas a serem executadas a cada vez: o que irá comer naquele dia, como pagará as contas no fim do mês ou como juntará dinheiro para reformar o telhado da casa que está furado. Grande parte de seu processamento cognitivo é investido nesse tipo de tarefa, restando-lhe poucos recursos mentais para pensar em poupar para a aposentadoria ou investir na educação de seus filhos. Como vêm demonstrando os psicólogos comportamentais, a pobreza reduz a largura da banda disponível para o exercício das escolhas.

Esse tipo de constatação empírica foi reforçado na pesquisa aqui relatada. A baixa capacidade de aspirar e a preocupação excessiva com a sobrevivência imediata elevam a impaciência dos entrevistados, comprometendo severamente sua capacidade de poupança e sua capacidade de decisão em relação ao futuro. As escolhas que fazem, nesse contexto, perpetuam sua condição de pobreza.

O desenvolvimento humano, como discutido no início deste trabalho, está relacionado à liberdade efetiva das pessoas de realizarem seus projetos. Dito de outra forma, o propósito do desenvolvimento econômico é capacitar as pessoas a buscarem uma vida digna e minimamente próspera, desenvolvendo seu potencial. Neste contexto, as políticas públicas devem estar voltadas para ampliação das opções que um indivíduo pode realmente considerar, promovendo as capacitações humanas mais importantes, sobretudo, as capacitações internas – por meio da educação, recursos para melhorar a saúde física e mental, oportunidades sociais, programas de empoderamento etc. Para o propósito deste trabalho, políticas públicas baseadas no

desenvolvimento das capacitações internas podem ampliar o nível de aspirações das pessoas que vivem em condição de pobreza, permitindo que façam melhores escolhas.

De uma maneira geral, é possível afirmar que o fracasso de muitos programas de combate à pobreza é explicado pelo fato de serem destinados a atender um público de “bons” comportamentos e agentes racionais, com preferências consistentes, sem levar em consideração as barreiras cognitivas a que estão sujeitas as populações que vivem em condições de pobreza. Atuar na dimensão puramente monetária da pobreza, aumentando os mecanismos de financiamento, facilitando o acesso às instituições bancárias e de seguro, distribuindo estímulos monetários e assim por diante não é suficiente. As políticas públicas devem ser concebidas de tal forma a levar em conta as dimensões não monetárias da pobreza, com o objetivo de agir sobre as barreiras cognitivas dos indivíduos, para superá-las ou pelo menos atenuá-las.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se, primordialmente, aprofundar o conhecimento existente sobre a pobreza multidimensional, nas condições brasileiras e nas várias regiões que integram o país. Há ainda poucas evidências sobre o efeito causal que diferentes intervenções de política pública de combate à pobreza têm sobre o bem-estar psicológico e a capacidade de decisão dos beneficiados. A dimensão temporal permanece inexplorada no contexto da pobreza. Não se sabe se a amenização da pobreza leva a um aumento permanente ou transitório no bem-estar psicológico. Além de muitas evidências terem sido coletadas em estudos feitos fora do Brasil, que frequentemente se restringem, muitas vezes, a estudos de laboratório, a literatura não faz a necessária diferença entre os efeitos do estresse agudo e crônico sobre a escolha econômica. Dado que a pobreza também é uma condição crônica, futuros estudos devem explorar os efeitos de mudanças no nível de estresse e afetos negativos sobre as escolhas econômicas, em condições de campo.

Esta pesquisa se limitou a estudar a tomada de decisão das famílias pobres em relação à poupança, com foco no viés do presente e capacidade a aspirar. No entanto, outros vieses cognitivos que podem distorcer a tomada de decisão econômica dos pobres podem ser explorados em pesquisas de campo. A pesquisa comportamental documenta vieses nas preferências (problemas de autocontrole; aversão à perda); nas expectativas (excesso de otimismo); na percepção dos juros (viés do crescimento exponencial); e na tomada de decisão condicionada a outras variáveis (atenção limitada e falácia do planejamento). Todos esses aspectos merecem ser investigados nas condições brasileiras.

Em suma, conclui-se que traços psicológicos como a incapacidade de planejar o futuro e baixo nível de aspirações são barreiras difíceis de transpor. No contexto da pobreza, ampliar

a compreensão dessas restrições internas ajudaria o indivíduo a exercer melhor sua liberdade de escolha e, ao mesmo tempo, ajudaria na formulação de políticas públicas mais efetivas.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, Ricardo. (Org). (2004). *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza*. São Paulo: Anhlume, FAPESP. ADS-CUT. SEBRAE.
- Acemoglu, D., & Robison, J. (2012). *Why Nations Fail*. New York: Crown Business.
- Aguiar, M. A. A. (2007). *Integração das Terras do Centro-Oeste: o caso de Goiás*. Estudos Vida e Saúde. (Vol. 34, nº 9-10, pp. 783-805).
- Aleem, I. (1990). *Imperfect Information, Screening, and the Costs of Informal Lending: A Study of a Rural Credit Market in Pakistan*, 4 (3), 329-349. World Bank Economic Review.
- Alkire, S. & Deneulin, S. (2009). *The Human Development and Capability Approach*. In S. Deneulin & L. Shahani (Eds.) *An Introduction to Human Development and Capability Approach*. London: Earthscan. Disponível em: < <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/bitstream/handle/10625/40248/IDL-40248.pdf> >. Acesso: 13.jun.2018.
- Alsop, R., Bertelsen, M.F., & Holland, J. (2006). *Empowerment in Practice: From Analysis to Implementation*. Washington, DC: World Bank (Directions in Development).
- Anderloni, L., & Carluccio, E. M. (2006). Access to bank accounts and payment services, em Anderloni, L., Braga, M.D., Carluccio, E. M. (ed) *New Frontiers in Banking Services: emerging needs and tailored products for untapped markets*. Nova York, Springer.
- Angeletos, G. M., Laibson, D., Repetto, A., Tobacman, J. & Weinberg, S. (2001). *The Hyperbolic Consumption Model: calibration, simulation, and empirical evaluation*. Journal of Economic Perspectives, 15(3), 47-68.
- Appadurai, A. (2004). *The capacity to Aspire: culture and the terms of recognition*. In.: Rao, V. & Walton, M. Culture and Public Action. Standford University Press. Washignton, DC 20433.
- Aquino, N. A. de. (1996). *A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins*. (Dissertação de Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG.
- Aristóteles. (1991). *Ética a Nicômac*. Poética/Aristóteles. J. A. M. Pessanha: 4a ed. São Paulo. Nova Cultural, Os pensadores, vol. 2.
- Ashraf, N., Karlan, D. & Yin, W. (2006). *Tying Odysseus to the Mast: evidence from commitment savings products in the Philippines*. Quartely Journal of Economics, 635-672.
- Athias, L. & Oliveira, L. (2016). Indicadores de padrão de vida e distribuição de renda. In: A. Simões & B. Fresneda (Orgs.). *Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 110-157. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, nº. 5).

Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98624.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

- Ávila, F., & Bianchi, A. M. (2015). *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. 1a ed. São Paulo: economiacomportamental.org.
- Banerjee, A., & Mullainathan, S. (2010). *The Shape of Temptation: Implications for the Economic Lives of the Poor*. NBER Working Paper 15973.
- Banerjee, A., & Duflo, E. (2012). *A Economia do Pobres: repensar de modo radical a luta contra pobreza*. Lisboa: Temas & Debates.
- Barnes, C. (1996). *Assets and the Impact of Microenterprise Finance Programs* (June). AIMS paper. Washington, D.C. Management Systems International.
- Barnes, C., & Keogh, E. (1999). *An Assessment of the Impact of Zambuko's microenterprise program in Zimbabwe: baseline findings*. Working paper. Washington, D.C: AIMS.
- Baumeister, R. F., Bratslavsky, E., Muraven, M., & Tice, D. M. (1998). *Ego Depletion: Is the Active Self a Limited Resource?* Journal of Personality and Social Psychology, 74(5), 1252-1265.
- Benzion, U., Rapoport, A., & Yagil, J. (1989). *Discount rates inferred from decisions: An experimental study*. Management Science, 35 (3), 270-284.
- Bergamasco, S. M., & Nader, L. A. C. (1996). *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense.
- Beshears, J., Choi, J., Laibson, D., Madrian, B., & Sakong, J. (2011). *Self-control and liquidity: How to design a commitment contract*. Working paper, Department of Economics, Harvard University, nº 1903.
- Bianchi, Ana. Maria. (1983). *Mobilidade, Estratégia de Sobrevivência*. IPE-USP: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.
- Bianchi, Ana Maria. (2018). O tempo das escolhas. 17.set.2018. Disponível em: <<http://www.economiacomportamental.org/blog/>>. Acesso em: 18.set.2018.
- Breton, B. L. (2000). *Todos sabiam: a morte anunciada do Padre Josimo*. 1a ed. São Paulo: Loyola.
- Brusky, B., & Fortuna, J. P. (2002). *Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo de duas cidades*. Relatório final. Rio de Janeiro: BNDES/PDI.
- Buainain, A. M., Dedeca, C. S., & Neder, H. (2013). *Características Regionais da Pobreza Rural no Brasil: algumas implicações para políticas públicas*. In: C.Miranda., B. Tiburcio., M .Buainain & C .Dedeca (Orgs.). *A Nova Cara da Pobreza Rural: desenvolvimento e questão regional*. Brasília: IICA, 33-57. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>>. Acesso: 13.dez.2017.

- Búrigo, L. F. (2010). *Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito solidário rural no Brasil*. Chapecó, SC: Argos.
- Camerer, C. F., & Loewenstein, G. (2004). *Behavioral Economics: Past, Present, Future*. In.: Camerer, Colin F; Loewenstein, George; Matthew, Rabin. *Advances in Behavioral Economics*. Princeton University Press, 22-27.
- Case, A., & Deaton, A. (2009). *Health and well-being in Udaipur and South Africa. Developments in the economics of aging*, 317.
- Cattaneo, M., Galiani, S., Gertler, P. J., Martinez, S., & Titiunik, R. (2009). *Housing, health, and happiness*. *American Economic Journal. Economic Policy*, 1, 75–105.
- Cavalcante, M. do E. S. R. (1999). *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás (1921-1988)*.
- Cavalcante, M. E. S. R. (2003). *O discurso autonomista do Tocantins*. Goiânia: Editora da UCG.
- Carneiro, A., & Cioccarri, M. (2010). *Retrato da Política de Repressão no Campo (1962 – 1985): camponeses torturado, mortos e desaparecidos*. Brasília – MDA.
- Chambers, R. (1983). *Rural Development: Putting the Last First*. London: Logmans.
- Chen, E., Cohen, S., & Miller, G. E. (2010). *How Low Socioeconomic Status Affects 2-Year Hormonal Trajectories in Children*. *Psychological Science*, 21 (1), 31-37.
- Chizzoti, A. (1995) *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Cohen, S., Doyle, W. J., & Baum, A. (2006). *Socioeconomic Status Is Associated With Stress Hormones*. *Psychosomatic Medicine*, 68 (3), 414-420.
- Cole, S., Sampson, T., & Zia, B. (2010). *Prices or Knowledge? What Drives Demand for Financial Services in Emerging Markets?* Working paper 09-117. Havard Business School.
- Collins, D., Morduch, J., Rutherford, S., & Ruthven, O. (2009). *Portfolio of the Poor: how the world's poor live on two dollars a day*. Princeton University Press.
- Collier, P. (2007). *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It*. Oxford: Oxford University Press.
- Cornelise, S., Ast, V., Haushofer, J., Seinstra, M., & Joels, M. (2014). *Time-dependent effect of hydrocortisone administration on international choice*. SSRN Working Paper Series.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. (2016). *Conflitos no Campo – Brasil*. CPT Nacional – Brasil, 2016. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo->

- brasil-publicacao/14061-conflitos-no-campo-brasil-2016?Itemid=0 >. Acesso: 02. Mar.2018.
- Crocco, M. A., Santos, F., & Figueiredo, A. (2013). *Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória*. *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº 3 (132), 505-526. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n3/v33n3a08.pdf> >. Acesso: 03. Mar.2018.
- Dalton, P. S., Ghosal, S., & Mani, A. (2016). *Poverty and Aspirations Failure*. *Economic Journal* 126, 165–188.
- Datafolha. (2017). Pesquisa sobre imediatismo brasileiro. Folha de São Paulo. Instituto de Pesquisa Data Folha. São Paulo, p. A13, 11.dez.2017. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1942232-levantamento-revela-imiatiismo-e-baixa-tendencia-a-poupanca-do-brasileiro.shtml> >. Acesso: 25.jan.2018.
- Dean, E. B., Schilbach, F., & Schofield, H. (2017). *Poverty and Cognitive Function*. In.: *The Economics of Poverty Trap*. Chapter. No published. Disponível em: < <http://www.nber.org/chapters/c13830.pdf> >. Acesso: 23.out.2017.
- Deaton, A. (1992a). *Household Saving in LDCs: Credit Markets, Insurance and Welfar*. *Scand. J. of Economics* 94(2), 253-273.
- Deaton, A. (2005). *Franco Modigliani and the life-cycle theory of consumption*. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, vol. 58(June-Sept.), 91–107.
- Decreto* n. 8.794, de 29 de junho de 2016. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, que institui o Plano Brasil Sem Miséria, e dá outras providências, Brasília, junho, 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm >. Acesso: 01.mar.2018.
- Decreto* de Lei nº 1.799, de 5 de agosto de 1980. Reestrutura o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1799.htm >. Acesso: 28.mar.2018.
- DellaVigna, S. (2009). *Psychology and Economics: evidence from field*. *Journal of Economic Literature*, 472, 315-372.
- Dhami, S. (2016). *The Foundations of Behavioral Economic Analysis*. United Kingdom: Oxford University Press, 568-604.
- Drezè, J., & Sen, A. (1989). *Hunger and Public Action*. Oxford: Oxford University Press
- Duflo, E. (2012). *Human values and the design of the fight against poverty*. Tanner Lecture, May. Disponível em: < https://www.povertyactionlab.org/sites/default/files/documents/TannerLectures_EstherDuflo_draft.pdf >. Acesso: 17.mar.2017.

- Dupas, P., & Robinson, J. (2013). *Why Don't the Poor Save More? Evidence from Health Savings Experiments*. *American Economic Review* (2013), 103 (4), 1138-71.
- Dupas, P., & Robinson, J. (2013). *Savings Constraints and Microenterprise Development: Evidence from a Field Experiment*. *American Economic Journal: Applied Economics* 5(1), 163- 92.
- Easterly, W. (2006). *The Withe Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and so Good*. Oxford University Press.
- Evans, G. W., & English, K. (2002). *The Environment of Poverty: Multiple Stressor Exposure*. *Child Development*, 73 (4), 1238-1248.
- Fernald, L., & Gunnar, M. R. (2009). *Effects of a Poverty-Alleviation Intervention on Salivary Cortisol in Very Low-Income Children*. *Social Science & Medicine*, 68 (12), 2180- 2189.
- Frederick, S., Loewenstein, G., & O'Donoghue, T. (2004). *Time Discounting and Time Preference: a critical review*. In.: C. F. Camerer, G. Loewenstein, & R. Matthew. *Advances in Behavioral Economics*. Princeton University Press.
- Freese, J. (2009). Preferences. In *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*, edited by Peter Hedström and Peter Bearman, 94–114. Oxford, U.K.: Oxford University Press.
- Galab, S., Vennam, U., Komanduri, A., Benny, Liza., & Georgiadis, A. (2013). *The Impact of Parental Aspirations on Private School Enrollment: Evidence from Andhra Pradesh, India*. *Young Lives Working Paper*, 97.
- Galbraith, J. K. (1979). *A Natureza da Pobreza das Massas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Gersovitz, M. (1988). Saving and development. In.: *Handbook of development economics*, Vol. 1., ed. H. Chnery and T. Srinivan, Amsterdam: Elsevier.
- Gertler, P., & Gruber, J. (2002). *Insurance Consumption Against Illness*. *American Economic Review*, 92 (1), 51-70.
- Giannetti, E. (2005). *O Valor do Amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros*. São Paulo: Companhia das Letras, 137-192.
- Gil, A. C. (2002). *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias*. 4a ed. – São Paulo: Atlas
- Goda, G., Levy, M., Manchester, C., Sojourner, A., & . Tasoff, J. (2015). *The Role of Time Preferences and Exponential-Growth Bias in Retirement Savings*. *NBER Working Paper Series*, N° 21482, August. Disponível em: < <http://www.nber.org/papers/w21482.pdf> >. Acesso: 29.jun.2018.
- Greeley, M. (1994). *Measurement of poverty and poverty of measurement*. *IDS Bulletin*, 25 (2), 50, 8.

- Harrison, G. W., Lau, M. I., Williams., & Melonie, B. (2002). *Estimating Individual Discount Rates in Denmark: A Field Experiment*. American Economic Review, 92(5), 1606–17.
- Haushofer, J., Laats, J., & Chemin, M. (2012). *Poverty raises levels of the stress hormone cortisol: evidence from weather shocks in Kenya*. Working Paper, Jameel Poverty Action Lab, MIT.
- Haushofer, J., & Shapiro, J. (2013). *Household response to income changes: Evidence from an unconditional cash transfer program in Kenya*. Massachusetts Institute of Technology. Working Paper.
- Haushofer, J., & Fehr, E. (2015). *Sobre a Psicologia da Pobreza*. In: A.M. Bianchi & F. AVILA (Orgs.). *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. 1a ed. São Paulo: EconomiaComportamental. 140-155.
- Hulme, D., & Mosley, Paul. (1996). *Finance against Poverty*. vol. 1. Routledge, London: 105-137.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). *Censo Agropecuário*. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2006/segunda-apuração> >. Acesso: 30.abr.2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < >. Acesso: 30.abr.2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Sistema de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas> >. Acesso. 04. mai. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad> >. Acesso: 02.mar.2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Pesquisa Municipal Pecuária*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2016> >. Acesso: 30.abr.2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Pesquisa Agrícola Municipal Pecuária*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> >. Acesso: 30.abr.2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Terceiro Trimestre de 2017*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/pnadc_201703_trimestre_caderno.pdf >. Acesso: 02. Mar.2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Síntese dos Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:

< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> >. Acesso: 08.abr.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> >. Acesso: 25.jan.2018.

Ifcher, J., & Zarghame, H. (2011). *Happiness and Time Preference: The Effect of Positive in a Random-Assignment Experiment*. *American Economic Review*, 101, 3109-3129.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017). *Relatório Geral dos Assentamento da Reforma Agrária*. Disponível em: < <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> >. Acesso: 07. set.2017.

Janvry, A., & Sadoulet, E. (2016). *Development Economics: theory and practice*. Routledge: New York.

Jodha, N.S. (1988). *Poverty debate in India: a minority view*. *Economic and Political Weekly* (especial issue). November: 2421-2428.

Junqueira, R. G. P. (2004). *Diversificação dos serviços financeiros no Cariri Cearense*. In: R. Abromovay, (Org.). *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza*. São Paulo: Anhlume, FAPESP; ADS-CUT; SEBRAE, 121-144.

Kahneman, D. (2012). *Rápido e Devagar: duas formas e pensar*. 1a ed. São Paulo: Objetiva.

Karellis, C. (2007). *The Persistence of Poverty: Why the Economics of the Well-Off Can't Help the Poor*. Yale University Press.

Karlan, D., Yin, W., & Ashraf, N. (2006). *Tying Odysseus to the Mast: Evidence from a Commitment Savings Product in the Philippines*. *The Quarterly Journal of Economics*, 121 (2), 635-672. Disponível em: < <http://qje.oxfordjournals.org/content/121/2/635.short> >. Acesso: 09. Set. 2016.

Karlan, D., & Appel, J. (2011). *Mais do que boas intenções*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Karlan, D., Ratan, A. L., & Zinman, J. (2013). *Savings By and For the Poor: A Research Review and Agenda*. Economic Growth Center Discussion Paper, nº 1027. Disponível em: < http://www.cgdev.org/sites/default/files/savings-poor-research-review-agenda_1.pdf >. Acesso: 02.abr.2014.

Karnani, A. (2011). *Fighting Poverty Together: Rethinking Strategies for Business, Governments, and Civil Society to Reduce Poverty*. New York: Palgrave Macmillan.

Laibson, D. (1997a). *Golden Eggs and Hyperbolic Discounting*. *Quarterly Journal of Economics*. 62(2), 443–78.

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. *Dispõe do Estatuto da Terra*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm >. Acesso: 03. abril. 2018.

- Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976. *Dispõe sobre o processo discriminatório de terra devolutas da União.* Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L6383.htm >. Acesso: 28.abr.2018.
- Lerner, J., Li, Y., & Weber, E. U. (2012). *The Financial Cost of Sadness.* *Psychological Science*, 24(1).
- Lewis, O. (1966). *The Culture of Poverty.* *Scientific American*, vol. 215, nº 4, 19-25.
- Li, L., Power, C., Kelly, S., Kirschbaum, C., & Hertzman, C. (2007). *Life-Time Socio-Economic Position and Cortisol Patterns in Mid-Life.* *Psychoneuroendocrinology*. 32, 824-833.
- Linhares, M. Y. L., & Silva, F. C. T. da. (1999). *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus.
- Lipton, M., & Maxwell, S. (1992). *The new poverty agenda: An overview.* Discussion Paper, 306. Institute of Development Studies, Brighton.
- Loewenstein, G., & Prelec, D. (1992). *Anomalies in Intertemporal Choice: evidence and interpretation.* In: G. Loewenstein, & J. Elster (Eds.). *Choice over Time.* New York: Russell Sage Foundation, 119-146.
- Lund, C., Breen, A., Flisher, A. J., Kakuma, R., Corrigall, J., Joska, A., J. A., Swartz, L., & Patel, M. (2010). *Poverty and Common Mental Disorders in Low and Middle Income Countries: A Systematic Review, Social Science & Medicine*, vol. 2010, 71 (3), 517-528.
- Lupien, S. J., King, S., Meaney, M. J., & McEwan, B. S. (2001). *Can Poverty Get Under Your Skin? Basal Cortisol Levels and Cognitive Function in Children from Low and High Socioeconomic Status.* *Developmental Psychopathology*, 2001, 13, 651-674.
- Magalhães, R. S. (2004). *Planejamento de Serviços Financeiros para Famílias de Baixa Renda.* In: R. Abramovay, (Org.). *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza.* São Paulo: Anhlume, FAPESP, ADS-CUT; SEBRAE, 2004, 214-246.
- Mani, A., Mullainathan, S., Shafir, E., & Zhao, J. Y. (2013). *Poverty impedes cognitive function.* *Science* 341, Agosto, 976-80.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2007). *Fundamentos de metodologia científica.* – 5a ed. - São Paulo: Atlas.
- Martins, J. S. (2003). *Travessia – A vivência da reforma agrária nos assentamentos.* UFRGS Editora: Porto Alegre.
- Martins, J. S. (2016). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.* 2a ed. São Paulo: Contexto.
- Meier, S., & Sprenger, C. (2009). *Discounting Financial Literacy: Time Preferences and Participation in Financial Education Programs.* Working paper

- Microenterprise Program in Zimbabwe: Baseline Findings (March). AIMS working.
- Mischel, W. (2014). *The marshmallow test: Why self-control is the engine of success*. New York, NY: Little, Brown.
- Monzoni Neto, M. (2008). *Impacto em renda do microcrédito*. São Paulo: Peirópolis: Centro de Estudos em Sustentabilidade – FGV-AESP.
- Morais, I. A. (2014). *Araguaína (TO): enquanto cidade de médio porte no contexto regional*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília.
- Morduch, J., & Schneider, R. (2017). *The Financial Diaries: How American Families Cope in a World of Uncertainty*. Princeton University Press.
- Moser, C. O. N. (1998). *The Asset Vulnerability Framework: reassessing urban poverty reduction strategies*. World Development, vol. 26, nº 1, 1-19.
- Mullainathan, S., & Shafir, E. (2010). *Savings Policy and Decision making in Low-Income Households*. National Poverty Center, nº 24, November.
- Mullainathan, S., & Shafir, E. (2013). *SCARCITY: why having too little means so much* – 1 std: Picador.
- Muramatsu, R. (2006). *Emotions in Action: An inquiry into the explanation of decision-making in the real economic world*. Tese de Doutorado. Erasmus University Rotterdam.
- Muramatsu, R., & Fonseca, P. (2007). *Economia e Psicologia na Explicação da Escolha Intertemporal*. Revista de Economia Mackenzie. vol. 6, nº 1, 87-112.
- Muramatsu, R. (2015). *Lições da Economia Comportamental do Desenvolvimento e Pobreza*. In: A. M. Bianchi & F. Ávila (Orgs.), *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. 1a ed. – São Paulo: economiacomportamental.org, 156-164.
- Muraven, M., & Baumeister, R. F. (2000). *Self-Regulation and Depletion of Limited Resources: Does Self-Control Resemble a Muscle?* Psychological Bulletin, 126(2), 247-259.
- Narayan, D., Patel, R., Schafft, K., Rademacher, A., & Koch-Schudulte, S. (2000). *Can Anyone Hear Us? Voices the Poor*. Oxford University Press. World Bank.
- Neri, M. (2008). *Microcrédito, o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo*. Rio de Janeiro: Editora FGV
- Nunes, B., Rogers, P., & Cunha, G. (2015). *O papel do autocontrole nas decisões financeiro*. In: F. Ávila & A. M. Bianchi. *Guia de Economia comportamental*. 1a ed. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 189-198.
- Nussbaum, M. (1990) *Aristotelian Social Democracy*. In: R. B. Douglas, G. Mara, H.S. Richa. (Orgs). *Liberalism and the Good*. Nova York e Londres: Routledge, 203-252.

- Nussbaum, M. (2011). *Creating Capabilities: the human development approach*. Harvad University Press.
- O'Donoghue, T., & rabin, M. (2004). *Doing it Now or Late*. In: C. F. Camerer, G. Loewenstein, & R. Matthew. *Advances in Behavioral Economics*. Princeton University Press, 222-251.
- Oliveira, G. A. de. (2010). *Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985: cultura e identidade*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista – UNESP: Marília. Disponível em: < https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88747/oliveira_ga_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso: 02. Mar. 2018.
- Oliveira, J. M. M. (2012). *Estratégias Separatistas e Ordenamento Territorial: a criação de Palmas na consolidação do estado do Tocantins*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
- ONU, Organização das Nações Unidas. (2015). *Relatório sobre o Desenvolvimento dos Objetivos do Milênio*. New York. Disponível em: < https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf >. Acesso: 30.jan.2018.
- Palacín, L. (1994). *História de Goiás* – 6a ed. Goiânia: Editora da UCG.
- Pereira, L., & Sepúlveda, P. L. (1990). *Os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio – Tocantins – na década de 1980*. Goiânia: Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás.
- Peterson, C., Meier, S., & Seligman, M. (2005). *Learned helplessness: A theory for the age of personal control*, Oxford University Press, USA.
- Phelps, E. S., & Pollak, R. A. (1968). *On Second-Best National Saving and Game-Equilibrium Growth*. *Review of Economic Studies*. 35, 185–99.
- PNUD, Programa das Nações Humana para o Desenvolvimento (2013). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf >. Acesso: 01.mai.2018.
- PRATHAM. (2014). *Annual Status of Education Report - ASER*. Disponível em: < <http://img.asercentre.org/docs/Publications/ASER%20Reports/ASER%202014/National%20PPTs/aser2014indiaenglish.pdf> >. Acesso: 19.mar.2017.
- Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton University Press, Princeton, NJ.
- Rabin, M. (1998). *Psychology and Economics*. *Journal of Economic Literature*, 36(1), 11-46.

- Rocha, S. (2006). *Pobreza no Brasil afinal, de que se trata?*. Editora: FGV, São Paulo.
- Rodrik, D. (2007). *One Economics, Many Recipes: Globalization, Institutions, and Economic Growth*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Rutherford, S. (1999). *The Poor and Their Money: an essay about financial services for poor people*. Institute for Development Policy and Management. University of Manchester, pp: ii-xix In.: <<http://www.jointokyo.org/mfdl/readings/PoorMoney.pdf>>. Acesso: 16.mar.2016
- Sachs, J. (2005). *The End of Poverty: Economic Possibilities for Our Time*. New York: Penguin Press.
- Samson, A. (2015). *Introdução à Economia Comportamental e Experimental*. In: A. M. BIANCHI, F. ÁVILA (Orgs.). *Guia de Economia Comportamental e Experimental*. 1a ed. – São Paulo: economiacomportamental. 22-37.
- Samuelson, P. A. (1937). *A Note on Measurement of Utility*. *Review of Economic Studies*, 40(2), 155-61.
- Saridjana, N. S, Huizink, A. C., Koetsier, J. A., & Jaddoe, V. W. (2010). *Do Social Disadvantage and Early Family Adversity Affect the Diurnal Cortisol Rhythm in Infants? The Generation R Study, Hormones and Behavior*, 57 (2), 247-254.
- Schöroder, M. (2004). In: R. Abramovay, (Org.) *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza*. São Paulo: Anhblume, Fapesp, ADS-CUT, Sebrae. 71-120.
- Sebstad, J., & Cohen, M. (2000). *Microfinance, Risk Management and Poverty*. Washington, DC, World Bank.
- Secretaria de Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins. SEPLAN. (2017). *Perfil Socioeconômico dos Municípios*. Disponível em : < <https://seplan.to.gov.br/estatistica/perfil-socioeconomico/versao-2017/> >. Acesso: 04.abr.2018.
- Sen, A. K. (2010). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A. K. (2012). *Desigualdade Reexaminada*. 3a ed. Rio de Janeiro: Record.
- Sengupta, R., & Aubuchon, C. (2008). *The Microfinance Revolution: An Overview*. Federal Reserve Bank of St. Louis Review (January–February), 9–30.
- Shefrin, H., & Thaler, R. H. (1988). *The Behavioral Life-Cycle Hypothesis*. *Economic Inquiry*, vol. XXVI, October.
- Silvestro, M. L., Abramovay, R., Mello, M., Dorigon, C., & Balsissera, I.T. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagari; Brasília: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- Spears, D. (2011). *Economic decision-making in poverty depletes behavioral control*. The B.E. Journal of Economic Analysis & Policy. vol. 11.
- Strotz, R. H. (1956). *Myopia and Inconsistency in Dynamic Utility Maximization*. Review of Economic Studies, 23(3), 165-180.
- Thaler, R. (1981). *Some Empirical Evidence on Dynamic Inconsistency*. Economic Letters (8), 201-207.
- Thaler, R. (2016). *Misbehaving: the making of behavioral economics*. Norton & Company.
- Thaler, R., & BENARTZI, S. (2004). *Save More Tomorrow: Using Behavioral Economics to Increase Employee Saving*. Journal of Political Economy, Vol. 112, n° S1, (February), S164-S187.
- Tice, D. M., & Bratslavsky, E. (2000). *Giving in to Feel Good: The Place of Emotion Regulation in the Context of General Self-Control*. Psychological Inquiry, 11(3), 149–59.
- Townsend, P. (1993). *The International Analysis of Poverty*. London: Haverser-Wheatsheaf.
- Urminsky, Oleg; Zauberman, Gal. (2015). *The Psychology of Intertemporal Preferences*. In.: WU, George; GIDEON, Keren (orgs). Wiley-Blackwell Handbook of Judgment and Decision Making. Volume II. Pondicherry: John Wiley.pp: 141-181.
- Wang, W., Rieger, M. O., & Hens, T. (2016). *How Time Preferences Differ: Evidence From 53 Countries*. Journal of Economics Psychology, Forthcoming.
- Watts, T. W., Duncan, G. J., & Quan, H. (2018). *Revisiting the marshmallow test: a conceptual replication Investigating Links Between Early Delay of Gratification and Later Outcomes*. Psychological Science 1-19.
- WDR - World Development Report. *Mind, Society and Behavior*. (2015). Washington, DC: World Bank. doi 10.1596/978-1-4648-0342-0. Disponível em: < <http://www.worldbank.org/en/publication/wdr2015>>. Acesso: 10.dez.2016.
- WHO - World Health Report. (2001). *Mental Health: New Understanding, New Hope*, Geneva: World Health Organization. Disponível em: < <http://www.who.int/whr/2001/en/>>. Acesso: 28.dez.2017.
- WHO - World Health Organization. (2017). *Fact Sheet on Depression*. Disponível em: < <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs369/en/>>. Acesso: 01.jan.2018.
- Wright, G. A. N., Kasente, D., & Mutesasira, L. (1999). *Vulnerability, Risks, Assets and Empowerment—The Impact of Microfinance on Poverty Alleviation* (September). Final report. Kampala, Uganda: MicroSave-Africa and Uganda Women's Finance Trust.
- Zeller, M., Schrieder, G., Bruaun, J. V., & Hidhues, F. (1996). *Rural Finance for Food Security for the Poor*. International Food Policy Research Institute. Food Policy Review 4, 51-82.

APÊNDICE

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	
Nº I__I__I__I	
Assentamento: _____	
—	
Cidade: _____	Estado: _____
Nome do (a) entrevistado (a):	

—	

—	
Telefone: _____	

	Entrevista
Data	I__I__I/I__I__I/I__I__I__I__I Dia Mês Ano
Situação da Entrevista	I__I Completa I__I Parcialmente completa I__I Recusada

SEÇÃO A: INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA
--

A.1. Sexo

1. ☐ Masculino2. ☐ FemininoA.2. Idade

A.3. Posição na Família

1. ☐ Chefe da família2. ☐ Cônjuge

Outros: _____

A.4. Estado Civil

1. ☐ Solteiro (a) 2. ☐ Casado (a) 3. ☐ Separado (a) 4. ☐ União estável5. ☐ Viúvo (a)A.5. Anos de escolaridade:

Grau de instrução: _____

A.6. Raça

1. ☐ Indígena; 2. ☐ Branca; 3. ☐ Amarela; 4. ☐ Preta; 5. ☐ Parda

A.7. Em que lugar morava antes de vir para o assentamento?

A.8. Há quanto tempo está neste assentamento?

A.9. Há quanto tempo trabalha como produtor(a) rural?

A.10. Participou do processo de ocupação do assentamento?

1. ☐ Sim2. ☐ Não

A.11. O (a) sr (a) desenvolvia outra atividade antes de chegar no assentamento?

1. ☐ Sim2. ☐ Não

Se sim, qual? _____

SEÇÃO B: DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA (renda e ativos)

B.1. Quantas pessoas moram nesta residência? (Especificar número de crianças, idosos e portadores de necessidades especiais.)

B.2. Quantas pessoas da família recebem renda? (Especificar.)

I __ I __ I

B.3. Das pessoas que aqui moram quais ajudam nas despesas da casa? (Especificar fontes: trabalho, bolsa família, pensões, aposentadorias, etc.)

B.4. Quanto mais ou menos a família ganha por mês?

B.5. Quantos cômodos tem sua casa (excluindo os banheiros)?

I __ I __ I

B.6. Quanto banheiros há em sua residência?

I __ I __ I

B.7. Dos bens relacionados abaixo, quais você possui em sua propriedade?

Bens	Quais você possui em sua propriedade?		Quantidade
	1. Sim	2. Não	
Celular	(1)	(2)	I _ I _ I
Televisão	(1)	(2)	I _ I _ I
Máquina de costura	(1)	(2)	I _ I _ I
Triturador (farinha/ração)	(1)	(2)	I _ I _ I
Carro	(1)	(2)	I _ I _ I
Motocicleta	(1)	(2)	I _ I _ I
Bicicleta	(1)	(2)	I _ I _ I
Geladeira	(1)	(2)	I _ I _ I
Congelador	(1)	(2)	I _ I _ I
Fogão	(1)	(2)	I _ I _ I
Filtro de água	(1)	(2)	I _ I _ I
Terra própria para produção (em alqueires)	(1)	(2)	I _ I _ I _ I.
Bovinos	(1)	(2)	I _ I _ I _ I
Suínos	(1)	(2)	I _ I _ I _ I
Equinos	(1)	(2)	I _ I _ I _ I
Outros (especificar):			

B.8. Dos bens públicos relacionados abaixo, a quais você tem acesso no assentamento?

Bens	1. Sim	2. Não	Fonte:
Água potável	(1)	(2)	
Rede de coleta de esgoto	(1)	(2)	
Coleta de lixo	(1)	(2)	
Eleticidade	(1)	(2)	
Rede de telefonia fixa/móvel	(1)	(2)	
Transporte público	(1)	(2)	
Posto de saúde	(1)	(2)	
Escolas	(1)	(2)	

Comentários do entrevistado:

B.9. Participa de alguma comunidade religiosa (igreja)?

1. I _ I Sim

2. I _ I Não

Se sim, qual? _____

B.10. Com que frequência você vai às reuniões de sua comunidade religiosa?

1. ☐ I Uma vez por semana
2. ☐ I Duas vezes por semana
3. ☐ I Mais de duas vezes por semana
4. ☐ I De vez em quando

B.11. O seus principais amigos são da mesma religião que o(a) sr (a)?

1. ☐ I Sim
2. ☐ I Não

B.12. O (a) faz parte de alguma cooperativa, associação de produtores ou outro tipo de organização?

1. ☐ I Sim
2. ☐ I Não

Se sim, quais? → B13

Se não, por quê?

B.13. Considerando a cooperativa/associação principal, o (a) senhor (a) participa das reuniões da cooperativa/associação?

1. ☐ I Não frequenta
2. ☐ I Participa às vezes
3. ☐ I Participa de quase todas
4. ☐ I Participa de todas

SEÇÃO C: Quadro de Escolhas de Curto Prazo (*near-term frame choice*)

C1. Você prefere receber R\$ 80,00 hoje ou este mesmo valor a um mês?

1. ☐ I R\$ 80,00 hoje → C2
2. ☐ I R\$ 80,00 a um mês
3. ☐ I Não sei

C2. Você prefere receber R\$ 80,00 hoje ou R\$ 90,00 a um mês?

1. ☐ I R\$ 80,00 hoje → C3
2. ☐ I R\$ 90,00 a um mês
3. ☐ I Não sei

C3. Você prefere receber R\$ 80,00 hoje ou R\$ 100,00 a um mês?

1. ☐ I R\$ 80,00 hoje → C4
2. ☐ I R\$ 100,00 a um mês
3. ☐ I Não sei

C4. Você prefere receber R\$ 80,00 hoje ou R\$ 110,00 a um mês?

1. ☐ I R\$ 80,00 hoje → C5
2. ☐ I R\$ 110,00 a um mês
3. ☐ I Não sei

C5. Se preferir não receber R\$ 80,00 hoje, quanto estaria disposto a receber a um mês?

Valor: _____

Por quê (para qualquer questão escolhida – C1 a C5)?

SEÇÃO D: DIMENSÃO FINANCEIRA (crédito, poupança e necessidades financeiras)

D1. Como você avalia sua situação financeira atual?

1. ☐ I Excelente
2. ☐ I Boa
3. ☐ I Mais ou menos
4. ☐ I Ruim

Por quê?

D2. Nos últimos doze meses, você ou outros membros da sua residência tomaram algum empréstimo em bancos ou em outras instituições financeiras?

1. ☐ I Sim → D3
2. ☐ I Não

D3. Qual foi a finalidade do empréstimo?

D4. Nos últimos doze meses, você ou outros membros da residência fizeram outras dívidas (cartão de crédito, cheque especial, crediário em loja, comércio local, crediário em nome dos outros)?

1. ☐ I Sim → D5
2. ☐ I Não

D5. Que tipo de dívida?

D6. Nos últimos doze meses, você recebeu ajuda de amigos em situações de falta de dinheiro?

1. ☐ I Sim
2. ☐ I Não

D7. Nos últimos doze meses, você recebeu ajuda de membros de sua família?

1. ☐ Sim

2. ☐ Não

D8. Nos últimos doze meses, você recebeu ajuda de alguma organização (associação de produtores, igreja, cooperativa)?

1. ☐ Sim

2. ☐ Não

D9. Nos últimos doze meses, você ou outros membros da residência emprestaram dinheiro para parentes, amigos ou membros da comunidade?

1. ☐ Sim

2. ☐ Não

D10. Você e sua família costumam gastar todo dinheiro que ganham no mês?

1. ☐ Sim → D10

2. ☐ Não → D11

D11. O que vocês fazem com o dinheiro que sobra?

D12. Se caso sobrasse dinheiro neste mês, o que você faria?

D13. Vocês e/ou outros membros da residência têm conta poupança?

1. ☐ Sim → D14

2. ☐ Não → D15

↓

Se sim, quem?

D14. Nos últimos 12 meses, você e/ou outros membros fizeram depósitos nessa conta poupança?⁴⁵

1. ☐ Sim → D15

2. ☐ Não → D16

D15. Porque vocês têm essa conta poupança?

D16. Porque não poupam? Ou quais os motivos para não pouparem em uma instituição financeira?

D17. Nos últimos 12 meses, houve alguma situação que desequilibrou as “contas de casa”?

1. ☐ Sim → D17

2. ☐ Não

↓

D18. O que houve? Sabe dizer o quanto gastaram e como conseguiram dinheiro para cobrir essa despesa/necessidade financeira?

D19. O que você fez com o dinheiro da última colheita (ano anterior):

1. ☐ Investiu a maior parte do dinheiro na produção (equipamentos, insumos, correção de solo).

Em que?

2. ☐ Investiu a maior parte do dinheiro a melhoria da casa (reforma e construção de casa, compra de bens para casa, carro, moto, celular). Em que?

3. ☐ Investiu a maior parte do dinheiro na educação dos filhos. Em que?

4. ☐ Guardou dinheiro. Em que?

⁴⁵ Frequência com mais três depósitos ao ano

5. I ___ I Pagou dívidas. Em que?

6. I ___ I

Outros _____

D20. Como você se vê no futuro (um ou dois anos)?.

SEÇÃO E: Quadro de Escolha Distante (*distant frame choice*)

E1. Você prefere receber R\$ 80,00 daqui seis meses ou este mesmo valor em sete meses?

1. I ___ I R\$ 80,00 em seis meses → E2

2. I ___ I R\$ 80,00 em sete meses

3. I ___ I Não sei

E2. Você prefere receber R\$ 80,00 daqui seis meses ou R\$ 90,00 em sete meses?

1. I ___ I R\$ 80,00 em seis meses → E3

2. I ___ I R\$ 90,00 em sete meses

3. I ___ I Não sei

E4. Você prefere receber R\$ 80,00 daqui seis meses ou R\$ 100,00 em sete meses?

1. I ___ I R\$ 80,00 em seis meses → E4

2. I ___ I R\$ 100,00 em sete meses

3. I ___ I Não sei

E5. Você prefere receber R\$ 80,00 daqui seis meses ou R\$ 110,00 daqui sete meses?

1. I ___ I R\$ 80,00 em seis meses → E5

2. I ___ I R\$ 110,00 em sete meses

3. I ___ I Não sei

E6. Se preferir não receber R\$ 80,00 em seis meses, quanto estaria disposto a receber em sete meses?
Valor: _____

Por quê?